



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Caçador e o Centro de Bem-Estar Animal, órgão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, são responsáveis pela geração contínua de resíduos de serviços de saúde (RSS) classificados nos Grupos A, B e E, conforme estabelece a Resolução RDC ANVISA nº 222/2018.

A geração de RSS representa um risco biológico, químico e físico para a saúde coletiva da população e dos servidores municipais. Por isso, o manejo de RSS exige um gerenciamento especializado que compreenda o ciclo de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente correta.

A interrupção ou a realização inadequada de qualquer etapa deste ciclo pode acarretar danos sanitários e ambientais pela potencial disseminação de agentes infecciosos, comprometendo a segurança sanitária e a capacidade de funcionamento das unidades de saúde, assim como o equilíbrio do meio ambiente.

Portanto, a finalidade desta contratação é garantir a continuidade e regularidade dos serviços de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final dos RSS, mitigando os riscos à saúde coletiva e à execução dos serviços de saúde.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A presente despesa encontra-se devidamente prevista e respaldada no Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Caçador, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para atender à necessidade descrita, a solução a ser contratada deverá, essencialmente, cumprir os seguintes requisitos:

- a) A contratação deve contemplar, de forma integral e continuada, o manejo dos resíduos de serviços de saúde (RSS) dos Grupos A, B e E das unidades geradoras, abrangendo as etapas de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final, em estrita observância à Resolução RDC ANVISA nº 222/2018.
- b) A coleta externa deve assegurar a remoção dos RSS das unidades geradoras observando a periodicidade mínima estabelecida de acordo com os prazos máximos de armazenamento permitidos pela RDC ANVISA nº 222/2018, conforme a classificação de risco.
- c) O transporte dos RSS das unidades geradoras até a unidade de tratamento deve ser executado por veículos licenciados e devidamente equipados, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e normas de transporte de produtos perigosos, em condições de prevenir acidentes e contaminação do ambiente externo durante o trajeto.
- d) Deve ser assegurada a rastreabilidade de cada remessa de RSS, garantindo o acompanhamento da movimentação desde o ponto de geração até a destinação final.
- e) A unidade de tratamento deve possuir todas as licenças ambientais e sanitárias para o tipo e volume de RSS a serem processados.
- f) A capacidade da unidade de tratamento deve ser suficiente para atender à demanda projetada de geração dos resíduos dos Grupos A, B e E.
- g) O tratamento dos RSS deve ser executado utilizando tecnologias licenciadas que assegurem a desativação eficiente do risco biológico (Grupos A e E) e a neutralização ou destinação segura do risco químico (Grupo B), conforme os parâmetros estabelecidos nas normas sanitárias e ambientais aplicáveis.
- h) A disposição final dos resíduos deve ocorrer exclusivamente em aterros sanitários licenciados e autorizados para o recebimento de RSS.
- i) A execução do serviço deve ser realizada atendendo aos padrões exigidos de segurança e saúde do trabalho, mediante a eliminação ou o controle rigoroso da exposição dos profissionais aos riscos ocupacionais inerentes ao manuseio de RSS.
- j) A execução dos serviços deverá ser acompanhada por profissional legalmente habilitado, com a emissão do respectivo documento de responsabilidade técnica (ART/TRT) para o contrato.



k) Conformidade normativa:

k.1) Normas sanitárias e ambientais: Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, Resoluções CONAMA (especialmente nº 358/2005 e nº 316/2002), Normas do IBAMA, FATMA/IMA-SC e demais órgãos ambientais, Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e Lei Municipal nº 3.883/2024.

k.2) Normas de transporte e segurança: Legislação de transporte de produtos perigosos (ANTT e Instrução Normativa nº 77/SC), Normas de segurança ocupacional (NR-11, NR-32, NR-20) e Normas Brasileiras de Classificação e Manuseio (ABNT NBR 10004 e NBR 12809).

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa das quantidades para a contratação foi definida da seguinte forma:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	Serviços de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS).	Quilograma	16.926

4.2. Justificativa para as Quantidades e Metodologia:

A estimativa das quantidades a serem contratadas tem como base os dados extraídos dos relatórios de coleta fornecidos pela empresa atualmente responsável pelo serviço de manejo de RSS no Município. Os relatórios compreendem o período de 06/01/2025 a 25/11/2025.

Os relatórios contém a pesagem de RSS recolhido das unidades geradoras, em quilograma.

Outrossim, a pedido das coordenações de cada setor, foi acrescida uma quantidade adicional à estimativa, tendo em vista a expectativa de aumento na geração de RSS pelas unidades geradoras.

As quantidades apresentadas a seguir ilustram a estimativa de coleta de RSS, por quilograma, para um período de 12 (doze) meses, de cada unidade geradora:

• 4.2.1. Secretaria Municipal de Saúde:

Atenção Primária à Saúde	Peso
Presídio Regional de Caçador	96,17 Kg
Central/Materno Infantil	751,24 Kg
UBS Bairro Bom Jesus	247,20 Kg
UBS Bairro Bom Sucesso	259,51 Kg
UBS Bairro dos Municípios	356,49 Kg
UBS Bairro Martello	455,32 Kg
UBS Bairro Rancho Fundo	212,64 Kg
UBS Bairro Santa Catarina	424,87 Kg
UBS Bairro Taquara Verde	274,41 Kg
Bombeiros Voluntários	196,45 Kg
UBS Castelhanos	92,56 Kg
UBS Morada do Sol	194,00 Kg
Mãe Caçadoreense	0,00 Kg
UBS Caic	458,04 Kg
UBS Nossa Senhora da Salette	271,72 Kg
UBS Ulysses Guimarães	192,36 Kg
Centro Atenção Mulher	23,25 Kg
Estimativa:	4506,23 Kg

Laboratório Municipal	Peso
Estimativa:	1063,65 Kg
Acréscimo estimado:	0,00 Kg

Farmácia Municipal	Peso
Estimativa:	535,64 Kg
Acréscimo estimado:	250 Kg
Estimativa + acréscimo:	785,64 Kg

Unidade de Pronto Atendimento	Peso
Estimativa:	3660,19 Kg
Acréscimo estimado:	500,00 Kg
Estimativa + acréscimo:	4160,19 Kg

Ambulatório Municipal	Peso
Estimativa:	2041,91 Kg
Acréscimo estimado:	500,00 Kg
Estimativa + acréscimo:	2541,91 Kg



Acréscimo estimado:	1168,38 Kg
Estimativa + acréscimo:	5674,61 Kg

Vigilância em Saúde	Peso
Estimativa:	200 Kg

Estimativa total da Saúde:	14.426 Kg
----------------------------	-----------

• **4.2.2. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

Centro de Bem-Estar Animal	Peso
Estimativa:	1434,82 Kg
Acréscimo estimado:	1065,18 Kg
Estimativa + acréscimo:	2.500 Kg

• **4.2.3. Justificativas para acréscimo das quantidades:**

• **Ambulatório:** Considerando o volume estimado de 2041,91 kg em 2025 solicito o acréscimo de 500 kg totalizando 2541,91 kg para os próximos 12 meses, a estimativa de aumento no volume de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) é justificado por retornos dos atendimentos da Clínica Saúde da Mulher ao Ambulatório de Especialidades Jonas Ramos, volumes referente às coletas de preventivo (espéculos descartáveis), luvas de procedimento, resíduos de procedimentos como colposcopias, excereses e correlatos.

• **Farmácia:** Considerando que cada vez mais recebemos devoluções de pacientes e entendo que somos porta aberta para este tipo de serviço sugiro acrescentar 250 kg, projetando 785 kg de descarte da farmácia municipal para o ano de 2026.

• **UPA:** Considerando a média de volume de resíduos gerados nos últimos 4 meses (367kg/mês), solicito o acréscimo de 500kg junto da estimativa dos últimos 12 meses, totalizando 4.160,19kg.

• **APS:** Considerando a média de volume de resíduos gerados, e a estimativa e ampliação de 4 UBS que vão gerar aumento no volume de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) é justificado o acréscimo sugerido de 1168,38 Kg.

• **CBA:** Tendo em vista a previsão de aumento das castrações para o ano de 2026, faz-se necessário o acréscimo das quantidades de materiais. Com a projeção desse aumento, é natural que haja um crescimento significativo no descarte de diversos itens, entre eles luvas, gazes, seringas, agulhas, ampolas, material biológico descartado e, ainda, os corpos de animais que, porventura, venham a óbito — tanto dentro do Centro de Bem-Estar, em virtude de atropelamentos, envenenamentos, entre outros fatores, quanto de animais em situação de rua.

4.3. Conclusão:

De acordo com a estimativa de quantidades, as unidades geradoras vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde necessitam que a contratação abranja o manejo anual de 14.426 kg de RSS. O Centro de Bem-Estar Animal, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, requer o manejo anual de 2.500 kg de RSS.

Desse modo, a estimativa de quantidades da contratação é de 16.926 kg de RSS para o período de 12 (doze) meses.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para atender à necessidade de gerenciamento integral e contínuo dos RSS, foram identificadas e analisadas duas soluções viáveis:

• **Solução 1:**

A solução consiste na contratação de uma empresa especializada no manejo completo e integrado dos Grupos A, B e E de RSS produzidos pelas unidades geradoras. O contratado executaria diretamente as etapas de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final de RSS, ou subcontrataria parte delas, sob sua responsabilidade.

• **Solução 2:**

A solução consiste em uma alternativa mista/híbrida, na qual a Administração realiza a execução direta da coleta e transporte e contrata empresa especializada no tratamento e destinação final de RSS.



Na execução direta das etapas de coleta e transporte dos RSS, a Administração utilizaria frota veicular própria e licenciada e equipe técnica treinada, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes. Para as etapas de tratamento e destinação final dos RSS gerados e transportados pela logística municipal, a Administração realizaria a contratação de empresa com unidades de tratamento de RSS e espaço para destinação final.

5.2. Análise comparativa

Critério	Solução 1	Solução 2
Custos de investimento	Nessa solução não há investimento na compra de bens pela Administração. Os investimentos, como aquisição de veículos e equipamentos, ficam sob a responsabilidade da empresa contratada. A empresa contratada, por atuar em escala de mercado, tem uma melhor capacidade de atualizar tecnologicamente os ativos, o que representa uma melhor qualidade de serviço. Os custos para aquisição desses ativos são diluídos no valor total do contrato, sendo compartilhados com outros clientes que possuam vínculo contratual com a empresa contratada.	A execução direta da coleta e transporte de RSS exige um investimento inicial por parte da Administração. Este investimento abrange a aquisição de veículos destinados especialmente para o transporte de produtos perigosos, a instalação da área de armazenamento temporário com infraestrutura, além da capacitação dos profissionais. Não há investimento da Administração nas etapas de tratamento e destinação final, que são terceirizadas.
Custos de operação	O custo de operação é repassado à Administração pela empresa contratada por meio da remuneração definida no contrato. Esse valor engloba custos com pessoal, materiais de consumo, insumos, EPIs, infraestrutura, equipamentos, taxas, entre outros. A vantagem desta solução é que a Administração não precisa gerenciar diretamente todas essas despesas variáveis, reduzindo a carga administrativa relativa ao serviço.	A Administração arca com os custos operacionais relacionados à coleta e ao transporte. Isso inclui salários e encargos de pessoal, combustível, seguros, manutenção da frota própria, depreciação de veículos e EPIs. A Administração assume diretamente os custos decorrentes da ineficiência operacional e o ônus da gestão de toda a logística inerente ao transporte de produtos perigosos. Por outro lado, o custo técnico e ambiental da operação de tratamento e da destinação final permanece como responsabilidade da empresa contratada, sendo remunerado no valor contratual do serviço terceirizado.
Pessoal	A gestão de pessoal é transferida para a empresa contratada, que assume a responsabilidade pelos encargos, capacitações e pela substituição em casos de afastamento de pessoal. A solução apresenta vantagem econômica pela economia de escala, pois ocorre a diluição dos custos de pessoal da contratada entre outros clientes, públicos e privadas, o que tende a resultar em um custo unitário mais vantajoso para a Administração do que o da gestão direta, no qual os profissionais são exclusivos.	O pagamento e a gestão do pessoal encarregado da coleta e transporte é de responsabilidade da Administração. A submissão do pessoal às regras estatutárias torna a substituição de profissionais em casos de afastamento (licença, férias, etc.) mais morosa e burocrática do que sob outros regimes. Esse fator, em um serviço de risco, exige um plano de pessoal para não haver prejuízo ao serviço, sendo um ponto negativo dessa solução.
Responsabilidade	A responsabilidade integral pelo manejo dos RSS é da empresa contratada, que assume a responsabilidade por toda a cadeia de gerenciamento de RSS. No caso de subcontratação, a empresa contratada continua responsável pelos atos dos subcontratados.	A Administração assume a responsabilidade integral pela coleta e pelo transporte dos RSS. Abrange a responsabilidade pela manutenção e licenciamento da frota, segurança e gestão de pessoal e a conformidade legal dos veículos envolvidos no transporte de produtos perigosos. Qualquer passivo, acidente ou multa ocorrida durante esta



		<p>etapa da cadeia de custódia é de responsabilidade da Administração e de seus servidores. Quanto às etapas de tratamento e destinação final dos RSS, a empresa contratada assume a responsabilidade técnica, ambiental e legal, após o recebimento dos resíduos. Não obstante a transferência parcial, a Administração mantém a corresponsabilidade pela rastreabilidade e pela destinação adequada de todo o resíduo gerado perante os órgãos de controle. O maior risco desta solução é a responsabilidade dos passivos e riscos operacionais da coleta e transporte, que seriam atribuídos à terceirizada na Solução 1.</p>
Risco ambiental	<p>Os eventuais passivos ambientais relativos a danos ocasionados na execução da coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS é transferido, em regra, para a empresa contratada. A especialização da empresa contratada no ramo geralmente envolve tecnologias e procedimentos padronizados que minimizam a ocorrência de danos ambientais. A empresa contratada apresenta conhecimento técnico e experiência prévia, que agrega aprendizados adquiridos com o histórico de operações e gestão de incidentes ambientais anteriores.</p>	<p>A Administração assume diretamente a gestão e o passivo de uma atividade potencialmente poluidora, assumindo o risco ambiental inerente às etapas de coleta e transporte dos RSS por via terrestre. A Administração e seus servidores se expõem diretamente ao passivo ambiental decorrentes de acidentes de transporte, vazamento de resíduos perigosos durante o percurso, operação da frota própria sem a devida manutenção, licenciamento ou em desacordo com as normas de transporte, operação e manutenção da área de armazenamento temporário em desacordo com as normas sanitárias e ambientais.</p>
Risco sanitário	<p>O risco sanitário, como contaminação, acidentes com perfurocortantes, exposição biológica, após o recebimento do RSS, é transferido para a empresa contratada. Isso inclui a responsabilidade pela manutenção da higienização dos veículos, uso de EPIs adequados, e o cumprimento dos tempos máximos de armazenamento e transporte.</p>	<p>O risco sanitário nas fases de coleta e transporte representa um risco de saúde pública para a Administração, exigindo procedimentos internos de biossegurança. A Administração assume a responsabilidade por acidentes de trabalho com servidores (perfurocortantes, exposição biológica) durante a coleta ou no carregamento da frota e manutenção e higienização dos veículos. A solução exige que a Administração mantenha um controle sobre o uso de EPIs, a imunização dos servidores envolvidos, e que implemente um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).</p>
Licenciamento	<p>A empresa contratada é responsável pela obtenção, manutenção e renovação de todas as licenças operacionais e ambientais necessárias para o manejo dos RSS.</p>	<p>A solução impõe à Administração a responsabilidade e o ônus burocrático de obter e manter válidas as licenças ambientais e sanitárias para a frota. A empresa contratada é responsável pela obtenção e manutenção das Licenças Ambientais de Operação (LAO) para a unidade de tratamento e o aterro sanitário de destinação final, transferindo o custo e a complexidade do licenciamento dessas infraestruturas. O maior risco para a</p>



		Administração nesta solução é a interrupção do serviço por não conformidade legal, caso as licenças expirem ou sejam suspensas.
Prazo para implementação	A solução apresenta menor prazo de implementação e início operacional em comparação com a Solução 2. A empresa contratada, por já operar no mercado e possuir a estrutura licenciada (frota, pessoal e unidades de tratamento/destinação), pode iniciar a prestação do serviço em um período reduzido.	A solução apresenta um prazo de implementação consideravelmente mais longo do que a Solução 1. O início operacional da coleta e transporte (etapa retida pela Administração) depende da conclusão de etapas: aquisição da frota de veículos licenciados para transporte de produtos perigosos, construção, adequação e licenciamento da área de armazenamento temporário, bem como concurso, seleção ou remanejamento e capacitação de motoristas e pessoal de apoio especializado em RSS. A morosidade da Administração Pública faz com que o prazo para início operacional desta solução seja alto. Esse prazo constitui um risco para a descontinuidade do serviço, uma vez se está diante do término de um contrato existente.
Rastreabilidade	A rastreabilidade do resíduo, desde a coleta nas unidades geradoras até a destinação final, é gerenciada pelo contratado. O contratado deve fornecer à Administração o acesso as informações para acompanhar a movimentação dos RSS, especialmente o MTR e CDF.	A rastreabilidade na Solução 2 é compartilhada, exigindo um controle no ponto de transferência de custódia dos RSS. A Administração é responsável pela rastreabilidade interna do resíduo, desde a geração nas unidades até a pesagem. No momento da entrega à contratada, deve haver um registro no Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR). A empresa contratada assume a rastreabilidade a partir do MTR, sendo responsável por documentar o tratamento e a destinação final. Após a destinação, a contratada deve fornecer os Certificados de Destinação Final (CDF). O risco desta solução reside na ausência de mecanismos confiáveis de pesagem no ponto de entrega, o que pode gerar conflitos contratuais sobre volumes e dificultar a comprovação da destinação de toda a carga gerada pela Administração.
Expertise	A solução garante a obtenção de expertise consolidada da empresa contratada. O gerenciamento de RSS é uma atividade de complexidade técnica e sujeita a rigorosas regulamentações sanitárias e ambientais. Ao terceirizar integralmente, a Administração transfere a necessidade de desenvolver e manter internamente o corpo técnico especializado.	A saúde municipal possui conhecimento na gestão de frotas, notadamente no transporte de pacientes atendidos pelo TFD. Essa expertise, porém, não é aplicável ao transporte de RSS, que exige o desenvolvimento de conhecimento especializado. A gestão simultânea da frota para transporte de produtos perigosos e de pacientes é desaconselhável, pois cria um conflito de prioridades. O TFD frequentemente lida com demandas imprevisíveis, urgentes e inadiáveis. Assim, incidentes no transporte de RSS, como acidentes, podem comprometer a capacidade de atendimento às demandas



		críticas do TFD, impactando a saúde pública.
Resolução de problemas	A responsabilidade pela resolução imediata de problemas operacionais e pela execução do plano de contingência é transferida para a empresa contratada. Isso inclui a resposta rápida a quebra de equipamentos, manutenção da frota, acidentes, vazamentos e faltas de pessoal.	A resolução de problemas e a gestão de contingências são assumidas pela Administração para as etapas de coleta e transporte. Em caso de manutenção da frota própria, falta de motoristas (por afastamento ou férias) ou acidentes, a Administração deve ter um plano de contingência, o que implica manter veículos e pessoal de reserva, o que não é viável. Existe uma dificuldade na alocação rápida de recursos e na morosidade na substituição de servidores, o que pode levar ao acúmulo de RSS e ao aumento do risco sanitário e ambiental. Para as etapas de tratamento e destinação, a resolução de problemas é de responsabilidade do contratado.
Contratações públicas similares	A Solução 1 é adotado por outras entidades públicas: Município de Videira/SC. Contrato nº 224/2023. Contratado Cetrilife Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda. Município de Joaçaba/SC. Contrato nº 19/2023/FMS. Contratado Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Município de Porto União/SC. Contrato nº 138/2023. Contratado Scheila Mara Weiller Antunes de Lima Ltda. Município de Fraiburgo/SC. CT21FMS16. Contratado Servioeste Soluções Ambientais Ltda. Município de Lebon Régis/SC. Contrato nº 38/2023. Contratado Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Município de Rio das Antas/SC. Pregão Eletrônico nº 0002/2025 FMS – RP.	Não foi observada no mercado regional.
Potenciais fornecedores	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.094.629/0001-36, com sede em Joinville/SC; Cetrilife Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 26.522.047/0001-09, com sede em Chapecó/SC; e Servioeste Soluções Ambientais Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.392.348/0005-93, com sede em Praia Brava/SC.	Não foi observada no mercado regional.

5.3. Conclusão da análise

A Solução 1 demonstra-se tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública. Sob o aspecto econômico, observa-se que a empresa especializada no gerenciamento de todas as etapas do ciclo de RSS opera em maior escala de mercado, o que possibilita a diluição dos custos entre contratos com outros clientes públicos e privados, resultando na oferta de menor preço para o Município, que passa a compor o itinerário de coleta de RSS. Ademais, esse modelo dispensa o investimento inicial por parte da Administração na aquisição de frota especializada e demais componentes operacionais.

Do ponto de vista operacional, a solução promove mitigação de riscos, uma vez que a empresa contratada



assume a responsabilidade pela cadeia de gerenciamento dos RSS, abrangendo coleta, transporte, tratamento e destinação final. Dessa forma, transfere-se à iniciativa privada o risco inerente a uma atividade de complexidade técnica. Ademais, a iniciativa privada possui maior histórico e experiência na gestão dos riscos inerentes a esse serviço.

A terceirização simplifica a gestão de pessoal e os procedimentos administrativos, ao evitar a necessidade de contratação, capacitação e gerenciamento de profissionais, bem como reduz a burocracia administrativa, que se mostra incompatível com a natureza logística e técnica do serviço.

A Solução 1 ainda evita o conflito operacional decorrente da gestão simultânea de frota para o transporte de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e para o Transporte Fora do Domicílio (TFD).

Ademais, a Solução 1 assegura agilidade na resolução de eventuais ocorrências, uma vez que a Administração passa a contar com um único responsável contratual, o que facilita o acompanhamento, a fiscalização e a responsabilização.

Por fim, a Solução 1 é a única que apresenta um prazo de implementação viável, considerando a iminência do encerramento do contrato vigente, sendo a alternativa com menor tempo de implantação, tendo em vista que as empresas em operação no mercado já dispõem de infraestrutura, equipamentos e capacidade para prestar o serviço.

Por esses motivos, a Solução 1 foi observada em outras entidades públicas no entorno da região de Caçador/SC como a solução mais adotada.

Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender às necessidades da Administração.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O preço estimado foi definido com base na compilação de dados de contratações públicas similares, dispensando a consulta a potenciais fornecedores devido às fontes pesquisadas terem sido suficientes para composição do melhor preço.

A pesquisa de mercado resultou nos seguintes valores por quilograma de RSS: R\$ 8,20 (Campo Alegre), R\$ 13,00 (Lebon Régis), R\$ 9,60 (Porto União) e R\$ 9,47 (Catanduvas).

- Município de Porto União/SC. Contrato nº 138/2023. Contratado Scheila Mara Weiller Antunes de Lima Ltda. Concorrência Eletrônica n.º 009/2023. Quantidade: 56.710 kg para 60 meses. 11.342 kg para 12 meses. Valor unitário: R\$ 9,60.
- Município de Lebon Régis/SC. Contrato nº 38/2023. Contratado Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Quantidade: 3.810. Valor unitário: R\$ 13,00.
- Município de Catanduvas/SC. Pregão Eletrônico nº 11/2024 – FMS. Quantidade: 7.200. Valor unitário: R\$ 9,47.
- Município de Campo Alegre/SC. Concorrência nº 19/2025. Contratado Transresíduos Ambiental S/A. Quantidade: 6.000 Kg. Valor unitário: R\$ 8,20.

A adoção da mediana mostrou-se a metodologia mais adequada para a pesquisa de preços, sendo justificada pela necessidade de considerar os custos logísticos do mercado regional de Caçador na oferta do serviço. A mediana resultou em um preço de referência ideal de R\$ 9,53/kg.

O preço mais baixo provem do Município de Campo Alegre, mais distante, onde os custos de frete e transporte podem não representar a realidade do mercado regional. Assim, a adoção do menor preço mostrou-se inadequada, por não refletir os custos de operação e logística na região, aumentando o risco de licitação deserta.

De maneira semelhante, a média aritmética (R\$ 10,06/kg) não refletiu de forma ideal o preço, pois se apresentou superior aos preços praticados nos municípios de Porto União (R\$ 9,60/kg) e Catanduvas (R\$ 9,47/kg).

Adotando-se a mediana, com o preço fixado de R\$ 9,53/kg, estima-se o custo total da contratação em R\$ 161.304,78, diante da quantidade estimada de 16.926 kg.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Com base na análise comparativa das soluções, a alternativa que se mostrou técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta externa, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de



resíduos de serviços de saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, abrangendo as unidades geradoras do Município de Caçador/SC.

A terceirização do manejo do ciclo completo dos RSS foi escolhido por prestigiar o expertise da iniciativa privada, que apresenta histórico e maior experiência no gerenciamento desse serviço de complexidade técnica elevada, com risco sanitário e ambiental significativo.

A adoção dessa solução mitiga os riscos sanitários, ambientais e administrativos associados ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) diretamente pela Administração.

Ainda, a solução adotada é a única que apresenta um prazo de implementação viável, considerando a iminência do encerramento do contrato vigente.

Os detalhes, especificações técnicas, obrigações da contratada e as condições de execução do serviço serão pormenorizados no Termo de Referência, documento que sucede este estudo.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. A contratação do objeto será realizada em item único, não sendo recomendado o parcelamento dos serviços, com fundamento no art. 47, §1º, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

O serviço de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) exige uma gestão integrada e uma responsabilidade técnica unificada que abranja o ciclo completo de manejo (coleta externa, transporte, tratamento e destinação final). Assim, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso, pelos seguintes motivos:

- a) O manejo dos RSS é uma cadeia no qual a falha em qualquer etapa compromete a segurança sanitária e ambiental das etapas subsequentes.
- b) A segmentação do serviço torna mais difícil a rastreabilidade da movimentação de RSS. A gestão dos RSS requer um fluxo contínuo e documentado do gerador à destinação final.
- c) Além disso, o parcelamento do objeto aumentaria os custos indiretos para a Administração, que teria de gerenciar e fiscalizar múltiplos contratos (coleta externa, transporte, tratamento e destinação final).

Portanto, a adjudicação do serviço em item único é essencial para garantir a unificação técnica, a responsabilidade e a qualidade na execução do serviço.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A contratação visa alcançar os seguintes resultados mensuráveis:

- a) Assegurar o recolhimento de todos os RSS dos Grupos A, B e E das unidades geradoras, conforme a periodicidade estabelecida, mantendo uma pontualidade indicada no cronograma de coletas.
- b) Garantir que todas as movimentações de RSS sejam rastreadas e documentadas por meio do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e do Certificado de Destinação Final (CDF), desde a unidade geradora até o destino final, em conformidade com as normas ambientais.
- c) Garantir que os RSS dos Grupos A e E recebam tratamento adequado que atinja os padrões de desativação microbiana e esterilização, bem como que os resíduos do Grupo B sejam dispostos conforme a legislação.
- d) Assegurar que, após o tratamento, o volume total de RSS recebam a destinação final em aterro sanitário ou unidade licenciada e autorizada para o recebimento da classe final do resíduo, com comprovação documental.
- e) Assegurar que o histórico completo de coletas e destinações seja fornecido à Administração em formato digital e atualizado mensalmente, permitindo a fiscalização da execução contratual.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. As providências necessárias para o prosseguimento do feito consistem na elaboração do Termo de Referência, da minuta do Edital e da minuta do Contrato, com base nas diretrizes estabelecidas neste estudo, e o posterior encaminhamento para análise e aprovação jurídica. A pesquisa de preços e o levantamento de mercado que fundamentam este estudo encontram-se anexos ao processo.

10.2. Para viabilizar a correta fiscalização e gestão contratual, a Administração adotará as seguintes medidas antes do início da execução dos serviços:

- a) Designar formalmente, por meio de portaria, o servidor do quadro de pessoal que atuará como fiscal



técnico e administrativo do contrato.

- b) Garantir que o fiscal técnico designado participe de capacitação específica, abordando os procedimentos técnicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS, conforme detalhado no Termo de Referência.
- c) Verificar e exigir a adequação das condições de manejo interno de RSS nas unidades geradoras, abrangendo a segregação na fonte, o acondicionamento e a coleta interna, para viabilizar a coleta externa de forma adequada.
- d) Garantir que cada unidade geradora disponha de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. Identifica-se a interdependência desta contratação com o fornecimento contínuo de caixas coletoras e sacos plásticos para RSS, objeto de ata de registro de preços pelo GESCON CINCATARINA. A ausência da disponibilidade contínua destes insumos torna impossível a execução dos serviços de coleta, tratamento e destinação, configurando um risco para a execução contratual, uma vez que são necessários para a segregação adequadas dos RSS por grupo.

Ainda, se observa a necessidade eventual de aquisição de lixeiras com adesivo para lixo infectante, por meio da ata de registro de preços do GESCON CINCATARINA, considerando a previsão de aumento da produção de RSS nas unidades geradoras e a necessidade armazenamento interno e temporário do RSS.

Recomenda-se que os gestores e fiscais do contrato criem um cronograma de suprimentos e aquisição desses materiais para garantir a disponibilidade dos insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

11.2. Não foram identificadas contratações que possuam correlação com o presente objeto.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. São impactos ambientais:

- a) Contaminação de profissionais e da população por agentes biológicos com potencial risco à saúde humana presentes nos resíduos do Grupo A, no caso de falhas no manejo de RSS.
- b) Ocorrência de acidentes com materiais perfurocortantes contaminados (Grupo E).
- c) Manejo inadequado de substâncias químicas perigosas (Grupo B).
- d) Proliferação de vetores de doenças devido ao acúmulo inadequado de resíduos.
- e) Contaminação do solo e subsolo mediante infiltração de poluentes em solo não impermeabilizado, decorrente de vazamentos durante o transporte ou disposição em aterros inadequados.
- f) Poluição de recursos hídricos por meio por descarte irregular ou falha no sistema de tratamento de efluentes das unidades de tratamento e destinação.
- g) Geração de emissões atmosféricas poluentes durante o processo de tratamento (incineração ou autoclavação) sem a devida filtragem e monitoramento.
- h) Derramamento de produtos perigosos (biológica ou química) em vias públicas devido a acidentes com os veículos de transporte.
- i) Dano ambiental pela destinação final dos RSS em locais sem o devido licenciamento.

12.2. Para a eliminação ou mitigação dos riscos ambientais identificados, a contratação deverá observar às seguintes medidas mitigadoras:

- a) Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
- b) Obrigatoriedade de licenciamento ambiental para operação das atividades potencialmente poluidoras ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- c) Obrigatoriedade de uso de EPIs.
- d) Rastreabilidade da movimentação dos resíduos mediante emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).
- e) Comprovação da destinação final dos resíduos por meio da apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF).



13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação atende aos requisitos legais e técnicos necessários, demonstrando atendimento ao interesse público, conformidade com os princípios da administração pública e viabilidade econômico-financeira, nos termos do XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a continuidade e qualidade dos serviços essenciais de saúde sob a gestão municipal.

Caçador, 13 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JONATHAN DE SOUZA BARBOSA
Data: 16/01/2026 10:17:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jônathan de Souza Barbosa
Assistente Administrativo

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCELWIKI CATHARINE GOMES DE AZEVEDO
Data: 16/01/2026 13:42:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Francellwika Catharine Gomes
de Azevedo**
Engenheira Sanitarista

Documento assinado digitalmente
gov.br KARIN LUIZA FERREIRA
Data: 19/01/2026 08:26:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Karin Luiza Ferreira
Gerente de Bem-Estar e Proteção
Animal

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
---------	-----------------	---------	------------	------	-------------

Município: CACADOR SC

Cliente: FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR - 4157			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	5,80	NORMAL	06/01/2025 10:23:19
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	20/01/2025 10:56:38
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	03/02/2025 10:54:58
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	17/02/2025 11:34:21
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	17/03/2025 10:27:36
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,15	NORMAL	17/03/2025 10:27:53
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	31/03/2025 10:45:29
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	14/04/2025 10:15:28
Silvio	Infectantes	KG	4,95	NORMAL	28/04/2025 10:46:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	28/04/2025 10:46:47
Silvio	Infectantes	KG	3.35	NORMAL	26/05/2025 10:24:02

Totais da Unidade: 40,00

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 09:53:51
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	12/05/2025 10:41:39

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709			Contrato:	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	7,80	NORMAL	06/01/2025 08:31:30
Silvio	Infectantes	KG	3,60	NORMAL	13/01/2025 08:25:22
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	20/01/2025 08:45:44
Silvio	Infectantes	KG	13,68	NORMAL	27/01/2025 08:29:19
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,90	NORMAL	27/01/2025 08:42:35
Silvio	Infectantes	KG	6,45	NORMAL	03/02/2025 08:44:40
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	10/02/2025 08:36:01
Silvio	Infectantes	KG	12,63	NORMAL	17/02/2025 09:20:31
Silvio	Infectantes	KG	6,35	NORMAL	24/02/2025 08:33:06
Silvio	Infectantes	KG	9,65	NORMAL	10/03/2025 08:46:43
Silvio	Infectantes	KG	7,35	NORMAL	17/03/2025 08:31:18
Silvio	Infectantes	KG	7,15	NORMAL	24/03/2025 08:27:33
Silvio	Infectantes	KG	5,25	NORMAL	31/03/2025 08:47:26
Silvio	Infectantes	KG	5,65	NORMAL	07/04/2025 07:45:43
Silvio	Infectantes	KG	8,15	NORMAL	14/04/2025 07:50:57
Silvio	Infectantes	KG	15,35	NORMAL	28/04/2025 08:30:28
Silvio	Infectantes	KG	6,35	NORMAL	05/05/2025 08:23:25
Silvio	Infectantes	KG	7,85	NORMAL	12/05/2025 08:31:42
Silvio	Infectantes	KG	6,75	NORMAL	19/05/2025 07:41:09
Silvio	Infectantes	KG	9,15	NORMAL	26/05/2025 08:36:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,25	NORMAL	26/05/2025 08:36:59

Totais da Unidade: 161,06

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:23:53
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNAL INFANTIL - 1515		Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
--	--	-----------	-------------	--------------

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNAL INFANTIL - 1515

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Perfurocortantes	KG	6,25	NORMAL	06/01/2025 09:07:53
Silvio	Infectantes	KG	12,60	NORMAL	06/01/2025 09:11:11
Silvio	Infectantes	KG	6,30	NORMAL	13/01/2025 08:57:34
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,10	NORMAL	13/01/2025 08:58:01
Silvio	Infectantes	KG	6,58	NORMAL	20/01/2025 09:21:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,65	NORMAL	20/01/2025 09:21:56
Silvio	Infectantes	KG	8,60	NORMAL	27/01/2025 09:11:34
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,80	NORMAL	27/01/2025 09:12:06
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	03/02/2025 09:26:25
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	03/02/2025 09:28:01
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	10/02/2025 09:02:23
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	10/02/2025 09:02:41
Silvio	Infectantes	KG	3,80	NORMAL	17/02/2025 09:55:43
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	17/02/2025 09:56:02
Silvio	Infectantes	KG	9,75	NORMAL	24/02/2025 09:03:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,45	NORMAL	24/02/2025 09:03:53
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,15	NORMAL	24/02/2025 09:04:18
Silvio	Infectantes	KG	14,15	NORMAL	10/03/2025 09:32:44
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,75	NORMAL	10/03/2025 09:32:57
Silvio	Infectantes	KG	7,85	NORMAL	17/03/2025 09:05:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	17/03/2025 09:05:40
Silvio	Infectantes	KG	6,75	NORMAL	31/03/2025 09:24:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	31/03/2025 09:25:05
Silvio	Infectantes	KG	6,55	NORMAL	07/04/2025 08:18:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	07/04/2025 08:18:32
Silvio	Infectantes	KG	8,35	NORMAL	14/04/2025 08:31:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	14/04/2025 08:31:57
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	28/04/2025 09:04:11
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	28/04/2025 09:04:23
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	6,15	NORMAL	28/04/2025 09:13:09
Silvio	Infectantes	KG	8,25	NORMAL	05/05/2025 08:51:37
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,75	NORMAL	05/05/2025 08:51:48
Silvio	Infectantes	KG	6,25	NORMAL	12/05/2025 09:10:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	12/05/2025 09:10:45
Silvio	Infectantes	KG	9,10	NORMAL	19/05/2025 08:56:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	19/05/2025 09:03:02
Silvio	Infectantes	KG	7,85	NORMAL	26/05/2025 09:15:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 09:15:25

Totais da Unidade: 212,48

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:24:19
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 3586

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 3586

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Silvio	Infectantes	KG	6,90	NORMAL	06/01/2025 10:02:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,60	NORMAL	06/01/2025 10:02:39
Silvio	Infectantes	KG	9,80	NORMAL	13/01/2025 10:04:44
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,15	NORMAL	13/01/2025 10:05:01
Silvio	Infectantes	KG	9,80	NORMAL	20/01/2025 10:30:41
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,56	NORMAL	20/01/2025 10:30:49
Silvio	Infectantes	KG	7,15	NORMAL	27/01/2025 10:08:42
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,35	NORMAL	27/01/2025 10:08:56
Silvio	Infectantes	KG	2,75	NORMAL	03/02/2025 10:24:37
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,85	NORMAL	03/02/2025 10:24:51
Silvio	Infectantes	KG	8,95	NORMAL	10/02/2025 10:01:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,62	NORMAL	10/02/2025 10:01:24
Silvio	Infectantes	KG	7,45	NORMAL	17/02/2025 11:03:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,15	NORMAL	17/02/2025 11:03:36
Silvio	Infectantes	KG	6,35	NORMAL	24/02/2025 10:13:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,75	NORMAL	24/02/2025 10:13:23
Silvio	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	03/03/2025 09:48:34
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	03/03/2025 09:49:10
Silvio	Infectantes	KG	8,65	NORMAL	10/03/2025 10:41:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,75	NORMAL	10/03/2025 10:41:40
Silvio	Infectantes	KG	6,55	NORMAL	17/03/2025 09:57:03
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	17/03/2025 09:57:18
Silvio	Infectantes	KG	9,65	NORMAL	24/03/2025 09:11:17
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	24/03/2025 09:11:25
Silvio	Infectantes	KG	7,25	NORMAL	31/03/2025 10:20:21
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,20	NORMAL	31/03/2025 10:20:37
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	07/04/2025 09:33:31
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	07/04/2025 09:33:48
Silvio	Infectantes	KG	9,65	NORMAL	14/04/2025 09:45:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	14/04/2025 09:46:00
Silvio	Infectantes	KG	8,60	NORMAL	28/04/2025 10:16:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	28/04/2025 10:17:00
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	05/05/2025 09:50:33
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	05/05/2025 09:50:44
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	12/05/2025 10:16:16
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,45	NORMAL	12/05/2025 10:16:30
Silvio	Infectantes	KG	8,10	NORMAL	19/05/2025 09:49:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	19/05/2025 09:49:23
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	26/05/2025 10:12:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 10:13:07

Totais da Unidade: 218,61

Cliente: FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	06/01/2025 10:55:44
Adelar	Infectantes	KG	16,30	NORMAL	13/01/2025 11:10:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,20	NORMAL	13/01/2025 11:10:58
Adelar	Metais Pesados - Revelador/Fixador	KG	4,50	NORMAL	13/01/2025 11:15:19
Adelar	Infectantes	KG	17,30	NORMAL	20/01/2025 10:38:47
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,25	NORMAL	20/01/2025 10:38:58
Adelar	Infectantes	KG	25,60	NORMAL	27/01/2025 11:12:22
Adelar	Perfurocortantes	KG	10,80	NORMAL	27/01/2025 11:12:33
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,85	NORMAL	03/02/2025 10:51:16
Adelar	Infectantes	KG	21,90	NORMAL	03/02/2025 10:51:26
Adelar	Infectantes	KG	23,80	NORMAL	10/02/2025 11:10:04
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,95	NORMAL	10/02/2025 11:10:14
Adelar	Infectantes	KG	24,60	NORMAL	17/02/2025 11:18:55
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,35	NORMAL	17/02/2025 11:19:03
Adelar	Infectantes	KG	32,50	NORMAL	24/02/2025 11:15:50
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,80	NORMAL	24/02/2025 11:15:57
Adelar	Infectantes	KG	22,50	NORMAL	17/03/2025 11:04:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,30	NORMAL	17/03/2025 11:12:56
Adelar	Infectantes	KG	25,90	NORMAL	31/03/2025 11:12:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,15	NORMAL	31/03/2025 11:12:23
Adelar	Infectantes	KG	27,10	NORMAL	14/04/2025 10:50:00
Adelar	Perfurocortantes	KG	12,35	NORMAL	14/04/2025 10:50:09
Adelar	Infectantes	KG	42,60	NORMAL	28/04/2025 11:00:14
Adelar	Perfurocortantes	KG	18,10	NORMAL	28/04/2025 11:00:32
Adelar	Infectantes	KG	43,10	NORMAL	05/05/2025 11:07:01
Adelar	Perfurocortantes	KG	11,80	NORMAL	05/05/2025 11:07:12
Adelar	Infectantes	KG	35,20	NORMAL	12/05/2025 11:20:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	12,40	NORMAL	12/05/2025 11:20:54
Adelar	Infectantes	KG	42,80	NORMAL	19/05/2025 11:05:22
Adelar	Perfurocortantes	KG	13,15	NORMAL	19/05/2025 11:05:31
Adelar	Infectantes	KG	35,40	NORMAL	26/05/2025 10:49:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	10,85	NORMAL	26/05/2025 10:49:17

Totais da Unidade: 586,40

Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 11:15:09
Adelar	Perfurocortantes	LT	9,50	NORMAL	10/03/2025 11:05:15
Adelar	Infectantes	LT	43,80	NORMAL	10/03/2025 11:05:31
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	21/03/2025 11:06:13
Adelar	Infectantes	LT	26,50	NORMAL	07/04/2025 11:15:43
Adelar	Perfurocortantes	LT	9,70	NORMAL	07/04/2025 11:15:53

Totais da Unidade: 89,50

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	4,60	NORMAL	06/01/2025 09:52:19
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,10	NORMAL	06/01/2025 09:52:27
Silvio	Infectantes	KG	2,90	NORMAL	13/01/2025 09:52:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,20	NORMAL	13/01/2025 09:52:56
Silvio	Infectantes	KG	2,55	NORMAL	20/01/2025 10:23:37
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	27/01/2025 09:56:54
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	03/02/2025 10:14:21
Silvio	Infectantes	KG	3,80	NORMAL	10/02/2025 09:53:46
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,75	NORMAL	10/02/2025 09:54:01
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	17/02/2025 10:52:44
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	24/02/2025 09:59:09
Silvio	Infectantes	KG	3,78	NORMAL	10/03/2025 10:32:15
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,28	NORMAL	10/03/2025 10:32:24
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	17/03/2025 09:49:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,55	NORMAL	17/03/2025 09:50:03
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	31/03/2025 10:13:58
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	31/03/2025 10:14:09
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	07/04/2025 09:24:54
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,45	NORMAL	07/04/2025 09:25:05
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	28/04/2025 10:10:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,35	NORMAL	28/04/2025 10:10:20
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	05/05/2025 09:42:39
Silvio	Infectantes	KG	3,55	NORMAL	12/05/2025 10:09:01
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,35	NORMAL	12/05/2025 10:09:46
Silvio	Infectantes	KG	4,10	NORMAL	19/05/2025 09:42:45
Silvio	Infectantes	KG	3,55	NORMAL	26/05/2025 10:05:53

Totais da Unidade: 81,76

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:25:16
Silvio	Infectantes	LT	4,15	NORMAL	14/04/2025 09:35:00

Totais da Unidade: 4,15

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	5,25	NORMAL	06/01/2025 10:35:57
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,60	NORMAL	06/01/2025 10:36:06
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	13/01/2025 10:22:19
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	13/01/2025 10:22:39
Silvio	Infectantes	KG	3,70	NORMAL	20/01/2025 11:03:41
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,45	NORMAL	20/01/2025 11:03:57
Silvio	Infectantes	KG	2,65	NORMAL	27/01/2025 10:30:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	27/01/2025 10:30:27
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	03/02/2025 11:05:33
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	10/02/2025 10:37:57
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,20	NORMAL	10/02/2025 10:38:09
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	17/02/2025 11:38:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	17/02/2025 11:39:13
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	24/02/2025 10:42:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,95	NORMAL	24/02/2025 10:43:02
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	10/03/2025 11:11:33
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,35	NORMAL	10/03/2025 11:11:57
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	17/03/2025 10:38:11
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	17/03/2025 10:38:20
Silvio	Infectantes	KG	6,15	NORMAL	31/03/2025 10:49:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,20	NORMAL	31/03/2025 10:50:04
Silvio	Infectantes	KG	5,65	NORMAL	07/04/2025 10:03:45
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	07/04/2025 10:03:55
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	14/04/2025 10:22:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	14/04/2025 10:22:53
Silvio	Infectantes	KG	4,75	NORMAL	28/04/2025 10:51:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	28/04/2025 10:52:02
Silvio	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	05/05/2025 10:12:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,95	NORMAL	05/05/2025 10:13:13
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	12/05/2025 10:45:39
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,35	NORMAL	12/05/2025 10:45:59
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	19/05/2025 10:27:40
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,10	NORMAL	19/05/2025 10:27:48
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	26/05/2025 10:31:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,45	NORMAL	26/05/2025 10:32:29

Totais da Unidade: 111,20

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio

Infectantes

LT

0,00

NORMAL

03/03/2025 07:25:52

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio

Infectantes

KG

6,50

NORMAL

06/01/2025 09:47:55

Silvio

Infectantes

KG

4,75

NORMAL

13/01/2025 09:47:46

Silvio

Infectantes

KG

3,15

NORMAL

20/01/2025 10:16:40

Silvio

Infectantes

KG

2,85

NORMAL

27/01/2025 09:50:53

Silvio

Perfurocortantes

KG

3,75

NORMAL

27/01/2025 09:51:11

Silvio

Infectantes

KG

2,15

NORMAL

03/02/2025 10:07:46

Silvio

Infectantes

KG

3,15

NORMAL

10/02/2025 09:47:38

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,25

NORMAL

10/02/2025 09:47:53

Silvio

Infectantes

KG

2,75

NORMAL

17/02/2025 10:41:52

Silvio

Químicos/Medicamentos

KG

4,25

NORMAL

17/02/2025 10:42:20

Silvio

Infectantes

KG

3,55

NORMAL

24/02/2025 09:52:23

Silvio

Perfurocortantes

KG

6,15

NORMAL

24/02/2025 09:52:43

Silvio

Infectantes

KG

3,45

NORMAL

10/03/2025 10:21:52

Silvio

Infectantes

KG

3,15

NORMAL

17/03/2025 09:44:03

Silvio

Perfurocortantes

KG

1,25

NORMAL

17/03/2025 09:44:13

Silvio

Infectantes

KG

3,15

NORMAL

31/03/2025 10:07:16

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,10

NORMAL

31/03/2025 10:07:26

Silvio

Infectantes

KG

4,15

NORMAL

07/04/2025 09:17:14

Silvio

Infectantes

KG

1,35

NORMAL

07/04/2025 09:17:22

Silvio

Infectantes

KG

4,15

NORMAL

14/04/2025 09:26:25

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,10

NORMAL

14/04/2025 09:26:33

Silvio

Infectantes

KG

4,75

NORMAL

28/04/2025 10:01:50

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,15

NORMAL

28/04/2025 10:02:30

Silvio

Infectantes

KG

4,55

NORMAL

05/05/2025 09:35:05

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,15

NORMAL

05/05/2025 09:35:25

Silvio

Infectantes

KG

4,25

NORMAL

12/05/2025 10:01:28

Silvio

Perfurocortantes

KG

2,10

NORMAL

12/05/2025 10:01:56

Silvio

Infectantes

KG

3,75

NORMAL

19/05/2025 09:33:08

Silvio

Perfurocortantes

KG

1,85

NORMAL

19/05/2025 09:33:21

Silvio

Infectantes

KG

3,85

NORMAL

26/05/2025 09:58:17

Totais da Unidade: 99,50

Silvio

Infectantes

LT

0,00

NORMAL

03/03/2025 07:26:21

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Perfurocortantes	KG	4,80	NORMAL	06/01/2025 11:04:29
Silvio	Infectantes	KG	9,40	NORMAL	06/01/2025 11:04:39
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	13/01/2025 10:48:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,90	NORMAL	13/01/2025 10:48:24
Silvio	Infectantes	KG	3,59	NORMAL	20/01/2025 11:35:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,65	NORMAL	20/01/2025 11:35:42
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	27/01/2025 10:57:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,75	NORMAL	27/01/2025 10:57:13
Silvio	Infectantes	KG	2,75	NORMAL	03/02/2025 11:34:56
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	03/02/2025 11:35:18
Silvio	Infectantes	KG	4,60	NORMAL	10/02/2025 11:03:52
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	10/02/2025 11:04:05
Silvio	Infectantes	KG	4,75	NORMAL	24/02/2025 11:14:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,15	NORMAL	24/02/2025 11:14:46
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	10/03/2025 11:40:44
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	10/03/2025 11:41:04
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	17/03/2025 11:05:26
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	17/03/2025 11:05:36
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	31/03/2025 11:20:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 11:20:22
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	07/04/2025 10:35:05
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	07/04/2025 10:35:14
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	14/04/2025 10:54:38
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	14/04/2025 10:54:47
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	28/04/2025 11:17:56
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	28/04/2025 11:18:08
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	05/05/2025 10:40:21
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,65	NORMAL	05/05/2025 10:40:29
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	12/05/2025 11:17:23
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	12/05/2025 11:17:31
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	19/05/2025 10:55:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,10	NORMAL	19/05/2025 10:55:10
Silvio	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	26/05/2025 10:57:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	26/05/2025 10:57:23

Totais da Unidade: 114,39

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/02/2025 11:59:48
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:26:46

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	5,45	NORMAL	13/01/2025 08:43:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,45	NORMAL	13/01/2025 08:44:05
Silvio	Infectantes	KG	2,25	NORMAL	20/01/2025 09:01:54
Silvio	Infectantes	KG	2,25	NORMAL	27/01/2025 09:00:19
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,45	NORMAL	27/01/2025 09:00:35
Silvio	Infectantes	KG	2,25	NORMAL	03/02/2025 09:01:43
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	10/02/2025 08:51:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	10/02/2025 08:51:45
Silvio	Infectantes	KG	2,75	NORMAL	17/02/2025 09:32:37
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	24/02/2025 08:52:34
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	10/03/2025 09:09:22
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	17/03/2025 09:09:05
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	31/03/2025 09:02:25
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	07/04/2025 08:04:00
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	14/04/2025 08:08:43
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	28/04/2025 08:48:51
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	12/05/2025 08:49:39
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	19/05/2025 08:46:44
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	26/05/2025 08:53:02

Totais da Unidade: 61,85

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	06/01/2025 08:47:12
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:27:22
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	05/05/2025 08:41:09

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 2212

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 2212			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	4,80	NORMAL	13/01/2025 09:37:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,45	NORMAL	13/01/2025 09:38:06
Silvio	Infectantes	KG	2,45	NORMAL	20/01/2025 10:02:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,18	NORMAL	20/01/2025 10:03:11
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	27/01/2025 09:41:43
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	03/02/2025 09:58:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	03/02/2025 09:58:27
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	10/02/2025 09:38:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	10/02/2025 09:38:24
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	24/02/2025 09:39:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	24/02/2025 09:40:00
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	10/03/2025 10:11:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	10/03/2025 10:12:02
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	31/03/2025 09:56:41
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 09:56:49
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	07/04/2025 09:06:21
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,15	NORMAL	07/04/2025 09:06:29
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	28/04/2025 09:51:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,85	NORMAL	28/04/2025 09:51:34
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	05/05/2025 09:26:35
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	05/05/2025 09:29:06
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	12/05/2025 09:53:06
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	12/05/2025 09:53:15
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	19/05/2025 09:23:36
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,35	NORMAL	19/05/2025 09:23:47
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	26/05/2025 09:48:57
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	26/05/2025 09:49:07

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	06/01/2025 09:39:00
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/02/2025 10:31:47
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:27:49
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/03/2025 09:35:48
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	14/04/2025 09:15:13
Totais da Unidade:			0,00		

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 2204			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,00	NORMAL	06/01/2025 13:26:34
Adelar	Infectantes	KG	7,50	NORMAL	06/01/2025 13:26:46
Adelar	Infectantes	KG	8,70	NORMAL	20/01/2025 13:56:03
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,80	NORMAL	20/01/2025 13:56:13
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,80	NORMAL	03/02/2025 14:04:11
Adelar	Infectantes	KG	7,90	NORMAL	03/02/2025 14:04:20
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	03/03/2025 11:32:44
Adelar	Infectantes	KG	16,30	NORMAL	17/03/2025 13:43:12
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,70	NORMAL	17/03/2025 14:17:49
Adelar	Infectantes	KG	6,45	NORMAL	31/03/2025 14:18:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,60	NORMAL	31/03/2025 14:18:54
Adelar	Infectantes	KG	10,65	NORMAL	14/04/2025 13:17:14
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,35	NORMAL	14/04/2025 13:18:07
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,85	NORMAL	28/04/2025 13:40:34
Adelar	Infectantes	KG	9,70	NORMAL	28/04/2025 13:40:42
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,95	NORMAL	12/05/2025 13:52:57
Adelar	Infectantes	KG	9,70	NORMAL	12/05/2025 13:53:06
Adelar	Infectantes	KG	9,55	NORMAL	26/05/2025 13:47:36
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 13:47:47

Adelar	Infectantes	LT	7,90	NORMAL	17/02/2025 14:06:02
Totais da Unidade:			7,90		

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4128		Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
---	--	-----------	-------------	--------------

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4128

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	2,60	NORMAL	06/01/2025 09:21:57
Silvio	Infectantes	KG	2,20	NORMAL	13/01/2025 09:11:06
Silvio	Infectantes	KG	2,19	NORMAL	20/01/2025 09:38:08
Silvio	Infectantes	KG	2,53	NORMAL	27/01/2025 09:19:46
Silvio	Infectantes	KG	2,35	NORMAL	03/02/2025 09:38:32
Silvio	Infectantes	KG	2,55	NORMAL	10/02/2025 09:14:48
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	17/02/2025 10:06:20
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	24/02/2025 09:17:10
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	03/03/2025 08:33:48
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	10/03/2025 09:48:36
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	17/03/2025 09:16:16
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	24/03/2025 08:46:50
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 09:34:02
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	07/04/2025 08:29:33
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	14/04/2025 08:45:03
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	28/04/2025 09:26:23
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	05/05/2025 09:06:10
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	12/05/2025 09:18:11
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	19/05/2025 09:07:01
Silvio	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	26/05/2025 09:23:26

Totais da Unidade: 50,67

Cliente: FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	20/01/2025 08:21:14
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	03/02/2025 08:24:23
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	10/03/2025 08:25:30
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 08:25:37
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	14/04/2025 07:30:10
Silvio	Infectantes	KG	1,25	NORMAL	14/04/2025 07:30:33
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	28/04/2025 08:11:32
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	12/05/2025 08:14:59
Silvio	Infectantes	KG	4,75	NORMAL	26/05/2025 08:15:54

Totais da Unidade: 26,65

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	06/01/2025 08:12:14
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/02/2025 08:58:02
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:28:20

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- CENTRO ATENÇÃO MULHER - 4125

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	1,60	NORMAL	06/01/2025 09:56:54
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,60	NORMAL	13/01/2025 09:59:04
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	20/01/2025 10:29:00
Silvio	Infectantes	KG	2,36	NORMAL	27/01/2025 09:59:53
Silvio	Infectantes	KG	1,75	NORMAL	03/02/2025 10:19:21
Silvio	Infectantes	KG	2,10	NORMAL	10/02/2025 09:59:04
Silvio	Infectantes	KG	2,55	NORMAL	17/02/2025 10:58:40
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	24/02/2025 10:08:48
Adelar	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	10/03/2025 11:25:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,15	NORMAL	10/03/2025 11:26:01
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	17/03/2025 11:13:32

Totais da Unidade: 21,31

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:29:39
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	10/03/2025 10:43:16

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- FARMÁCIA - 2916

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	225,00	NORMAL	31/03/2025 13:46:23
--------	-----------------------	----	--------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 225,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	4,10	NORMAL	06/01/2025 11:11:24
Silvio	Infectantes	KG	2,30	NORMAL	13/01/2025 10:54:39
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,40	NORMAL	13/01/2025 10:54:54
Silvio	Infectantes	KG	2,65	NORMAL	20/01/2025 11:38:28
Silvio	Infectantes	KG	3,35	NORMAL	27/01/2025 11:04:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	27/01/2025 11:04:13
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	03/02/2025 11:42:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,75	NORMAL	03/02/2025 11:42:37
Silvio	Infectantes	KG	2,35	NORMAL	10/02/2025 11:11:56
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	24/02/2025 11:20:40
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	10/03/2025 11:49:31
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	10/03/2025 11:49:40
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	17/03/2025 11:13:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	17/03/2025 11:17:06
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	31/03/2025 11:28:51
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	31/03/2025 11:29:05
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	07/04/2025 10:43:36
Silvio	Infectantes	KG	6,15	NORMAL	28/04/2025 11:25:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,85	NORMAL	28/04/2025 11:25:41
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	05/05/2025 10:48:12
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	12/05/2025 11:24:05
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,15	NORMAL	12/05/2025 11:24:15
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	19/05/2025 11:02:22
Silvio	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	26/05/2025 11:04:07

Totais da Unidade: 75,10

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/02/2025 12:01:58
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:30:15
Silvio	Infectantes	LT	4,55	NORMAL	14/04/2025 11:04:43

Totais da Unidade: 4,55

Cliente: FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE CRIANÇA - 4127

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	27/01/2025 09:15:34
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	03/02/2025 09:30:19
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	17/02/2025 09:57:37
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	10/03/2025 09:34:23

Totais da Unidade: 0,00

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	06/01/2025 09:06:56
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	13/01/2025 08:55:44
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	20/01/2025 09:26:33
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	10/02/2025 09:04:04
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	24/02/2025 09:07:17
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:31:39
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/03/2025 09:02:55
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	31/03/2025 09:23:31
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	07/04/2025 08:16:18
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	14/04/2025 08:33:03
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	28/04/2025 09:03:04
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	05/05/2025 08:50:04
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	12/05/2025 09:08:36
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	19/05/2025 08:58:52
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	26/05/2025 09:13:49

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	7,90	NORMAL	06/01/2025 10:58:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,30	NORMAL	06/01/2025 10:58:10
Silvio	Infectantes	KG	5,75	NORMAL	13/01/2025 10:40:30
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,60	NORMAL	13/01/2025 10:40:44
Silvio	Infectantes	KG	2,30	NORMAL	20/01/2025 11:26:51
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,16	NORMAL	20/01/2025 11:27:08
Silvio	Infectantes	KG	2,15	NORMAL	27/01/2025 10:50:21
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,75	NORMAL	27/01/2025 10:50:30
Silvio	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	03/02/2025 11:27:20
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	03/02/2025 11:27:50
Silvio	Infectantes	KG	4,35	NORMAL	10/02/2025 10:56:08
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,75	NORMAL	10/02/2025 10:56:25
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	17/02/2025 11:57:16
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,15	NORMAL	24/02/2025 11:02:14
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	10/03/2025 11:34:39
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,15	NORMAL	10/03/2025 11:34:53
Silvio	Infectantes	KG	4,45	NORMAL	17/03/2025 10:56:15
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,75	NORMAL	17/03/2025 10:57:00
Silvio	Infectantes	KG	2,25	NORMAL	31/03/2025 11:11:55
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,35	NORMAL	31/03/2025 11:12:03
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	07/04/2025 10:25:37
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,15	NORMAL	07/04/2025 10:25:50
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,15	NORMAL	14/04/2025 10:44:08
Silvio	Infectantes	KG	6,15	NORMAL	28/04/2025 11:11:05
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	05/05/2025 10:32:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,10	NORMAL	05/05/2025 10:32:33
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	12/05/2025 11:08:36
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,40	NORMAL	12/05/2025 11:08:46
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	19/05/2025 10:45:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	19/05/2025 10:49:47
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	26/05/2025 10:49:52
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,30	NORMAL	26/05/2025 10:50:40

Totais da Unidade: 108,01

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:32:13
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SALETE - 3695			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	11,80	NORMAL	06/01/2025 08:59:01
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,20	NORMAL	06/01/2025 08:59:13
Silvio	Infectantes	KG	2,35	NORMAL	20/01/2025 09:15:07
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,75	NORMAL	20/01/2025 09:15:25
Silvio	Infectantes	KG	3,65	NORMAL	03/02/2025 09:20:01
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,65	NORMAL	03/02/2025 09:20:37
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	10/03/2025 09:21:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	10/03/2025 09:22:02
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	31/03/2025 09:15:03
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 09:15:12
Silvio	Infectantes	KG	3,45	NORMAL	14/04/2025 08:23:58
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	14/04/2025 08:24:07
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	28/04/2025 09:00:23
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	28/04/2025 09:00:32
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	12/05/2025 09:01:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	12/05/2025 09:01:58
Silvio	Infectantes	KG	4,10	NORMAL	26/05/2025 09:04:39
Silvio	Perfurocortantes	KG	1.25	NORMAL	26/05/2025 09:04:47

Totais da Unidade: 70,90

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/02/2025 09:47:03
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:30:50

Totais da Unidade: 0,00

Cliente: FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124		Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
---	--	-----------	-------------	--------------

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124

Contrato: Qtde: 12,00

Valor: 13,00

Silvio	Infectantes	KG	4,60	NORMAL	06/01/2025 10:45:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,30	NORMAL	06/01/2025 10:45:56
Silvio	Infectantes	KG	4,60	NORMAL	13/01/2025 10:32:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	13/01/2025 10:32:44
Silvio	Infectantes	KG	1,85	NORMAL	20/01/2025 11:14:15
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	27/01/2025 10:40:22
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	03/02/2025 11:17:25
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	03/02/2025 11:17:47
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	10/02/2025 10:47:01
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	10/02/2025 10:47:13
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	17/02/2025 11:49:14
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	24/02/2025 10:51:42
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	24/02/2025 10:51:53
Silvio	Infectantes	KG	3,15	NORMAL	10/03/2025 11:20:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	10/03/2025 11:20:58
Silvio	Infectantes	KG	3,75	NORMAL	17/03/2025 10:48:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,15	NORMAL	31/03/2025 11:00:46
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	31/03/2025 11:00:56
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	07/04/2025 10:15:03
Silvio	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	14/04/2025 10:33:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	14/04/2025 10:33:57
Silvio	Infectantes	KG	3,55	NORMAL	28/04/2025 11:03:02
Silvio	Infectantes	KG	0,80	NORMAL	05/05/2025 10:23:21
Silvio	Infectantes	KG	2,90	NORMAL	12/05/2025 10:57:45
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	12/05/2025 10:57:56
Silvio	Infectantes	KG	0,60	NORMAL	19/05/2025 10:37:15
Silvio	Infectantes	KG	2,80	NORMAL	26/05/2025 10:42:00

Totais da Unidade: 80,00

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	03/03/2025 07:28:57
			Totais da Unidade:	0,00	

Cliente: FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			

Cliente: FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Silvio	Infectantes	KG	11,10	NORMAL	06/01/2025 10:07:21
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,90	NORMAL	06/01/2025 10:07:31
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,90	NORMAL	06/01/2025 10:15:43
Silvio	Infectantes	KG	9,20	NORMAL	13/01/2025 10:11:57
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,60	NORMAL	13/01/2025 10:12:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,40	NORMAL	13/01/2025 10:13:07
Silvio	Infectantes	KG	6,85	NORMAL	20/01/2025 10:39:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,58	NORMAL	20/01/2025 10:39:20
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,85	NORMAL	20/01/2025 10:39:40
Silvio	Infectantes	KG	11,56	NORMAL	27/01/2025 10:12:23
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	27/01/2025 10:12:32
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,59	NORMAL	27/01/2025 10:12:45
Silvio	Infectantes	KG	8,63	NORMAL	03/02/2025 10:28:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,26	NORMAL	03/02/2025 10:29:02
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,59	NORMAL	03/02/2025 10:29:10
Silvio	Infectantes	KG	60,03	NORMAL	10/02/2025 10:24:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	12,01	NORMAL	10/02/2025 10:24:22
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,06	NORMAL	10/02/2025 10:24:41
Silvio	Infectantes	KG	45,02	NORMAL	17/02/2025 11:22:40
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,00	NORMAL	17/02/2025 11:22:50
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,08	NORMAL	17/02/2025 11:23:21
Silvio	Infectantes	KG	48,01	NORMAL	24/02/2025 10:29:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	12,05	NORMAL	24/02/2025 10:29:18
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	2,08	NORMAL	24/02/2025 10:29:32
Silvio	Infectantes	KG	54,10	NORMAL	03/03/2025 09:29:38
Silvio	Perfurocortantes	KG	10,12	NORMAL	03/03/2025 09:29:58
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,18	NORMAL	03/03/2025 09:30:08
Silvio	Infectantes	KG	62,40	NORMAL	10/03/2025 10:59:15
Silvio	Perfurocortantes	KG	12,08	NORMAL	10/03/2025 10:59:27
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,01	NORMAL	10/03/2025 10:59:37
Silvio	Infectantes	KG	47,20	NORMAL	17/03/2025 10:11:52
Silvio	Perfurocortantes	KG	16,70	NORMAL	17/03/2025 10:12:01
Silvio	Perfurocortantes	KG	11,60	NORMAL	24/03/2025 09:18:35
Silvio	Infectantes	KG	41,70	NORMAL	24/03/2025 09:18:45
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,90	NORMAL	24/03/2025 09:19:01
Silvio	Infectantes	KG	55,40	NORMAL	31/03/2025 10:35:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	12,00	NORMAL	31/03/2025 10:35:42
Silvio	Infectantes	KG	36,18	NORMAL	07/04/2025 09:51:02
Silvio	Infectantes	KG	18,24	NORMAL	07/04/2025 09:51:19
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	11,21	NORMAL	07/04/2025 09:51:34
Silvio	Infectantes	KG	41,02	NORMAL	14/04/2025 10:06:24
Silvio	Infectantes	KG	112,20	NORMAL	28/04/2025 10:37:09
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,20	NORMAL	28/04/2025 10:37:30
Silvio	Perfurocortantes	KG	28,40	NORMAL	28/04/2025 10:37:46
Silvio	Infectantes	KG	53,00	NORMAL	05/05/2025 10:03:46
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,10	NORMAL	05/05/2025 10:03:57
Silvio	Infectantes	KG	55,09	NORMAL	12/05/2025 10:31:51
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,08	NORMAL	12/05/2025 10:32:03
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	9,03	NORMAL	12/05/2025 10:32:23
Silvio	Infectantes	KG	56,03	NORMAL	19/05/2025 10:15:33
Silvio	Perfurocortantes	KG	10,03	NORMAL	19/05/2025 10:15:48
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	9,70	NORMAL	19/05/2025 10:16:01
Silvio	Infectantes	KG	64,20	NORMAL	26/05/2025 11:25:52
Silvio	Perfurocortantes	KG	18,00	NORMAL	26/05/2025 11:26:11
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,20	NORMAL	26/05/2025 11:26:22

Totais da Unidade: 1.172,90

Silvio	Infectantes	LT	11,03	NORMAL	14/04/2025 10:06:34
--------	-------------	----	-------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 11,03

Cliente: FMS DE CAÇADOR- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA - 3698

Contrato: Qtde: 0,00

Valor: 0,00

Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	10/03/2025 09:42:30
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 0,00

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	13/01/2025 09:05:26
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	10/02/2025 11:01:10
--------	-------------	----	------	--------	---------------------

Totais da Unidade: 0,00

Total do Município

Unidade

Quantidade

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			
Químicos/Medicamentos	KG	325,18			
Perfurocortantes	LT	19,20			
Perfurocortantes	KG	795,41			
Metais Pesados - Revelador/Fixador	KG	4,50			
Infectantes	LT	97,93			
Infectantes	KG	2.598,58			
Total Geral	Unidade	Quantidade			
Químicos/Medicamentos	KG	325,18			
Perfurocortantes	LT	19,20			
Perfurocortantes	KG	795,41			
Metais Pesados - Revelador/Fixador	KG	4,50			
Infectantes	LT	97,93			
Infectantes	KG	2.598,58			

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004157 FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	3,35	NORMAL	26/05/2025 10:24:02
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	23/06/2025 14:57:50
Totais da Unidade:			3,35		
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	09/06/2025 14:56:50
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	3,35		
Cliente: 001515 FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNAL INFANTIL		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	7,85	NORMAL	26/05/2025 09:15:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 09:15:25
Silvio	Infectantes	KG	16,88	NORMAL	09/06/2025 16:46:17
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,95	NORMAL	09/06/2025 16:46:25
Silvio	Infectantes	KG	8,63	NORMAL	17/06/2025 11:35:19
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	11,35	NORMAL	17/06/2025 11:35:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	9,63	NORMAL	17/06/2025 11:35:40
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	23/06/2025 09:27:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,62	NORMAL	23/06/2025 09:27:20
Totais da Unidade:			75,48		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	11,35		
Perfurocortantes		KG	24,45		
Infectantes		KG	39,68		
Cliente: 003697 FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	35,40	NORMAL	26/05/2025 10:49:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	10,85	NORMAL	26/05/2025 10:49:17
Adelar	Infectantes	KG	34,65	NORMAL	02/06/2025 13:10:20
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,80	NORMAL	02/06/2025 13:10:35
Adelar	Infectantes	KG	31,80	NORMAL	09/06/2025 15:17:52
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,95	NORMAL	09/06/2025 15:18:02
Adelar	Infectantes	KG	33,50	NORMAL	16/06/2025 11:11:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,80	NORMAL	16/06/2025 11:11:26
Silvio	Infectantes	KG	32,56	NORMAL	23/06/2025 10:14:20
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,52	NORMAL	23/06/2025 10:14:29
Totais da Unidade:			215,83		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	47,92		
Infectantes		KG	167,91		
Cliente: 002206 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	3,55	NORMAL	26/05/2025 10:05:53
Silvio	Infectantes	KG	8,53	NORMAL	17/06/2025 10:07:41
Silvio	Infectantes	KG	3,69	NORMAL	23/06/2025 10:04:21
Totais da Unidade:			15,77		
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	09/06/2025 17:34:10
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	15,77		
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	26/05/2025 10:31:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,45	NORMAL	26/05/2025 10:32:29
Silvio	Infectantes	KG	6,35	NORMAL	09/06/2025 15:04:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,53	NORMAL	09/06/2025 15:04:53
Silvio	Infectantes	KG	2,36	NORMAL	17/06/2025 11:04:07
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,26	NORMAL	17/06/2025 11:04:15
Silvio	Infectantes	KG	2,35	NORMAL	23/06/2025 15:03:23
Totais da Unidade:			27,45		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Perfurocortantes	KG	12,24			
Infectantes	KG	15,21			
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	26/05/2025 09:58:17
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	09/06/2025 17:23:42
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,39	NORMAL	09/06/2025 17:23:49
Silvio	Infectantes	KG	7,85	NORMAL	17/06/2025 09:56:42
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,39	NORMAL	17/06/2025 09:56:54
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	23/06/2025 09:56:08
Totais da Unidade:			39,43		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	11,78			
Infectantes	KG	27,65			
Cliente: 002209 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	26/05/2025 10:57:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	1,25	NORMAL	26/05/2025 10:57:23
Silvio	Infectantes	KG	7,53	NORMAL	09/06/2025 15:30:14
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,95	NORMAL	09/06/2025 15:30:22
Silvio	Infectantes	KG	4,53	NORMAL	16/06/2025 14:22:48
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,65	NORMAL	16/06/2025 14:22:56
Silvio	Infectantes	KG	4,23	NORMAL	23/06/2025 15:34:47
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,52	NORMAL	23/06/2025 15:34:53
Totais da Unidade:			34,51		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	14,37			
Infectantes	KG	20,14			
Cliente: 002211 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	26/05/2025 08:53:02
Silvio	Infectantes	KG	7,56	NORMAL	09/06/2025 16:29:54
Silvio	Infectantes	KG	5,32	NORMAL	17/06/2025 09:11:59
Silvio	Infectantes	KG	4,23	NORMAL	23/06/2025 08:47:16
Totais da Unidade:			21,26		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes	KG	21,26			
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	26/05/2025 09:48:57
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,25	NORMAL	26/05/2025 09:49:07
Silvio	Infectantes	KG	9,65	NORMAL	09/06/2025 17:10:17
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,95	NORMAL	09/06/2025 17:10:25
Silvio	Infectantes	KG	5,32	NORMAL	17/06/2025 09:43:22
Silvio	Infectantes	KG	5,63	NORMAL	23/06/2025 09:36:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,41	NORMAL	23/06/2025 09:36:58
Totais da Unidade:			38,76		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	13,61			
Infectantes	KG	25,15			
Cliente: 002204 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 220		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	9,55	NORMAL	26/05/2025 13:47:36
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 13:47:47
Adelar	Infectantes	KG	7,02	NORMAL	09/06/2025 13:26:57
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,10	NORMAL	09/06/2025 13:27:04
Silvio	Infectantes	KG	6,53	NORMAL	23/06/2025 13:12:20
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,52	NORMAL	23/06/2025 13:12:26
Totais da Unidade:			32,97		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	9,87			
Infectantes	KG	23,10			

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004124 FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	2,80	NORMAL	26/05/2025 10:42:00
Silvio	Infectantes	KG	5,36	NORMAL	09/06/2025 15:15:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	09/06/2025 15:15:21
Silvio	Infectantes	KG	5,32	NORMAL	17/06/2025 11:14:23
Silvio	Infectantes	KG	3,21	NORMAL	23/06/2025 15:12:47
		Totais da Unidade:	20,34		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,65		
Infectantes		KG	16,69		

Quantidade Total:	638,49
-------------------	--------

Total Geral por Resíduo	Unidade	Quantidade
Químicos/Medicamentos	KG	11,35
Perfurocortantes	KG	165,72
Infectantes	LT	0,00
Infectantes	KG	461,42

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
<div> <div> <div>Ciente: 003694</div> <div>FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694</div> </div> </div>		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	64,20	NORMAL	26/05/2025 11:25:52
Silvio	Perfurocortantes	KG	18,00	NORMAL	26/05/2025 11:26:11
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,20	NORMAL	26/05/2025 11:26:22
Silvio	Infectantes	KG	120,00	NORMAL	09/06/2025 14:48:06
Silvio	Perfurocortantes	KG	31,70	NORMAL	09/06/2025 14:48:14
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	11,20	NORMAL	09/06/2025 14:48:22
Silvio	Perfurocortantes	KG	16,60	NORMAL	17/06/2025 10:52:33
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,30	NORMAL	17/06/2025 10:52:39
Silvio	Infectantes	KG	65,90	NORMAL	17/06/2025 10:53:26
Silvio	Infectantes	KG	52,40	NORMAL	23/06/2025 13:55:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,40	NORMAL	23/06/2025 13:55:40
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,20	NORMAL	23/06/2025 13:55:47
Totais da Unidade:			408,10		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	25,90		
Perfurocortantes		KG	79,70		
Infectantes		KG	302,50		
			Quantidade Total:	408,10	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	25,90		
Perfurocortantes		KG	79,70		
Infectantes		KG	302,50		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Ciente: 003709	FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	9,15	NORMAL	26/05/2025 08:36:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,25	NORMAL	26/05/2025 08:36:59
Silvio	Infectantes	KG	18,65	NORMAL	09/06/2025 16:05:25
Silvio	Infectantes	KG	7,53	NORMAL	17/06/2025 08:53:56
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,63	NORMAL	17/06/2025 08:55:25
Silvio	Infectantes	KG	6,93	NORMAL	23/06/2025 08:31:59
Totais da Unidade:			55,14		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	12,88		
Infectantes		KG	42,26		
Ciente: 003698	FMS DE CAÇADOR- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA -	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	09/06/2025 16:14:41
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Quantidade Total:			55,14		
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	12,88		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	42,26		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003586 FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 35		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	8,75	NORMAL	26/05/2025 10:12:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	26/05/2025 10:13:07
Adelar	Infectantes	KG	12,35	NORMAL	09/06/2025 10:33:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,36	NORMAL	09/06/2025 10:33:50
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	17/06/2025 10:19:25
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,21	NORMAL	17/06/2025 10:19:34
Silvio	Infectantes	KG	20,93	NORMAL	23/06/2025 10:26:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,36	NORMAL	23/06/2025 10:26:24
Totais da Unidade:				67,84	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	16,18		
Infectantes		KG	51,66		
				Quantidade Total:	67,84
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	16,18		
Infectantes		KG	51,66		

Relatório de Coletas Realizadas por Municípios

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			
Cliente: FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR - 4157			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	07/07/2025 13:44:37
Silvio	Infectantes	KG	3,65	NORMAL	21/07/2025 14:48:49
Totais da Unidade:			9,97		
Cliente: FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709			Contrato:	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	6,53	NORMAL	30/06/2025 08:26:59
Silvio	Infectantes	KG	9,21	NORMAL	07/07/2025 08:37:22
Silvio	Infectantes	KG	56,07	NORMAL	14/07/2025 08:26:04
Silvio	Infectantes	KG	6,80	NORMAL	14/07/2025 08:26:10
Silvio	Infectantes	KG	4,25	NORMAL	21/07/2025 08:34:13
Silvio	Infectantes	KG	61,45	NORMAL	21/07/2025 08:38:57
Totais da Unidade:			144,31		
Cliente: FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNAL INFANTIL - 1515			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	11,86	NORMAL	30/06/2025 14:03:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,98	NORMAL	30/06/2025 14:03:58
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	07/07/2025 09:12:44
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,32	NORMAL	07/07/2025 09:12:51
Silvio	Infectantes	KG	11,40	NORMAL	14/07/2025 09:44:06
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,52	NORMAL	14/07/2025 09:45:37
Silvio	Infectantes	KG	9,83	NORMAL	21/07/2025 09:21:35
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,52	NORMAL	21/07/2025 09:21:41
Totais da Unidade:			63,06		
Cliente: FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 3586			Contrato:	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	10,75	NORMAL	30/06/2025 11:31:56
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,26	NORMAL	30/06/2025 11:32:04
Silvio	Infectantes	KG	8,53	NORMAL	07/07/2025 12:53:42
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,60	NORMAL	07/07/2025 12:53:49
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,50	NORMAL	14/07/2025 13:21:51
Silvio	Infectantes	KG	17,20	NORMAL	14/07/2025 13:22:07
Silvio	Infectantes	KG	27,86	NORMAL	21/07/2025 11:44:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,56	NORMAL	21/07/2025 11:44:34
Totais da Unidade:			89,26		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,60	NORMAL	07/07/2025 13:04:28
Adelar	Infectantes	KG	26,00	NORMAL	07/07/2025 13:04:59
Silvio	Infectantes	KG	34,20	NORMAL	14/07/2025 13:25:56
Silvio	Perfurocortantes	KG	28,50	NORMAL	14/07/2025 13:26:11
Silvio	Infectantes	KG	36,98	NORMAL	21/07/2025 11:35:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	15,78	NORMAL	21/07/2025 11:35:20
Totais da Unidade:			149,06		
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	30/06/2025 11:21:10
Totais da Unidade:			0,00		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	4,01	NORMAL	30/06/2025 10:46:01
Silvio	Infectantes	KG	5,69	NORMAL	07/07/2025 10:59:24
Silvio	Infectantes	KG	4,55	NORMAL	14/07/2025 14:11:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	0,60	NORMAL	14/07/2025 14:12:31
Silvio	Infectantes	KG	4,23	NORMAL	21/07/2025 10:04:50
Totais da Unidade:			19,08		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	4,32	NORMAL	30/06/2025 15:13:10
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,32	NORMAL	30/06/2025 15:14:12
Silvio	Infectantes	KG	3,69	NORMAL	07/07/2025 13:52:03
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,36	NORMAL	07/07/2025 13:52:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,75	NORMAL	14/07/2025 14:25:57
Silvio	Infectantes	KG	2,45	NORMAL	14/07/2025 14:26:07
Silvio	Infectantes	KG	5,36	NORMAL	21/07/2025 14:39:58
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,69	NORMAL	21/07/2025 14:40:04
Totais da Unidade:			29,94		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICIPIOS - 2210			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Relatório de Coletas Realizadas por Municípios

Página 2

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	4,87	NORMAL	30/06/2025 10:40:17
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	07/07/2025 10:52:59
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,69	NORMAL	07/07/2025 10:53:05
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,10	NORMAL	14/07/2025 10:44:00
Silvio	Infectantes	KG	5,90	NORMAL	14/07/2025 10:44:06
Silvio	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	21/07/2025 09:58:04
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,93	NORMAL	21/07/2025 09:58:09
Totais da Unidade:			36,79		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	5,21	NORMAL	30/06/2025 14:41:28
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,10	NORMAL	30/06/2025 14:41:38
Silvio	Infectantes	KG	9,82	NORMAL	07/07/2025 14:18:58
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,21	NORMAL	07/07/2025 14:19:04
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	14/07/2025 14:52:24
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,23	NORMAL	14/07/2025 14:52:30
Silvio	Infectantes	KG	9,86	NORMAL	21/07/2025 14:12:22
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,32	NORMAL	21/07/2025 14:12:36
Totais da Unidade:			50,07		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	2,31	NORMAL	30/06/2025 08:54:39
Silvio	Infectantes	KG	3,21	NORMAL	07/07/2025 09:01:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,80	NORMAL	14/07/2025 08:53:47
Silvio	Infectantes	KG	3,25	NORMAL	14/07/2025 08:54:06
Silvio	Infectantes	KG	4,41	NORMAL	21/07/2025 08:52:24
Totais da Unidade:			17,98		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 2212			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,53	NORMAL	30/06/2025 14:16:00
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	30/06/2025 14:16:05
Silvio	Infectantes	KG	4,52	NORMAL	07/07/2025 10:12:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,61	NORMAL	07/07/2025 10:12:53
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,70	NORMAL	14/07/2025 09:59:32
Silvio	Infectantes	KG	7,30	NORMAL	14/07/2025 09:59:56
Silvio	Infectantes	KG	7,56	NORMAL	21/07/2025 09:29:22
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,23	NORMAL	21/07/2025 09:29:30
Totais da Unidade:			43,10		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 2204			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,80	NORMAL	07/07/2025 14:01:04
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,20	NORMAL	07/07/2025 14:01:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,30	NORMAL	21/07/2025 13:15:21
Silvio	Infectantes	KG	6,50	NORMAL	21/07/2025 13:15:58
Totais da Unidade:			22,80		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4128			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	2,19	NORMAL	30/06/2025 09:39:46
Silvio	Infectantes	KG	3,69	NORMAL	07/07/2025 09:38:44
Silvio	Infectantes	KG	2,53	NORMAL	14/07/2025 09:28:50
Silvio	Infectantes	KG	3,21	NORMAL	21/07/2025 10:39:42
Totais da Unidade:			11,62		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,52	NORMAL	07/07/2025 08:17:27
Silvio	Infectantes	KG	2,21	NORMAL	07/07/2025 08:17:50
Silvio	Infectantes	KG	2,45	NORMAL	21/07/2025 08:14:52
Totais da Unidade:			8,18		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	2,53	NORMAL	07/07/2025 14:26:38
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,36	NORMAL	07/07/2025 14:26:44
Silvio	Infectantes	KG	3,69	NORMAL	14/07/2025 15:06:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,56	NORMAL	14/07/2025 15:06:19
Silvio	Infectantes	KG	2,05	NORMAL	21/07/2025 14:01:29
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,39	NORMAL	21/07/2025 14:01:39
Totais da Unidade:			15,58		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Município: CACADOR		SC			
Cliente: FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	LT	3,62	NORMAL	30/06/2025 14:31:30
Adelar	Perfurocortantes	LT	1,23	NORMAL	30/06/2025 14:31:35
Totais da Unidade:			4,85		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE CRIANÇA - 4127			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	30/06/2025 14:04:43
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	07/07/2025 09:14:14
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	14/07/2025 09:46:13
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	21/07/2025 09:21:09
Totais da Unidade:			0,00		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	07/07/2025 14:12:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,52	NORMAL	07/07/2025 14:12:39
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	14/07/2025 14:45:02
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	14/07/2025 14:45:10
Totais da Unidade:			20,81		
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	30/06/2025 14:48:20
Silvio	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	21/07/2025 14:18:22
Totais da Unidade:			0,00		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SALETE - 3695			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	30/06/2025 09:13:16
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,21	NORMAL	30/06/2025 09:13:23
Silvio	Infectantes	KG	13,50	NORMAL	14/07/2025 09:14:15
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,54	NORMAL	14/07/2025 09:14:24
Totais da Unidade:			26,57		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124			Contrato:	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,65	NORMAL	30/06/2025 14:58:28
Silvio	Infectantes	KG	2,01	NORMAL	07/07/2025 14:02:05
Silvio	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	14/07/2025 14:36:08
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,90	NORMAL	14/07/2025 14:36:15
Silvio	Infectantes	KG	2,40	NORMAL	21/07/2025 14:26:27
Totais da Unidade:			15,06		
Cliente: FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694			Contrato:	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	54,70	NORMAL	30/06/2025 13:09:19
Adelar	Perfurocortantes	KG	16,30	NORMAL	30/06/2025 13:09:30
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	8,30	NORMAL	30/06/2025 13:09:40
Silvio	Infectantes	KG	47,03	NORMAL	07/07/2025 13:07:12
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,02	NORMAL	07/07/2025 13:09:13
Silvio	Perfurocortantes	KG	14,30	NORMAL	14/07/2025 13:40:18
Silvio	Infectantes	KG	58,00	NORMAL	14/07/2025 13:40:45
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,90	NORMAL	14/07/2025 13:40:51
Silvio	Infectantes	KG	56,40	NORMAL	21/07/2025 11:20:55
Silvio	Perfurocortantes	KG	15,00	NORMAL	21/07/2025 11:21:06
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	3,40	NORMAL	21/07/2025 11:21:14
Totais da Unidade:			291,35		
Total do Município		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	16,60		
Perfurocortantes		LT	1,23		
Perfurocortantes		KG	263,20		
Infectantes		KG	117,52		
Infectantes		LT	3,62		
Infectantes		KG	667,27		
Total Geral		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	16,60		
Perfurocortantes		LT	1,23		
Perfurocortantes		KG	263,20		
Infectantes		KG	117,52		
Infectantes		LT	3,62		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Infectantes	KG	667,27			

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004157 FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	04/08/2025 15:35:18
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente Infectantes		Unidade KG	Quantidade 0,00		
Cliente: 001515 FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNO INFANTIL		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	7,89	NORMAL	28/07/2025 09:46:43
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,82	NORMAL	28/07/2025 09:46:50
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	04/08/2025 09:14:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,21	NORMAL	04/08/2025 09:14:56
Silvio	Infectantes	KG	19,63	NORMAL	14/08/2025 16:15:44
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,52	NORMAL	14/08/2025 16:15:51
Adelar	Infectantes	KG	19,50	NORMAL	25/08/2025 09:40:54
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,80	NORMAL	25/08/2025 09:41:37
Totais da Unidade:			81,00		
Total de Resíduos do Cliente Perfurocortantes		Unidade KG	Quantidade 24,35		
Infectantes		KG	56,65		
Cliente: 003697 FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	31,65	NORMAL	28/07/2025 13:11:04
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,63	NORMAL	28/07/2025 13:11:13
Silvio	Infectantes	KG	33,36	NORMAL	04/08/2025 13:57:56
Silvio	Perfurocortantes	KG	12,69	NORMAL	04/08/2025 13:58:05
Silvio	Infectantes	KG	35,89	NORMAL	15/08/2025 07:27:10
Adelar	Infectantes	KG	54,70	NORMAL	25/08/2025 13:52:09
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,30	NORMAL	25/08/2025 13:52:16
Totais da Unidade:			182,22		
Total de Resíduos do Cliente Perfurocortantes		Unidade KG	Quantidade 26,62		
Infectantes		KG	155,60		
Cliente: 002206 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,53	NORMAL	28/07/2025 11:09:24
Silvio	Infectantes	KG	4,03	NORMAL	04/08/2025 10:15:42
Silvio	Infectantes	KG	5,70	NORMAL	15/08/2025 08:02:27
Adelar	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	25/08/2025 14:18:09
Totais da Unidade:			22,58		
Total de Resíduos do Cliente Infectantes		Unidade KG	Quantidade 22,58		
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,25	NORMAL	04/08/2025 15:42:00
Silvio	Infectantes	KG	3,90	NORMAL	04/08/2025 15:42:13
Silvio	Infectantes	KG	2,90	NORMAL	15/08/2025 15:04:37
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,10	NORMAL	25/08/2025 16:05:52
Adelar	Infectantes	KG	3,80	NORMAL	25/08/2025 16:06:36
Totais da Unidade:			15,95		
Total de Resíduos do Cliente Perfurocortantes		Unidade KG	Quantidade 5,35		
Infectantes		KG	10,60		
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	28/07/2025 11:03:10
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,53	NORMAL	28/07/2025 11:03:19
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	04/08/2025 10:09:11
Silvio	Infectantes	KG	7,51	NORMAL	15/08/2025 08:10:58
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,21	NORMAL	15/08/2025 08:11:06
Adelar	Infectantes	KG	8,80	NORMAL	25/08/2025 11:30:23
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,61	NORMAL	25/08/2025 11:30:35
Totais da Unidade:			46,27		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Perfurocortantes	KG	13,35			
Infectantes	KG	32,92			
Cliente: 002209 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	14,52	NORMAL	04/08/2025 15:04:32
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,53	NORMAL	04/08/2025 15:04:41
Silvio	Infectantes	KG	12,10	NORMAL	15/08/2025 14:23:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	10,60	NORMAL	15/08/2025 14:23:49
Adelar	Infectantes	KG	6,20	NORMAL	25/08/2025 15:33:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,80	NORMAL	25/08/2025 15:33:52
			Totais da Unidade:	53,75	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	20,93			
Infectantes	KG	32,82			
Cliente: 002211 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	5,63	NORMAL	28/07/2025 08:52:53
Silvio	Infectantes	KG	5,23	NORMAL	04/08/2025 08:46:27
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,30	NORMAL	14/08/2025 16:00:31
Silvio	Infectantes	KG	5,90	NORMAL	14/08/2025 16:00:39
Adelar	Infectantes	KG	5,20	NORMAL	25/08/2025 09:11:13
			Totais da Unidade:	24,26	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	2,30			
Infectantes	KG	21,96			
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	8,56	NORMAL	28/07/2025 10:02:05
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,36	NORMAL	28/07/2025 10:02:15
Silvio	Infectantes	KG	8,05	NORMAL	04/08/2025 09:21:07
Silvio	Perfurocortantes	KG	4,03	NORMAL	04/08/2025 09:21:15
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	15/08/2025 09:15:25
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,96	NORMAL	15/08/2025 09:15:33
Adelar	Infectantes	KG	11,60	NORMAL	25/08/2025 11:05:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,40	NORMAL	25/08/2025 11:05:37
			Totais da Unidade:	58,59	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes	KG	20,75			
Infectantes	KG	37,84			
Cliente: 002204 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 220					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,60	NORMAL	04/08/2025 13:23:05
			Totais da Unidade:	6,60	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes	KG	6,60			
Cliente: 004128 FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4128					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	5,83	NORMAL	28/07/2025 09:28:49
Silvio	Infectantes	KG	4,06	NORMAL	04/08/2025 11:04:27
Silvio	Infectantes	KG	8,96	NORMAL	15/08/2025 13:34:29
Adelar	Infectantes	KG	5,63	NORMAL	25/08/2025 10:17:11
			Totais da Unidade:	24,48	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes	KG	24,48			
Cliente: 002208 FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00
					Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	3,56	NORMAL	04/08/2025 08:08:17
Adelar	Infectantes	KG	14,30	NORMAL	25/08/2025 08:17:28
			Totais da Unidade:	17,86	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes	KG	17,86			

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002214 FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	5,36	NORMAL	04/08/2025 14:54:11
Silvio	Perfurocortantes	KG	2,36	NORMAL	04/08/2025 14:54:18
Silvio	Perfurocortantes	KG	0,67	NORMAL	15/08/2025 14:11:02
Silvio	Infectantes	KG	2,20	NORMAL	15/08/2025 14:11:23
Adelar	Infectantes	KG	4,30	NORMAL	25/08/2025 15:20:07
			Totais da Unidade:	14,89	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,03		
Infectantes		KG	11,86		
Cliente: 004127 FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE C		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	28/07/2025 09:45:50
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	04/08/2025 09:14:21
Silvio	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	14/08/2025 16:17:01
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	25/08/2025 09:39:24
			Totais da Unidade:	0,00	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	0,00		
Cliente: 003696 FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	17,54	NORMAL	28/07/2025 14:54:45
Silvio	Perfurocortantes	KG	8,42	NORMAL	28/07/2025 14:54:54
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,80	NORMAL	04/08/2025 15:13:09
Silvio	Infectantes	KG	10,50	NORMAL	04/08/2025 15:13:39
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,60	NORMAL	15/08/2025 14:36:01
Silvio	Infectantes	KG	21,15	NORMAL	15/08/2025 14:37:15
Adelar	Infectantes	KG	14,10	NORMAL	25/08/2025 15:43:25
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,80	NORMAL	25/08/2025 15:43:32
			Totais da Unidade:	85,91	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	22,62		
Infectantes		KG	63,29		
Cliente: 003695 FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SAÍ		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,96	NORMAL	28/07/2025 09:07:39
Silvio	Infectantes	KG	7,30	NORMAL	28/07/2025 09:08:35
Silvio	Infectantes	KG	13,55	NORMAL	15/08/2025 13:23:45
			Totais da Unidade:	26,81	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	5,96		
Infectantes		KG	20,85		
Cliente: 004124 FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Silvio	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	04/08/2025 15:22:41
Silvio	Perfurocortantes	KG	3,65	NORMAL	04/08/2025 15:22:47
Silvio	Infectantes	KG	3,60	NORMAL	15/08/2025 14:52:11
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,30	NORMAL	25/08/2025 15:52:27
Adelar	Infectantes	KG	4,10	NORMAL	25/08/2025 15:52:56
			Totais da Unidade:	19,97	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	5,95		
Infectantes		KG	14,02		
Quantidade Total:				681,14	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	151,21		
Infectantes		KG	529,93		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003694	FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	50,90	NORMAL	28/07/2025 13:35:21
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	4,30	NORMAL	28/07/2025 13:35:31
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,50	NORMAL	28/07/2025 13:35:38
Silvio	Infectantes	KG	51,80	NORMAL	04/08/2025 14:25:33
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	6,60	NORMAL	04/08/2025 14:25:40
Silvio	Perfurocortantes	KG	13,40	NORMAL	04/08/2025 14:25:48
Silvio	Infectantes	KG	77,30	NORMAL	15/08/2025 10:53:26
Silvio	Químicos/Medicamentos	KG	5,30	NORMAL	15/08/2025 10:53:51
Silvio	Perfurocortantes	KG	18,40	NORMAL	15/08/2025 11:02:39
Adelar	Infectantes	KG	89,20	NORMAL	25/08/2025 13:32:31
Adelar	Perfurocortantes	KG	18,40	NORMAL	25/08/2025 13:32:45
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	9,20	NORMAL	25/08/2025 13:32:53
Totais da Unidade:			358,30		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	25,40		
Perfurocortantes		KG	63,70		
Infectantes		KG	269,20		
			Quantidade Total:	358,30	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	25,40		
Perfurocortantes		KG	63,70		
Infectantes		KG	269,20		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003586 FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 35		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	11,36	NORMAL	28/07/2025 13:20:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	7,52	NORMAL	28/07/2025 13:20:16
Silvio	Infectantes	KG	15,36	NORMAL	04/08/2025 14:14:28
Silvio	Perfurocortantes	KG	5,23	NORMAL	04/08/2025 14:14:35
Silvio	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	15/08/2025 10:31:09
Silvio	Perfurocortantes	KG	10,93	NORMAL	15/08/2025 10:31:17
Adelar	Infectantes	KG	32,18	NORMAL	25/08/2025 14:01:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,52	NORMAL	25/08/2025 14:01:53
Totais da Unidade:			98,73		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	30,20		
Infectantes		KG	68,53		
			Quantidade Total:	98,73	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	30,20		
Infectantes		KG	68,53		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Ciente: 003709	FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Silvio	Infectantes	KG	10,31	NORMAL	28/07/2025 08:22:53
Silvio	Infectantes	KG	2,63	NORMAL	28/07/2025 08:23:00
Silvio	Infectantes	KG	7,58	NORMAL	04/08/2025 08:28:40
Silvio	Infectantes	KG	26,36	NORMAL	04/08/2025 08:28:50
Silvio	Perfurocortantes	KG	6,23	NORMAL	14/08/2025 15:36:49
Silvio	Infectantes	KG	8,32	NORMAL	14/08/2025 15:37:08
Silvio	Infectantes	KG	75,63	NORMAL	14/08/2025 15:37:15
Adelar	Infectantes	KG	44,50	NORMAL	25/08/2025 08:38:51
Totais da Unidade:			181,56		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	6,23		
Infectantes		KG	156,80		
Infectantes		KG	18,53		
Ciente: 003698	FMS DE CAÇADOR- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA -	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	25/08/2025 10:13:13
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Quantidade Total:			181,56		
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	6,23		
Infectantes		KG	156,80		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	18,53		

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004157 FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					
Adelar	Infectantes	KG	9,63	NORMAL	01/09/2025 14:54:47
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,25	NORMAL	01/09/2025 14:54:54
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	15/09/2025 15:12:40
Totais da Unidade:				13,88	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	4,25		
Infectantes		KG	9,63		
Cliente: 001515 FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNO INFANTIL CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					
Adelar	Infectantes	KG	11,70	NORMAL	01/09/2025 09:25:24
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,10	NORMAL	01/09/2025 09:25:52
Adelar	Infectantes	KG	11,50	NORMAL	08/09/2025 09:15:16
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,40	NORMAL	08/09/2025 09:15:22
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	5,70	NORMAL	08/09/2025 09:15:32
Adelar	Infectantes	KG	13,60	NORMAL	15/09/2025 09:29:23
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,60	NORMAL	15/09/2025 09:29:30
Adelar	Infectantes	KG	12,60	NORMAL	22/09/2025 09:50:32
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,00	NORMAL	22/09/2025 09:50:40
Totais da Unidade:				74,20	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	5,70		
Perfurocortantes		KG	19,10		
Infectantes		KG	49,40		
Cliente: 003697 FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 369 CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					
Adelar	Infectantes	KG	48,09	NORMAL	01/09/2025 11:17:14
Adelar	Perfurocortantes	KG	13,68	NORMAL	01/09/2025 11:17:23
Adelar	Infectantes	KG	56,32	NORMAL	08/09/2025 13:54:36
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,63	NORMAL	08/09/2025 13:54:43
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,70	NORMAL	15/09/2025 13:08:38
Adelar	Infectantes	KG	56,39	NORMAL	15/09/2025 13:12:52
Adelar	Infectantes	KG	32,71	NORMAL	22/09/2025 13:57:34
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,30	NORMAL	22/09/2025 13:57:41
Totais da Unidade:				226,82	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	33,31		
Infectantes		KG	193,51		
Cliente: 002206 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206 CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					
Adelar	Infectantes	KG	3,69	NORMAL	01/09/2025 10:27:29
Adelar	Infectantes	KG	4,69	NORMAL	08/09/2025 09:59:45
Adelar	Infectantes	KG	5,23	NORMAL	15/09/2025 10:54:05
Adelar	Infectantes	KG	4,69	NORMAL	22/09/2025 10:52:35
Totais da Unidade:				18,30	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	18,30		
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207 CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					
Adelar	Infectantes	KG	1,42	NORMAL	01/09/2025 15:01:02
Adelar	Infectantes	KG	2,50	NORMAL	08/09/2025 15:37:08
Adelar	Infectantes	KG	3,00	NORMAL	15/09/2025 15:05:11
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,70	NORMAL	15/09/2025 15:05:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,56	NORMAL	22/09/2025 15:56:46
Adelar	Infectantes	KG	2,40	NORMAL	22/09/2025 15:56:50
Totais da Unidade:				16,58	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	7,26		
Infectantes		KG	9,32		
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210 CACADOR SC Qtde: 12,00 Valor: 13,00					

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 2

Coletor	Tipo de Residuo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,80	NORMAL	01/09/2025 10:22:24
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,90	NORMAL	01/09/2025 10:22:34
Adelar	Infectantes	KG	6,45	NORMAL	08/09/2025 09:55:16
Adelar	Infectantes	KG	7,23	NORMAL	15/09/2025 10:20:49
Adelar	Infectantes	KG	7,20	NORMAL	22/09/2025 10:47:24
Totais da Unidade:			28,58		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,90		
Infectantes		KG	24,68		
Cliente: 002209 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,30	NORMAL	01/09/2025 14:24:46
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,30	NORMAL	08/09/2025 15:05:10
Adelar	Infectantes	KG	8,60	NORMAL	08/09/2025 15:05:31
Adelar	Infectantes	KG	8,80	NORMAL	15/09/2025 14:27:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,70	NORMAL	15/09/2025 14:27:56
Adelar	Infectantes	KG	6,90	NORMAL	22/09/2025 15:31:33
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,55	NORMAL	22/09/2025 15:31:38
Totais da Unidade:			45,15		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	14,55		
Infectantes		KG	30,60		
Cliente: 002211 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,50	NORMAL	01/09/2025 08:43:37
Adelar	Infectantes	KG	4,67	NORMAL	08/09/2025 08:54:09
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,90	NORMAL	15/09/2025 08:43:04
Adelar	Infectantes	KG	3,40	NORMAL	15/09/2025 08:43:11
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,60	NORMAL	22/09/2025 09:16:04
Adelar	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	22/09/2025 09:16:09
Totais da Unidade:			25,17		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	10,50		
Infectantes		KG	14,67		
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,10	NORMAL	01/09/2025 09:35:01
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,70	NORMAL	01/09/2025 09:35:34
Adelar	Infectantes	KG	11,40	NORMAL	08/09/2025 09:33:39
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,54	NORMAL	15/09/2025 09:37:17
Adelar	Infectantes	KG	9,80	NORMAL	15/09/2025 09:37:56
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,00	NORMAL	22/09/2025 10:08:49
Adelar	Infectantes	KG	12,10	NORMAL	22/09/2025 10:09:35
Totais da Unidade:			51,64		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	12,24		
Infectantes		KG	39,40		
Cliente: 002204 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 220		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,60	NORMAL	26/08/2025 08:01:09
Adelar	Infectantes	KG	10,10	NORMAL	26/08/2025 08:01:56
Adelar	Infectantes	KG	6,60	NORMAL	08/09/2025 13:25:43
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,90	NORMAL	08/09/2025 13:25:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,90	NORMAL	22/09/2025 13:18:17
Adelar	Infectantes	KG	6,10	NORMAL	22/09/2025 13:18:33
Totais da Unidade:			30,20		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	7,40		
Infectantes		KG	22,80		
Cliente: 004128 FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004128 FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	4,23	NORMAL	01/09/2025 13:11:08
Adelar	Infectantes	KG	4,96	NORMAL	08/09/2025 10:48:54
Adelar	Infectantes	KG	3,96	NORMAL	15/09/2025 11:36:17
Adelar	Infectantes	KG	9,32	NORMAL	22/09/2025 11:36:31
Totais da Unidade:			22,47		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	22,47		
Cliente: 002208 FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	1,90	NORMAL	08/09/2025 08:06:45
Adelar	Infectantes	KG	3,40	NORMAL	22/09/2025 08:21:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,70	NORMAL	22/09/2025 08:21:47
Totais da Unidade:			7,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	1,70		
Infectantes		KG	5,30		
Cliente: 002214 FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	2,60	NORMAL	01/09/2025 14:12:55
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,70	NORMAL	08/09/2025 14:50:41
Adelar	Infectantes	KG	2,25	NORMAL	08/09/2025 14:51:04
Adelar	Infectantes	KG	2,70	NORMAL	15/09/2025 14:15:15
Adelar	Perfurocortantes	KG	0,50	NORMAL	15/09/2025 14:15:24
Adelar	Infectantes	KG	3,80	NORMAL	22/09/2025 15:21:54
Totais da Unidade:			15,55		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	4,20		
Infectantes		KG	11,35		
Cliente: 004127 FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE C					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	01/09/2025 09:24:45
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	15/09/2025 09:28:20
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	22/09/2025 09:49:32
Totais da Unidade:			0,00		
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	08/09/2025 09:14:46
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	0,00		
Cliente: 003696 FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	11,20	NORMAL	01/09/2025 14:33:32
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,20	NORMAL	01/09/2025 14:33:43
Adelar	Infectantes	KG	8,30	NORMAL	08/09/2025 15:15:35
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,32	NORMAL	08/09/2025 15:15:47
Adelar	Infectantes	KG	7,45	NORMAL	15/09/2025 14:37:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,23	NORMAL	15/09/2025 14:37:08
Adelar	Infectantes	KG	8,50	NORMAL	22/09/2025 15:38:39
Totais da Unidade:			44,20		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	8,75		
Infectantes		KG	35,45		
Cliente: 003695 FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SALV					
		CACADOR		SC	Qtde: 12,00 Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,45	NORMAL	01/09/2025 08:56:01
Adelar	Infectantes	KG	15,30	NORMAL	01/09/2025 09:00:23
Adelar	Infectantes	KG	13,40	NORMAL	15/09/2025 09:04:55
Totais da Unidade:			33,15		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	4,45		
Infectantes		KG	28,70		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Ciente: 003695	FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SALV	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Ciente: 004124	FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	2,60	NORMAL	01/09/2025 14:45:50
Adelar	Infectantes	KG	3,30	NORMAL	08/09/2025 15:25:23
Adelar	Infectantes	KG	3,56	NORMAL	15/09/2025 14:51:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,45	NORMAL	15/09/2025 14:51:55
Adelar	Infectantes	KG	2,81	NORMAL	22/09/2025 15:47:23
Totais da Unidade:			14,72		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	2,45		
Infectantes		KG	12,27		
			Quantidade Total:	667,61	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	5,70		
Perfurocortantes		KG	134,06		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	527,85		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003694 FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	59,50	NORMAL	01/09/2025 11:47:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	14,80	NORMAL	01/09/2025 11:47:34
Adelar	Infectantes	KG	59,20	NORMAL	08/09/2025 14:20:50
Adelar	Perfurocortantes	KG	11,60	NORMAL	08/09/2025 14:20:59
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	9,20	NORMAL	08/09/2025 14:21:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,00	NORMAL	15/09/2025 13:41:58
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	3,50	NORMAL	15/09/2025 13:42:05
Adelar	Infectantes	KG	63,00	NORMAL	15/09/2025 13:43:49
Adelar	Infectantes	KG	68,03	NORMAL	22/09/2025 14:27:35
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	5,30	NORMAL	22/09/2025 14:27:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	21,30	NORMAL	22/09/2025 14:27:57
Totais da Unidade:			324,43		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	18,00		
Perfurocortantes		KG	56,70		
Infectantes		KG	249,73		
			Quantidade Total:	324,43	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	18,00		
Perfurocortantes		KG	56,70		
Infectantes		KG	249,73		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003709 FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	39,50	NORMAL	01/09/2025 08:23:20
Adelar	Infectantes	KG	105,36	NORMAL	08/09/2025 08:26:54
Adelar	Infectantes	KG	5,87	NORMAL	08/09/2025 08:27:02
Adelar	Infectantes	KG	67,52	NORMAL	15/09/2025 08:25:44
Adelar	Infectantes	KG	9,66	NORMAL	15/09/2025 08:25:52
Adelar	Infectantes	KG	72,58	NORMAL	22/09/2025 08:41:57
Adelar	Infectantes	KG	4,58	NORMAL	22/09/2025 08:43:52
Totais da Unidade:			305,07		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	284,96		
Infectantes		KG	20,11		
			Quantidade Total:	305,07	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	284,96		
Infectantes		KG	20,11		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003586 FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 35		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	29,80	NORMAL	01/09/2025 11:24:56
Adelar	Perfurocortantes	KG	12,80	NORMAL	01/09/2025 11:25:05
Adelar	Perfurocortantes	KG	16,69	NORMAL	08/09/2025 14:01:15
Adelar	Infectantes	KG	30,52	NORMAL	08/09/2025 14:03:10
Adelar	Infectantes	KG	19,62	NORMAL	15/09/2025 13:18:43
Adelar	Perfurocortantes	KG	10,53	NORMAL	15/09/2025 13:18:52
Adelar	Infectantes	KG	32,65	NORMAL	22/09/2025 14:05:12
Adelar	Perfurocortantes	KG	12,89	NORMAL	22/09/2025 14:05:19
Totais da Unidade:			165,50		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	52,91		
Infectantes		KG	112,59		
			Quantidade Total:	165,50	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	52,91		
Infectantes		KG	112,59		

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004157 FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR					
		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	5,21	NORMAL	29/09/2025 14:38:11
Adelar	Infectantes	KG	4,58	NORMAL	13/10/2025 14:46:53
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,65	NORMAL	13/10/2025 14:47:01
Totais da Unidade:			12,44		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	2,65		
Infectantes		KG	9,79		
Cliente: 001515 FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNO INFANTIL					
		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,50	NORMAL	29/09/2025 09:33:02
Adelar	Infectantes	KG	13,50	NORMAL	06/10/2025 15:01:49
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	5,10	NORMAL	06/10/2025 15:03:24
Adelar	Infectantes	KG	12,10	NORMAL	13/10/2025 09:03:59
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,90	NORMAL	13/10/2025 09:04:07
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	6,00	NORMAL	13/10/2025 09:04:14
Adelar	Infectantes	KG	17,20	NORMAL	20/10/2025 10:40:03
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,30	NORMAL	20/10/2025 10:40:16
Totais da Unidade:			76,60		
Adelar	Infectantes	LT	12,10	NORMAL	29/09/2025 09:32:45
Totais da Unidade:			12,10		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	11,10		
Perfurocortantes		KG	22,70		
Infectantes		LT	12,10		
Infectantes		KG	42,80		
Cliente: 003697 FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 369					
		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	27,80	NORMAL	29/09/2025 11:15:17
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,54	NORMAL	29/09/2025 11:15:24
Adelar	Infectantes	KG	38,52	NORMAL	06/10/2025 16:34:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,85	NORMAL	06/10/2025 16:34:54
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,12	NORMAL	13/10/2025 11:33:18
Adelar	Infectantes	KG	28,63	NORMAL	13/10/2025 11:33:30
Adelar	Infectantes	KG	53,69	NORMAL	20/10/2025 15:26:40
Adelar	Perfurocortantes	KG	18,96	NORMAL	20/10/2025 15:27:14
Totais da Unidade:			181,11		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	32,47		
Infectantes		KG	148,64		
Cliente: 002206 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206					
		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,88	NORMAL	29/09/2025 10:20:14
Adelar	Infectantes	KG	6,41	NORMAL	06/10/2025 16:27:38
Adelar	Infectantes	KG	3,89	NORMAL	13/10/2025 09:46:25
Adelar	Infectantes	KG	5,32	NORMAL	20/10/2025 14:15:16
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,25	NORMAL	20/10/2025 14:15:24
Totais da Unidade:			22,75		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,25		
Infectantes		KG	19,50		
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207					
		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	1,50	NORMAL	29/09/2025 14:30:16
Adelar	Infectantes	KG	4,30	NORMAL	07/10/2025 10:45:00
Adelar	Infectantes	KG	3,00	NORMAL	13/10/2025 14:53:27
Adelar	Infectantes	KG	4,59	NORMAL	22/10/2025 08:03:46
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,03	NORMAL	22/10/2025 08:04:39
Totais da Unidade:			18,42		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	5,03		
Infectantes		KG	13,39		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	29/09/2025 10:14:35
Adelar	Infectantes	KG	6,32	NORMAL	06/10/2025 16:18:33
Adelar	Infectantes	KG	3,90	NORMAL	13/10/2025 09:40:49
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,40	NORMAL	13/10/2025 09:40:55
Adelar	Infectantes	KG	8,63	NORMAL	20/10/2025 14:04:15
			Totais da Unidade:	29,35	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	7,40		
Infectantes		KG	21,95		
Cliente: 002209 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	8,20	NORMAL	29/09/2025 15:13:14
Adelar	Infectantes	KG	8,60	NORMAL	07/10/2025 10:02:10
Adelar	Perfurocortantes	KG	13,19	NORMAL	07/10/2025 10:02:17
Adelar	Infectantes	KG	7,82	NORMAL	13/10/2025 15:26:47
Adelar	Infectantes	KG	12,90	NORMAL	22/10/2025 08:36:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,73	NORMAL	22/10/2025 08:36:28
			Totais da Unidade:	55,44	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	17,92		
Infectantes		KG	37,52		
Cliente: 002211 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,33	NORMAL	29/09/2025 08:51:46
Adelar	Infectantes	KG	4,70	NORMAL	06/10/2025 11:45:40
Adelar	Infectantes	KG	3,50	NORMAL	13/10/2025 08:38:52
Adelar	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	20/10/2025 09:35:37
			Totais da Unidade:	14,63	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	14,63		
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	8,90	NORMAL	29/09/2025 09:53:04
Adelar	Infectantes	KG	11,90	NORMAL	06/10/2025 15:14:42
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,80	NORMAL	06/10/2025 15:15:08
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,50	NORMAL	13/10/2025 09:12:56
Adelar	Infectantes	KG	8,20	NORMAL	13/10/2025 09:13:29
Adelar	Infectantes	KG	12,60	NORMAL	20/10/2025 11:02:18
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,60	NORMAL	20/10/2025 11:02:28
			Totais da Unidade:	57,50	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	15,90		
Infectantes		KG	41,60		
Cliente: 002204 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 220		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,10	NORMAL	29/09/2025 13:25:41
Adelar	Infectantes	KG	5,40	NORMAL	13/10/2025 14:17:04
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,80	NORMAL	13/10/2025 14:17:18
			Totais da Unidade:	10,30	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	1,80		
Infectantes		KG	8,50		
Cliente: 004128 FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,58	NORMAL	29/09/2025 10:44:17
Adelar	Infectantes	KG	7,93	NORMAL	06/10/2025 14:12:02
Adelar	Infectantes	KG	5,62	NORMAL	13/10/2025 10:30:24
Adelar	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	20/10/2025 16:12:01
			Totais da Unidade:	24,11	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	24,11		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002208 FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	1,20	NORMAL	06/10/2025 10:59:45
Adelar	Infectantes	KG	3,85	NORMAL	20/10/2025 08:20:46
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,60	NORMAL	20/10/2025 08:20:52
		Totais da Unidade:		8,65	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,60		
Infectantes		KG	5,05		
Cliente: 002214 FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	0,77	NORMAL	29/09/2025 15:19:21
Adelar	Infectantes	KG	1,00	NORMAL	29/09/2025 15:20:18
Adelar	Infectantes	KG	3,30	NORMAL	07/10/2025 09:45:50
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,30	NORMAL	13/10/2025 15:38:14
Adelar	Infectantes	KG	2,06	NORMAL	13/10/2025 15:38:41
Adelar	Infectantes	KG	5,93	NORMAL	22/10/2025 08:56:34
Adelar	Perfurocortantes	KG	0,97	NORMAL	22/10/2025 08:56:49
		Totais da Unidade:		16,33	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	4,04		
Infectantes		KG	12,29		
Cliente: 004127 FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE (CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	29/09/2025 09:28:54
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	06/10/2025 14:57:25
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	13/10/2025 09:03:25
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	20/10/2025 10:39:25
		Totais da Unidade:		0,00	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	0,00		
Cliente: 003696 FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,40	NORMAL	29/09/2025 14:55:43
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	4,40	NORMAL	29/09/2025 14:55:55
Adelar	Infectantes	KG	12,10	NORMAL	29/09/2025 14:56:21
Adelar	Infectantes	KG	8,12	NORMAL	07/10/2025 10:25:01
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,10	NORMAL	13/10/2025 15:13:21
Adelar	Infectantes	KG	9,30	NORMAL	13/10/2025 15:14:06
Adelar	Infectantes	KG	10,50	NORMAL	22/10/2025 08:25:59
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,29	NORMAL	22/10/2025 08:26:55
		Totais da Unidade:		58,21	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	4,40		
Perfurocortantes		KG	13,79		
Infectantes		KG	40,02		
Cliente: 003695 FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SAÍ		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,40	NORMAL	29/09/2025 09:06:40
Adelar	Infectantes	KG	12,80	NORMAL	29/09/2025 09:07:47
Adelar	Infectantes	KG	8,50	NORMAL	06/10/2025 14:53:17
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,38	NORMAL	20/10/2025 09:53:50
Adelar	Infectantes	KG	13,83	NORMAL	20/10/2025 09:54:23
		Totais da Unidade:		47,91	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	12,78		
Infectantes		KG	35,13		
Cliente: 004124 FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004124 FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,80	NORMAL	29/09/2025 14:45:06
Adelar	Infectantes	KG	1,21	NORMAL	29/09/2025 14:45:25
Adelar	Infectantes	KG	2,60	NORMAL	07/10/2025 10:34:02
Adelar	Infectantes	KG	2,30	NORMAL	13/10/2025 15:03:59
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,60	NORMAL	13/10/2025 15:04:04
Adelar	Infectantes	KG	5,60	NORMAL	22/10/2025 08:14:02
Totais da Unidade:			15,11		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,40		
Infectantes		KG	11,71		

Quantidade Total:

660,96

Total Geral por Resíduo	Unidade	Quantidade
Químicos/Medicamentos	KG	15,50
Perfurocortantes	KG	146,73
Infectantes	LT	12,10
Infectantes	KG	486,63

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003586 FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 35		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	33,00	NORMAL	29/09/2025 11:21:07
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,18	NORMAL	29/09/2025 11:21:16
Adelar	Infectantes	KG	32,80	NORMAL	06/10/2025 16:43:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	13,68	NORMAL	06/10/2025 16:44:07
Adelar	Infectantes	KG	34,25	NORMAL	13/10/2025 11:39:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,52	NORMAL	13/10/2025 11:39:09
Adelar	Infectantes	KG	36,98	NORMAL	20/10/2025 15:47:45
Adelar	Perfurocortantes	KG	14,63	NORMAL	20/10/2025 15:47:54
Totais da Unidade:			183,04		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	46,01		
Infectantes		KG	137,03		
			Quantidade Total:	183,04	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	46,01		
Infectantes		KG	137,03		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003694 FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	6,06	NORMAL	29/09/2025 11:43:01
Adelar	Perfurocortantes	KG	15,84	NORMAL	29/09/2025 11:43:09
Adelar	Perfurocortantes	KG	22,60	NORMAL	06/10/2025 13:24:26
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	2,80	NORMAL	06/10/2025 13:30:48
Adelar	Infectantes	KG	69,60	NORMAL	06/10/2025 13:31:06
Adelar	Infectantes	KG	66,50	NORMAL	13/10/2025 13:20:09
Adelar	Perfurocortantes	KG	22,40	NORMAL	13/10/2025 13:20:19
Adelar	Infectantes	KG	81,50	NORMAL	21/10/2025 07:26:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	16,15	NORMAL	21/10/2025 07:26:13
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	4,80	NORMAL	21/10/2025 07:26:20
Totais da Unidade:			308,25		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	7,60		
Perfurocortantes		KG	76,99		
Infectantes		KG	223,66		
			Quantidade Total:	308,25	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	7,60		
Perfurocortantes		KG	76,99		
Infectantes		KG	223,66		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Ciente: 003709	FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	12,00	NORMAL	29/09/2025 08:31:53
Adelar	Infectantes	KG	7,40	NORMAL	29/09/2025 08:32:03
Adelar	Infectantes	KG	13,58	NORMAL	06/10/2025 11:29:47
Adelar	Infectantes	KG	12,36	NORMAL	06/10/2025 11:29:52
Adelar	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	13/10/2025 08:22:04
Adelar	Infectantes	KG	7,65	NORMAL	13/10/2025 08:22:10
Adelar	Infectantes	KG	7,53	NORMAL	20/10/2025 08:57:54
Adelar	Infectantes	KG	45,36	NORMAL	20/10/2025 08:58:44
Totais da Unidade:			112,86		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	77,92		
Infectantes		KG	34,94		
Ciente: 003698	FMS DE CAÇADOR- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA -	CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	13/10/2025 15:29:28
Totais da Unidade:			0,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Quantidade Total:			112,86		
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	77,92		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	34,94		

Relatório de Coletas Realizadas por Cliente - Resumido

Página 1

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 004157 FMS DE CAÇADOR - PRESIDIO REGIONAL DE CAÇADOR		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	28/10/2025 10:11:05
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	10/11/2025 14:00:12
Adelar	Infectantes	KG	8,52	NORMAL	25/11/2025 11:21:21

Totais da Unidade: 8,52

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Infectantes	KG	8,52

Cliente: 001515 FMS DE CAÇADOR - CENTRAL/MATERNAL INFANTIL		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
--	--	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	11,50	NORMAL	28/10/2025 15:16:03
Adelar	Infectantes	KG	2,60	NORMAL	28/10/2025 15:16:09
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	3,20	NORMAL	28/10/2025 15:16:15
Adelar	Infectantes	KG	9,64	NORMAL	03/11/2025 10:39:14
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,64	NORMAL	03/11/2025 10:39:40
Adelar	Infectantes	KG	12,36	NORMAL	10/11/2025 09:14:48
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,93	NORMAL	10/11/2025 09:14:58
Adelar	Infectantes	KG	13,65	NORMAL	17/11/2025 15:29:40
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,39	NORMAL	17/11/2025 15:29:50
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	3,16	NORMAL	17/11/2025 15:29:57
Adelar	Infectantes	KG	10,35	NORMAL	24/11/2025 16:48:36
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,30	NORMAL	24/11/2025 16:48:43

Totais da Unidade: 93,72

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Químicos/Medicamentos	KG	6,36
Perfurocortantes	KG	27,26
Infectantes	KG	60,10

Cliente: 003697 FMS DE CAÇADOR- AMBULATORIO MUNICIPAL - 3697		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
--	--	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	59,83	NORMAL	30/10/2025 11:36:12
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,93	NORMAL	30/10/2025 11:36:29
Adelar	Infectantes	KG	22,15	NORMAL	03/11/2025 13:24:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,19	NORMAL	03/11/2025 13:25:13
Adelar	Infectantes	KG	45,23	NORMAL	10/11/2025 11:15:57
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,21	NORMAL	10/11/2025 11:18:50
Adelar	Infectantes	KG	48,52	NORMAL	17/11/2025 13:10:07
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,95	NORMAL	17/11/2025 13:10:15
Adelar	Infectantes	KG	38,50	NORMAL	25/11/2025 07:07:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,30	NORMAL	25/11/2025 07:07:33

Totais da Unidade: 240,81

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Perfurocortantes	KG	26,58
Infectantes	KG	214,23

Cliente: 002206 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM JESUS - 2206		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
---	--	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	3,56	NORMAL	28/10/2025 14:20:45
Adelar	Infectantes	KG	7,53	NORMAL	03/11/2025 14:56:57
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,32	NORMAL	03/11/2025 14:57:04
Adelar	Infectantes	KG	8,52	NORMAL	10/11/2025 11:08:50
Adelar	Infectantes	KG	4,98	NORMAL	17/11/2025 15:55:56
Adelar	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	25/11/2025 09:22:05
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,32	NORMAL	25/11/2025 09:22:11

Totais da Unidade: 42,21

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Perfurocortantes	KG	10,64
Infectantes	KG	31,57

Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
---	--	---------	----	-------------	--------------

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002207 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO BOM SUCESSO - 2207		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	2,36	NORMAL	28/10/2025 10:18:27
Adelar	Infectantes	KG	1,51	NORMAL	03/11/2025 15:50:28
Adelar	Infectantes	KG	2,63	NORMAL	10/11/2025 14:10:19
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,49	NORMAL	10/11/2025 14:10:30
Adelar	Infectantes	KG	2,20	NORMAL	17/11/2025 16:13:12
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,35	NORMAL	17/11/2025 16:13:34
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,00	NORMAL	25/11/2025 11:11:56
Adelar	Infectantes	KG	1,80	NORMAL	25/11/2025 11:12:12
Totais da Unidade:			18,34		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	7,84		
Infectantes		KG	10,50		
Cliente: 002210 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO DOS MUNICÍPIOS - 2210		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,56	NORMAL	28/10/2025 14:12:54
Adelar	Infectantes	KG	6,52	NORMAL	03/11/2025 14:44:39
Adelar	Infectantes	KG	7,19	NORMAL	10/11/2025 10:49:06
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,19	NORMAL	10/11/2025 10:49:14
Adelar	Infectantes	KG	7,75	NORMAL	17/11/2025 15:45:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,45	NORMAL	17/11/2025 15:45:42
Adelar	Infectantes	KG	7,20	NORMAL	25/11/2025 09:14:38
Totais da Unidade:			46,86		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	14,64		
Infectantes		KG	32,22		
Cliente: 002209 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO MARTELLO - 2209		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	7,63	NORMAL	28/10/2025 10:47:26
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,23	NORMAL	28/10/2025 10:47:32
Adelar	Perfurocortantes	KG	13,80	NORMAL	03/11/2025 16:21:18
Adelar	Infectantes	KG	3,82	NORMAL	03/11/2025 16:21:28
Adelar	Infectantes	KG	6,68	NORMAL	10/11/2025 14:43:06
Adelar	Infectantes	KG	8,91	NORMAL	17/11/2025 16:42:13
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,70	NORMAL	17/11/2025 16:42:35
Adelar	Infectantes	KG	6,80	NORMAL	25/11/2025 10:30:14
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,50	NORMAL	25/11/2025 10:30:29
Totais da Unidade:			64,07		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	30,23		
Infectantes		KG	33,84		
Cliente: 002211 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO RANCHO FUNDO - 2211		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	3,79	NORMAL	28/10/2025 11:47:11
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,50	NORMAL	03/11/2025 09:45:48
Adelar	Infectantes	KG	5,15	NORMAL	03/11/2025 09:46:02
Adelar	Infectantes	KG	5,95	NORMAL	10/11/2025 08:56:41
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,18	NORMAL	10/11/2025 08:56:49
Adelar	Infectantes	KG	4,72	NORMAL	17/11/2025 09:33:54
Adelar	Infectantes	KG	3,48	NORMAL	24/11/2025 15:57:57
Totais da Unidade:			29,77		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	6,68		
Infectantes		KG	23,09		
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002212 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO SANTA CATARINA - 221		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	9,86	NORMAL	30/10/2025 13:51:22
Adelar	Perfurocortantes	KG	7,52	NORMAL	30/10/2025 13:52:47
Adelar	Infectantes	KG	4,60	NORMAL	03/11/2025 16:58:07
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,60	NORMAL	03/11/2025 16:58:22
Adelar	Infectantes	KG	11,29	NORMAL	10/11/2025 10:36:28
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,80	NORMAL	10/11/2025 10:36:40
Adelar	Infectantes	KG	9,52	NORMAL	17/11/2025 10:50:02
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,15	NORMAL	17/11/2025 10:50:08
Adelar	Infectantes	KG	10,40	NORMAL	24/11/2025 17:01:31
Totais da Unidade:				60,74	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	15,07		
Infectantes		KG	45,67		
Cliente: 002204 FMS DE CAÇADOR- BAIRRO TAQUARA VERDE - 220		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	6,25	NORMAL	28/10/2025 13:17:53
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,52	NORMAL	28/10/2025 13:18:08
Adelar	Infectantes	KG	4,15	NORMAL	10/11/2025 13:26:33
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,10	NORMAL	10/11/2025 13:26:50
Totais da Unidade:				14,02	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	3,62		
Infectantes		KG	10,40		
Cliente: 004128 FMS DE CAÇADOR- BOMBEIROS VOLUNTARIOS - 4'		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	5,32	NORMAL	28/10/2025 15:42:53
Adelar	Infectantes	KG	6,53	NORMAL	03/11/2025 10:46:37
Adelar	Infectantes	KG	6,98	NORMAL	10/11/2025 09:27:05
Adelar	Infectantes	KG	5,61	NORMAL	17/11/2025 10:29:24
Adelar	Infectantes	KG	7,19	NORMAL	25/11/2025 08:09:03
Totais da Unidade:				31,63	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		KG	31,63		
Cliente: 002208 FMS DE CAÇADOR- CASTELHANO - 2208		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	1,88	NORMAL	03/11/2025 08:13:00
Totais da Unidade:				1,88	
Adelar	Infectantes	LT	0,00	NORMAL	17/11/2025 08:19:03
Totais da Unidade:				0,00	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Infectantes		LT	0,00		
Infectantes		KG	1,88		
Cliente: 002214 FMS DE CAÇADOR- MORADA DO SOL - 2214		CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
Adelar	Infectantes	KG	1,60	NORMAL	28/10/2025 10:59:25
Adelar	Infectantes	KG	2,30	NORMAL	03/11/2025 16:31:33
Adelar	Infectantes	KG	2,20	NORMAL	10/11/2025 14:52:11
Adelar	Perfurocortantes	KG	0,10	NORMAL	10/11/2025 14:52:22
Adelar	Infectantes	KG	1,65	NORMAL	17/11/2025 16:55:30
Adelar	Infectantes	KG	2,10	NORMAL	25/11/2025 10:13:18
Totais da Unidade:				9,95	
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	0,10		
Infectantes		KG	9,85		
Cliente: 004127 FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE (CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
---------	-----------------	---------	------------	------	-------------

Cliente: 004127	FMS DE CAÇADOR- MÃES CACADORENSE SAUDE C	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
-----------------	--	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	28/10/2025 15:15:34
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	03/11/2025 10:38:44
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	10/11/2025 09:13:24
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	17/11/2025 15:29:06
Adelar	Infectantes	KG	0,00	NORMAL	24/11/2025 16:46:58

Totais da Unidade: 0,00

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Infectantes	KG	0,00

Cliente: 003696	FMS DE CAÇADOR- UBS CAIC - 3696	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
-----------------	---------------------------------	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	5,62	NORMAL	28/10/2025 10:40:24
Adelar	Perfurocortantes	KG	4,99	NORMAL	28/10/2025 10:40:36
Adelar	Infectantes	KG	4,21	NORMAL	03/11/2025 16:09:34
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,85	NORMAL	03/11/2025 16:10:15
Adelar	Infectantes	KG	9,18	NORMAL	10/11/2025 14:32:05
Adelar	Infectantes	KG	11,42	NORMAL	17/11/2025 16:32:10
Adelar	Perfurocortantes	KG	1,51	NORMAL	17/11/2025 16:32:32
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,90	NORMAL	25/11/2025 10:50:10
Adelar	Infectantes	KG	11,10	NORMAL	25/11/2025 10:51:09

Totais da Unidade: 57,78

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Perfurocortantes	KG	16,25
Infectantes	KG	41,53

Cliente: 003695	FMS DE CAÇADOR- UBS NOSSA SENHORA DA SALV	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
-----------------	---	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	14,39	NORMAL	03/11/2025 10:29:22
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,60	NORMAL	03/11/2025 10:29:37
Adelar	Infectantes	KG	9,12	NORMAL	17/11/2025 09:49:04

Totais da Unidade: 26,11

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Perfurocortantes	KG	2,60
Infectantes	KG	23,51

Cliente: 004124	FMS DE CAÇADOR- ULYSSES GUIMARÃES - 4124	CACADOR	SC	Qtde: 12,00	Valor: 13,00
-----------------	--	---------	----	-------------	--------------

Adelar	Infectantes	KG	1,05	NORMAL	28/10/2025 10:27:40
Adelar	Infectantes	KG	0,81	NORMAL	03/11/2025 16:00:18
Adelar	Perfurocortantes	KG	3,30	NORMAL	10/11/2025 14:19:56
Adelar	Infectantes	KG	1,75	NORMAL	10/11/2025 14:20:15
Adelar	Infectantes	KG	2,12	NORMAL	17/11/2025 16:21:36
Adelar	Infectantes	KG	2,10	NORMAL	25/11/2025 11:01:21

Totais da Unidade: 11,13

Total de Resíduos do Cliente	Unidade	Quantidade
Perfurocortantes	KG	3,30
Infectantes	KG	7,83

Quantidade Total: 757,54

Total Geral por Resíduo	Unidade	Quantidade
Químicos/Medicamentos	KG	6,36
Perfurocortantes	KG	164,81
Infectantes	LT	0,00
Infectantes	KG	586,37

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003694 FMS DE CAÇADOR- UPA - 3694		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	82,90	NORMAL	30/10/2025 13:08:51
Adelar	Perfurocortantes	KG	25,00	NORMAL	30/10/2025 13:08:59
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	5,30	NORMAL	30/10/2025 13:09:05
Adelar	Infectantes	KG	45,10	NORMAL	03/11/2025 13:13:27
Adelar	Perfurocortantes	KG	17,40	NORMAL	03/11/2025 13:13:32
Adelar	Infectantes	KG	71,70	NORMAL	10/11/2025 11:41:22
Adelar	Perfurocortantes	KG	21,40	NORMAL	10/11/2025 11:41:30
Adelar	Infectantes	KG	73,50	NORMAL	17/11/2025 13:34:40
Adelar	Perfurocortantes	KG	19,20	NORMAL	17/11/2025 13:34:47
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	5,10	NORMAL	17/11/2025 13:34:53
Adelar	Perfurocortantes	KG	22,01	NORMAL	25/11/2025 07:43:30
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	8,40	NORMAL	25/11/2025 07:43:38
Adelar	Infectantes	KG	83,80	NORMAL	25/11/2025 07:43:53
Totais da Unidade:			480,81		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	18,80		
Perfurocortantes		KG	105,01		
Infectantes		KG	357,00		
			Quantidade Total:	480,81	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	18,80		
Perfurocortantes		KG	105,01		
Infectantes		KG	357,00		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003709 FMS DE CAÇADOR - BEM ESTAR ANIMAL - 3709		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	52,39	NORMAL	28/10/2025 11:24:02
Adelar	Infectantes	KG	8,52	NORMAL	28/10/2025 11:24:08
Adelar	Infectantes	KG	8,62	NORMAL	03/11/2025 08:46:18
Adelar	Infectantes	KG	43,21	NORMAL	03/11/2025 08:46:32
Adelar	Infectantes	KG	6,93	NORMAL	10/11/2025 08:39:13
Adelar	Infectantes	KG	31,25	NORMAL	10/11/2025 08:39:23
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,32	NORMAL	10/11/2025 08:39:30
Adelar	Infectantes	KG	7,56	NORMAL	17/11/2025 09:03:28
Adelar	Infectantes	KG	97,05	NORMAL	17/11/2025 09:03:35
Adelar	Infectantes	KG	11,30	NORMAL	24/11/2025 15:40:29
Adelar	Infectantes	KG	88,65	NORMAL	24/11/2025 15:40:37
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,85	NORMAL	24/11/2025 15:40:47
Totais da Unidade:			371,65		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	16,17		
Infectantes		KG	312,55		
Infectantes		KG	42,93		
			Quantidade Total:	371,65	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	16,17		
Infectantes		KG	312,55		
Infectantes		KG	42,93		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 002916 FMS DE CAÇADOR- FARMÁCIA - 2916		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Químicos/Medicamentos	KG	266,00	NORMAL	03/11/2025 17:26:41
Totais da Unidade:			266,00		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	266,00		
				Quantidade Total:	266,00
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Químicos/Medicamentos		KG	266,00		

Coletor	Tipo de Resíduo	Unidade	Quantidade	Tipo	Data e Hora
Cliente: 003586 FMS DE CAÇADOR - LABORATORIO MUNICIPAL - 35		CACADOR	SC	Qtde: 0,00	Valor: 0,00
Adelar	Infectantes	KG	5,63	NORMAL	30/10/2025 11:51:28
Adelar	Perfurocortantes	KG	2,65	NORMAL	30/10/2025 11:51:33
Adelar	Infectantes	KG	15,00	NORMAL	03/11/2025 13:31:54
Adelar	Perfurocortantes	KG	5,36	NORMAL	03/11/2025 13:32:01
Adelar	Infectantes	KG	28,62	NORMAL	10/11/2025 11:22:19
Adelar	Perfurocortantes	KG	6,89	NORMAL	10/11/2025 11:22:39
Adelar	Infectantes	KG	38,52	NORMAL	17/11/2025 13:15:42
Adelar	Perfurocortantes	KG	8,41	NORMAL	17/11/2025 13:15:49
Adelar	Infectantes	KG	31,59	NORMAL	25/11/2025 07:18:10
Adelar	Perfurocortantes	KG	9,36	NORMAL	25/11/2025 07:18:28
Totais da Unidade:			152,03		
Total de Resíduos do Cliente		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	32,67		
Infectantes		KG	119,36		
			Quantidade Total:	152,03	
Total Geral por Resíduo		Unidade	Quantidade		
Perfurocortantes		KG	32,67		
Infectantes		KG	119,36		

EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0019/2021

CÓDIGO TCE:

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO – FMS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Beira Lago, nº 770, Vila Salete, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-00, inscrito no CNPJ sob o nº 10.496.741/0001-69, representado neste ato pelo Secretário da Saúde, Sr. Edson Luiz Medeiros, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos da lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 29/2021, Decreto Municipal nº 134/18, bem como da Lei complementar nº 123/06, suas alterações e demais legislação, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666/93, e as exigências estabelecidas neste ato convocatório e anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Das 09:00 do dia 17/09/2021

Até as 09:00 horas do dia 29/09/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Das 09:01 às 09:30 horas do dia 29/09/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Às 09:31 horas do dia 29/09/2021.

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO

24/09/2021, até as 09:00

REFERÊNCIA DE TEMPO

Horário de Brasília-DF

PLATAFORMA ELETRÔNICA

www.portaldecompraspublicas.com.br

“Acesso Identificado”

TIPO DA LICITAÇÃO

MENOR PREÇO POR ITEM

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o Edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do Município de Fraiburgo.

(www.fraiburgo.sc.gov.br) link “LICITAÇÕES”, ou poderá ser solicitado através do e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Pregoeira: Adrieli Piovezana, pelo e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br e no endereço eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste edital a contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, a serem coletados em todas as Unidades de Saúde, sendo: São Miguel, São Sebastião, São José, Nações, Macieira, Vila Salete, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme tabela abaixo:

COD

ITEM

QTDE

UNID

DESCRIÇÃO

42132

1

12

Mês

Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sendo aproximadamente 10 (dez) bombonas por semana dos grupos “A1”, “A4”, “E” e 01 (uma) bombona por mês do grupo B.

1.2. A visita técnica ao local da prestação de serviços, a qual possibilitará que as licitantes possam conhecer seu ambiente físico, dimensionar os serviços, verificar suas condições técnicas, planejar a execução do objeto desta licitação e formular proposta poderá ser agendada em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, através do telefone (49) 3256-4020, ou na Unidade de Saúde Vila Salete, com a Sra Leonice Frarão, sito a Av. Beira Lago, 770, Vila Salete, cuja

competência de escolha de quem a realizará caberá unicamente a empresa licitante, acompanhado pelo servidor público, o qual emitirá o Atestado de Visita (ANEXO IX).

1.2.1. O licitante que não realizar a visita técnica, obrigatoriamente deverá apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento dos locais e da natureza dos serviços, não podendo posteriormente alegar qualquer desconhecimento, nos termos do ANEXO X.

1.3. Conforme Art. 15 do Decreto Federal 10.024/2019 e Art. 10 do Decreto Municipal nº 0029/2021 quando o valor estimado não constar no edital ele possuirá caráter sigiloso e se tornará público apenas e imediatamente após encerramento do envio de lances.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do exercício corrente, e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão

08. Secretária de Saúde

Unidade

01. Fundo Municipal de Saúde

Funcional

10.301.0007.2.025

Compl. Elemento

3.3.90.39.28 – Coleta de Lixo e Demais Resíduos

Dotação

21

Recurso

1474

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007; e para o microempreendedor individual – MEI; nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.7. Empresas que tenham em seu quadro societário servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

4.4. As empresas em recuperação judicial, extrajudicial, submetidas à Lei 11.101/2005, PODERÃO participar de licitação desde que demonstrem, na fase de habilitação ter viabilidade econômica, conforme entendimento exarado pela Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça no AREsp nº 309.867/ES.

4.5. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

5.2. A Sessão eletrônica e os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo Município de Fraiburgo-SC, por intermédio de seu(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica da Portal de Compras Públicas. (www.portaldecompraspublicas.com.br)

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.

6.3. O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I – coordenar o processo licitatório;

II – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

III – conduzir a sessão pública na internet;

IV – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V – dirigir a etapa de lances;

VI – verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame;

IX – adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

7.2. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou da área responsável, a fim de subsidiar sua decisão.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

7.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do Usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao Município de Fraiburgo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais eletrônicos que escolher participar.

PARTICIPAÇÃO

7.7. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferíveis do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e concomitantemente os documentos de

habilitação exigidos no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.9. A participação do licitante nesta Licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos itens nas condições, locais e prazos definidos.

PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.10. O encaminhamento de proposta concomitantemente os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

7.11. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as especificações, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.

7.12. O objeto deverá estar total e estritamente dentro das especificações contidas para o Edital.

7.13. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

7.14. O licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.15. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

7.16. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC Federal nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na lei.

7.17. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais legislações brasileiras.

7.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.19. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital e nas demais legislações brasileiras.

7.20. Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo Município de Fraiburgo.

7.21. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.22. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

7.23. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

7.24. Para composição do preço unitário e total, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.

7.25. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade, existentes atualmente, e qualquer incremento que seja realizado pelas entidades de controle do Objeto desta Licitação, não importará em custos a mais para o contrato, mesmo que a licitante precise entregar produto de melhor qualidade.

8. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A partir do horário previsto no Edital e no site www.portaldecompraspublicas.com.br, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2. Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.4. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

8.5. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e

respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação de todos os demais ofertantes.

8.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.7. Os itens, caso existentes, poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do(a) Pregoeiro(a) e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.

8.8. Poderão ser ofertados lances intermediários, na impossibilidade de cobrir o menor preço, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10. Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

8.11. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

(MODO DE DISPUTA ABERTO)

8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.18. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.19. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital concomitantemente com a proposta, acarretará nas sanções previstas no item 18.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.20. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.21. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.22. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.22.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, declarações, certidões e outros documentos exigidos do vencedor, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.23. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

8.24. Para fins desta licitação, considera-se:

8.24.1. âmbito local ou municipal: limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

8.24.2. âmbito regional: o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município (AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe).

8.25. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, o Pregoeiro (a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida

diminuição para o valor estimado, será Declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes.

8.26. Será concedido prioridade de contratação nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

I) A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Fraiburgo/SC.

II) Não ocorrendo a situação prevista no inciso anterior, a prioridade será de empresas de pequeno porte sediadas regionalmente.

8.26.1. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte sediada local ou regionalmente que estiver com preço imediatamente anterior ao da primeira empresa previamente classificada, conforme divulgado n chat;

8.26.1.1. Caso ofere o lance de desempate, este deverá ser obrigatoriamente menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada;

8.26.2. Na hipótese da não contratação da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte sediada local ou regionalmente, com base no item acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de prioridade do caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.26.3. Decairá do direito de ofertar o lance a ME ou EPP local/regional que não realizar este procedimento dentro de 5 (cinco) minutos;

8.26.4. A justificativa para a aplicação da prioridade para as empresas sediadas no Município de Fraiburgo/SC se dá em razão de fomentar o pequeno empreendedor que gera emprego e renda na comunidade local, buscar o crescimento econômico, atender também a função social das empresas de pequeno porte para o desenvolvimento do Município, além de atingir o art. 170 da Constituição Federal, de acordo com o Decreto nº 134/2018.

9. PROPOSTA FINAL ESCRITA

9.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de 02 (duas) horas, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, podendo ser utilizado o modelo constante do ANEXO II.

9.1.1. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

NA PROPOSTA ESCRITA, VIA SISTEMA, DEVERÁ CONTER:

I – o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;

II – datas em suas folhas, devidamente assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

III – nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, aquisição, transporte, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação;

IV – o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

V – discriminação, em moeda corrente nacional, dos preços dos itens, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

VI – valor unitário e valor total com a quantidade estimada para cada item/subitem e o valor total global;

VII – todos os subitens devem ser cotados dentro do ITEM proposto, sob pena de desclassificação da licitante proponente;

VIII – conter prazo de execução/entrega na forma exigida, de acordo com o Anexo I;

IX – dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO III.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada concomitantemente com a proposta de preços, na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema.

10.2. Para habilitação na presente licitação será exigido o encaminhamento via sistema dos seguintes documentos:

10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

II – caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;

III – declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV);

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando essa condição.

IV – a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>;

b) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

c) os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial.

d) esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício.

V – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

I – certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

II – prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

III – prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

IV – prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011;

10.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

I – Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Recuperação Judicial ou Concordata, expedida(s) até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das propostas, a(s) qual(is) deve(m) ser expedida(s) pela Corregedoria ou por órgão correspondente do Estado ou do Distrito Federal, ou do Fórum da Comarca, onde está sediada a empresa.

Obs: As empresas sediadas no Estado de Santa Catarina devem verificar as exigências do Poder Judiciário, quanto à expedição da(s) certidão(ões) nos sistemas SAJ e Eproc (1º grau), para fins de validade;

II – No caso de empresas que estejam em recuperação judicial a extrajudicial, as mesmas deverão apresentar:

a) Documentos que demonstre seu Plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.

a.1) O pregoeiro e a Equipe de Apoio poderão promover diligência junto ao Poder Judiciário, para obtenção de informações atualizadas quanto ao bom andamento do plano de recuperação.

10.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.2.4.1. Prova de Inscrição e Registro da pessoa jurídica e dos seus Responsáveis Técnicos, junto à entidade profissional competente (Conselho Profissional), da jurisdição da sede da proponente e válida na data da apresentação da proposta, com habilitação para seus responsáveis, com atribuição para execução de serviços semelhantes ao objeto deste edital;

10.2.4.2. Comprovação de aptidão, através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica da empresa, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, devidamente acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidos e registrados pelo Conselho Profissional, que comprove(m) possuir aptidão para execução dos serviços objeto do presente Edital, sendo coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde em aterro.

10.2.4.3. A capacitação técnico-profissional deve ser demonstrada através de documentos que comprovem que a licitante possui pelo menos 01 (um) Engenheiro Sanitarista (art. 18 da Resolução/CONFEA nº 218/73 e art. 1º da Resolução/CONFEA nº 310/86), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho competente, detentor de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica por execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde em aterro, devidamente registrado no CREA.

10.2.4.4. Os responsáveis técnicos detentores dos Atestados de Capacidade Técnica exigidos acima deverão fazer parte do quadro técnico da empresa, em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo “Contrato Social” em vigor, devidamente registrado, tratando-se de empregado a comprovação deverá ser feita através da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados ou Contrato de Prestação de serviços;

10.2.4.5. Alvará de Funcionamento válido e vigente, tendo como Atividade a Coleta de Resíduos de Saúde, emitido pelo município da sede da licitante;

10.2.4.6. Alvará da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal válida e vigente;

10.2.4.7. Licença Ambiental de Operação (LAO) vigente expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde em nome da proponente;

10.2.4.8. Licença Ambiental de Operação – LAO, em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, de tratamento por processo de esterilização (autoclavagem) dos resíduos dos serviços de saúde conforme RDCANVISA n. 306/2004, em nome da proponente;

10.2.4.9. Licença Ambiental de Operação – LAO, em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, de processo de incineração de resíduos de serviços de saúde conforme RDCANVISA n. 306/2004, em nome da proponente;

10.2.4.10. Licença Ambiental de Operação – LAO, em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente de destinação final de resíduos de serviços de saúde em aterro, conforme Resolução CONAMA nº

358/2005;

10.2.4.11. Caso a licitante não possua unidade de incineração própria para a destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde, a mesma deverá apresentar declaração emitida pela empresa licenciada que possui contrato com a licitante para destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde acompanhada da LAO da empresa contratada.

10.2.4.12. Declaração de disponibilidade do veículo ou, alternativamente, documento de propriedade expedido pelo DETRAN, em nome da Empresa, observadas a Legislação vigente no país para o Serviço de Transporte de Resíduos Sólidos/Líquidos Hospitalares, quanto às características do veículo;

10.2.4.13. Declaração de que possui os Equipamentos de segurança para fins de coleta e transporte até o local destinado, que ficarão a cargo da empresa;

10.2.4.14. Declaração de que tem conhecimento que o transporte dos resíduos sólidos de saúde, deve ser realizado de acordo com a classificação de cada resíduo.

10.2.4.15. Atestado de Visita (ANEXO IX) ou Declaração (ANEXO X).

10.2.5. DECLARAÇÃO expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002, conforme modelo constante do ANEXO V;

10.2.6. DECLARAÇÃO emitida pela empresa atestando que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (conforme modelo ANEXO VI).

10.2.7. COMPROVAÇÃO de que a empresa interessada tomou conhecimento das especificações e normas pertinentes à execução dos serviços (conforme modelo constante do ANEXO VIII);

10.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma das Lei Complementar nº 123/06.

10.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Município de Fraiburgo convocar os Fornecedores, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a Licitação.

10.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo(a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

10.5. Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “protocolo” de documento necessário à habilitação.

10.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias após a sua expedição.

11. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

As obrigações da vencedora estão previstas na minuta do contrato, integrante deste edital.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

12.1. A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO GLOBAL POR LOTE, desde que atendidas às demais exigências deste Edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, até o dia 24/09/2021 (sexta-feira), 09:00 h, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

13.1.1. Será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de meio eletrônico, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”, ou através de peça original protocolada por meio físico, junto ao Departamento de Compras e Licitações (Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo, SC. CEP 89.580-000).

13.2. Caberá ao(a) Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a Impugnação interposta no que se refere aos procedimentos de Licitação, e a equipe técnica no que tange a avaliações dos produtos, normas e outros temas que não sejam de responsabilidade do(a) Pregoeiro(a).

13.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14. DO CONTRATO DE SERVIÇOS

14.1. As obrigações decorrentes das prestações de serviços previstas do objeto, constam do contrato a ser firmado entre o Município de Fraiburgo e o Contratado, nos termos da minuta prevista no ANEXO XII.

14.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar e devidamente habilitado, será convocado a firmar o Contrato com o Município de Fraiburgo, no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração municipal, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

14.3. O licitante que, convocado para assinar o Contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

14.4. Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado não assinar, não aceitar ou não retirar qualquer documento

de Contrato, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os Fornecedores, na ordem de classificação, e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

15. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

15.1. Os preços poderão ser reajustados na forma da Lei, observadas as disposições previstas no contrato.

16. DOS RECURSOS, PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.1.1. Será admitido Recurso por intermédio de meio eletrônico, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br “Acesso Identificado”, ou peça original protocolada por meio físico, junto ao Departamento de Compras e Licitações (Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo, SC. CEP 89.580-000).

16.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado à Autoridade Competente do Município de Fraiburgo para homologação.

16.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) à Autoridade Superior, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à Autoridade Superior, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

16.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao à Autoridade Superior para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

16.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

16.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei Federal n. 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

16.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Município de Fraiburgo aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Município de Fraiburgo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III – por atraso ou paralisação da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

IV – em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

V – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelada as Ordens e Serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato;

VI – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao Município de Fraiburgo, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme o caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade;

VII – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Fraiburgo, enquanto perdurar os motivos da punição.

16.7. A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e, a partir da notificação, terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o parágrafo 2º do artigo 87, da Lei Federal n. 8.666/93.

16.8. Não ocorrendo o pagamento conforme previsto no item anterior o valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

16.9. A Contratante suspenderá os pagamentos devidos à Contratada, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

16.10. Nos termos do art. 7º da Lei Federal n. 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a Licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Fraiburgo, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

16.11. O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal n. 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente;
d) descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.12. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela aquisição do item da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, de acordo com a disposição na minuta do contrato, parte integrante deste edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Caberá ao Município de Fraiburgo a prática de todos os atos de controle e administração do sistema.

19.2. A Empresa vencedora deverá declarar ao Município de Fraiburgo (ANEXO III) o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento do Contrato e recebimento das ordens de serviços, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do Município, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Portal de Compras Públicas e na página oficial do Município de Fraiburgo, www.fraiburgo.sc.gov.br.

19.5. Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. A Autoridade Superior do certame poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, devendo ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, prioritariamente por meio eletrônico via portal indicado neste Edital, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através dos telefones (49) 3256-3000 (ramais: 3001/3039), ou pessoalmente no Departamento de Compras e Licitações (Avenida Rio das Antas, nº 185, Centro, Fraiburgo, SC. CEP 89.580-000).

19.8. Não cabe ao Portal de Compras Públicas ou ao Município de Fraiburgo qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

19.9. O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através de Portaria publicada no diário oficial.

19.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

I – ANEXO I – Termo de Referência;

II – ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços e Planilha de Custos e Formação de Preços;

III – ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;

IV – ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

V – ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

VI – ANEXO VI – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;

VII – ANEXO VII – Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

VIII – ANEXO VIII – Comprovação de Conhecimento das Especificações e Normas para a Execução dos Serviços;

IX – ANEXO IX – Atestado de Visita;

X – ANEXO X – Declaração de conhecimento do local;

XI – ANEXO XI – Minuta do Contrato.

Fraiburgo (SC), 16 de setembro de 2021.

[Assinado Eletronicamente]

EDSON LUIZ MEDEIROS

Secretário de Saúde

ANEXO I

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico

1 – OBJETO

1.1 – Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de

resíduos de serviços de saúde, a serem coletados em todas as Unidades de Saúde, sendo: São Miguel, São Sebastião, São José, Nações, Macieira, Vila Salete, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 – A contratação da empresa se faz necessária por tratar-se de um serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, conforme RDC da Anvisa nº 222 de 28 de setembro de 2018, o mesmo é indispensável por uma questão de saúde pública, bem como preservação do meio ambiente.

2.2 – A prestação de serviços continuados por empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e descarte de resíduos dos serviços de saúde (lixo hospitalar/infectante), gerados pelas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Fraiburgo, visa atender a Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, emitida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente, que em seu Art. 3º dispõe que “Cabe aos geradores de resíduos de serviços de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1º desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981”, da Resolução RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, demais normas, leis e decretos que regulam a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

2.3 – Ressaltamos que o acúmulo de Lixo Hospitalar é de extrema periculosidade, podendo gerar a proliferação de doenças, com isso, colocar em risco a saúde pública. Além, trata-se de um serviço essencial, bem como é necessário que o serviço contratado seja de forma contínua.

3 – QUANTITATIVO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES REFERÊNCIAS DE MERCADO:

3.1 – Os quantitativos, especificações e valores seguem na tabela abaixo:

COD

ITEM

QTDE

UNID

DESCRIÇÃO

MÉDIA

VALOR

42132

1

12

Mês

Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sendo aproximadamente 10 (dez) bombonas por semana dos grupos “A1”, “A4”, “E” e 01 (uma) bombona por mês do grupo B.

6.300,00

75.600,00

4 – DA EXECUÇÃO

4.1 – O lixo deverá ser acondicionado em bombonas de 200 litros, as quais deverão ser fornecidas pela CONTRATADA;

4.2 – A quantidade estimada de coleta para os resíduos de serviços de saúde são:

a) Grupos A1, A4 e E: Coleta semanal de aproximadamente 10 (dez) bombonas de 200 litros, totalizando 40 bombonas por mês, nos seguintes locais:

1 – São Miguel;

1 – São Sebastião;

1 – São José;

1 – Nações;

1 – Macieira;

2 – Vila Salete;

3 – Unidade de Pronto Atendimento – UPA;

b) Grupo B (Químico): coleta mensal na Unidade de Saúde Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros, específica para este grupo, mediante emissão de relatório.

4.3 – Os resíduos oriundos do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, deverão ser coletados junto a Unidade de Saúde Vila Salete, em razão de ser pequena a quantidade.

4.4 – As quantidades poderão ser alteradas, conforme a necessidade sem impacto no valor mensal da prestação de serviços;

4.5 – Os serviços deverão ser iniciados em até 2 (dois) dias contados do recebimento da Autorização dos Serviços, emitido pelo setor de compras do Município.

4.6 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da empresa vencedora.

4.7 – Endereço das Unidades de Saúde:

LOCAL/ENDEREÇO

CONTATO

UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL

Av. Michele Simonetti, nº 501, Bairro São Miguel

Contato: Simone Bussato (49) 3908-2001.

UNIDADE DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO

Rua Ivo Savian, nº 31, Bairro São Sebastião;

Contato: Natalia Fantinel (49) 3908-2042.

UNIDADE DE SAÚDE SÃO JOSÉ

Av. Caçador, nº 40, Bairro Centro

Contato: Tayse Ender de Lima (49) 3256-4315.

UNIDADE DE SAÚDE NAÇÕES

Av Irmãos Schinatto, esquina com Av Edson Chelli, Bairro Nações

Contato: Debora Tatiane Cachoeira Candido (49) 3256-4080.

UNIDADE DE SAÚDE MACIEIRA

Rua Mel Rose, nº 604, Bairro Macieira

Contato: Liceia Rinaldi Ramos (49) 3246-6295

UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE

Av. Vitto Pizetta, nº 77, Bairro Vila Salete

Contato: Vanessa Vicente (49)3256-4000

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA

Rua 25 de Agosto, Bairro Vila Salete

Contato: Silvana Claudia Jacomeli de Oliveira (49)3256-3079

5 – DO VALOR E PAGAMENTO

5.1 – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, após sua execução e emissão da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Relatório dos serviços prestados.

5.2 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços efetivamente realizados e emissão da nota eletrônica relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

5.4 - Emitir a nota fiscal eletrônica e entregar até o último dia útil do mês, acompanhado dos relatórios.

5.5 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2021 e terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão

08. Secretária de Saúde

Unidade

01. Fundo Municipal de Saúde

Funcional

10.301.0007.2.025

Compl. Elemento

3.3.90.39.28 – Coleta de Lixo e Demais Resíduos

Dotação

21

Recurso

1474

7 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Será de responsabilidade da contratada:

a) a realização dos serviços, objetos deste Edital, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

b) o fornecimento de “bombonas” a todas as Unidades para abrigo dos resíduos, sendo que em cada coleta deverá substituir a “bombona” por outra devidamente desinfetada;

c) realizar a coleta 01 (uma) vez por semana de todas as Unidades geradoras de resíduos, exceto com relação ao grupo “B” (químico) que será efetuado 1 (uma) vez por mês na Unidade da Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros específica para este grupo.

d) responsabilizar-se pelo devido acondicionamento do resíduo até o seu destino final;

e) fazer a segregação e acondicionamento devido dos resíduos;

f) responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

g) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8.666/93);

h) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na entrega ou no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta,

inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

i) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 h, os serviços/produtos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

j) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br, devendo constar na nota fiscal eletrônica no item “dados adicionais” o endereço de entrega do produto, nos termos do RICMS01, anexo 5, art. 36, VII, “a”.

k) fornecer com a nota fiscal de prestação de serviços, relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

08 – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

08.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e com base no Prejulgado nº 1615 do TCE/SC.

09 – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

09.1 – O valor das parcelas mensais poderá ser reajustado com periodicidade de 12 meses a partir do início da vigência contratual, com base no INPC acumulado durante o período de referência;

11.1.1 – A data-base é: outubro.

11.1.2 – O período de referência é: outubro a setembro.

11.1.3 – A aplicação do reajuste será: outubro.

09.2 – O reajuste poderá ser formalizado por termo aditivo ou apostilamento.

Fraiburgo(SC), 25 de agosto de 2021.

Jaqueline Rossete
Assistente Administrativa

Edson Luiz Medeiros
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO II

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021 – FMS

PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente Licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2 – PREÇO

Deverá ser cotado o valor

GLOBAL POR ITEM PROPOSTA:

VALOR TOTAL POR LOTE R\$ _____ (Por extenso).

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

Vide minuta do contrato

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vide minuta do contrato

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entrega nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2021 – FMS

Planilha Quantitativa

COD
ITEM
QTDE
UNID
DESCRIÇÃO

R\$ Unit
R\$ Total

42132

1

12

Mês

Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sendo aproximadamente 10 (dez) bombonas por semana dos grupos “A1”, “A4”, “E” e 01 (uma) bombona por mês do grupo B.

Caso o Edital exija marca e/ou fabricante, sendo ela própria da licitante, deverá indicar a expressão: “MARCA PRÓPRIA” ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, para que não haja a identificação da empresa na fase de disputa dos lances, sob pena de desclassificação (art. 23 § 5º, Decreto Municipal nº 29/2021), podendo ser preenchida posteriormente no envio da proposta readequada.

Fraiburgo (SC),.....de.....de.....

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº:

CPF/MF Nº.:

3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:

E-MAIL:

Obs.: Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

4. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA E-MAIL:

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do “Contrato”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IV

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre
plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP que tenha alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, como por exemplo: estar fora do prazo da validade e/ou comprove a situação irregular da empresa, fazer constar tal ressalva.

Fraiburgo (SC), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO V

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

ANEXO VI

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e
do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da
Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(data)

(representante legal)

(* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em
_____(ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro
societário servidor público ou da ativa, parlamentar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Fraiburgo (SC), ____ < DATA > _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

ANEXO VIII

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

MODELO DE COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS PERTINENTES
FORNECIMENTO

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente ao Pregão, na forma Eletrônica – Edital Nº 0009/2021, que a empresa _____, tomou conhecimento de todas as normas, especificações e informações necessárias e obrigatórias para a perfeita consecução do objeto do Edital supra.

Local, ____ de _____ de 2021.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

? ANEXO IX

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins da licitação referente ao PAL 0009/2021 - FMS – Edital de Pregão Presencial nº 0009/2021, que a empresa _____, tomou conhecimento das condições atuais dos serviços a serem executados, mediante verificação "in loco".

Local: _____
Data ____/____/____

Assinatura do Responsável

? ANEXO X

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021– FMS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa licitante _____, declara que tem conhecimento do local da prestação do serviço, declarando assim estar ciente de todas as suas condições bem como às relativas ao objeto da referida licitação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

Fraiburgo/SC, _____ de _____ de 2021.

Declaro ter ficado ciente de todas as condições do serviço licitado.

Empresa:

Nome do representante:

RG:

? ANEXO XI

? PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0009/2021 – FMS

MINUTA DO CONTRATO Nº

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO – FMS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Beira Lago, nº 770, Vila Salete, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-00, inscrito no CNPJ sob o nº 10.496.741/0001-69, representado neste ato pelo Secretário da Saúde, Sr. Edson Luiz Medeiros, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a)....., Sr(a)....., doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, e na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 29/2021, Decreto Municipal nº 134/18, bem como na Lei complementar nº 123/06, suas alterações, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, a serem coletados em todas as Unidades de Saúde, sendo: São Miguel, São Sebastião, São José, Nações, Macieira, Vila Salete, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS., conforme tabela abaixo:

COD

ITEM

QTDE

UNID

DESCRIÇÃO

R\$ Unit

R\$ Total

42132

1

12

Mês

Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sendo aproximadamente 10

(dez) bombonas por semana dos grupos “A1”, “A4”, “E” e 01 (uma) bombona por mês do grupo B.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – O lixo deverá ser acondicionado em bombonas de 200 litros, as quais deverão ser fornecidas pela CONTRATADA;

2.2 – A quantidade estimada de coleta para os resíduos de serviços de saúde são:

a) Grupos A1, A4 e E: Coleta semanal de aproximadamente 10 (dez) bombonas de 200 litros, totalizando 40 bombonas por mês, nos seguintes locais:

1 – São Miguel;

1 – São Sebastião;

1 – São José;

1 – Nações;

1 – Macieira;

2 – Vila Salete;

3 – Unidade de Pronto Atendimento – UPA;

b) Grupo B (Químico): coleta mensal na Unidade de Saúde Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros, específica para este grupo, mediante emissão de relatório.

2.3 – Os resíduos oriundos do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, deverão ser coletados junto a Unidade de Saúde Vila Salete, em razão de ser pequena a quantidade.

2.4 – As quantidades poderão ser alteradas, conforme a necessidade sem impacto no valor mensal da prestação de serviços;

2.5 – Os serviços deverão ser iniciados em até 2 (dois) dias contados do recebimento da Autorização dos Serviços, emitido pelo setor de compras do Município.

2.6 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

2.7 – Endereço das Unidades de Saúde:

LOCAL/ENDEREÇO

CONTATO

UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL

Av. Michele Simonetti, nº 501, Bairro São Miguel

Contato: Simone Bussato (49) 3908-2001.

UNIDADE DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO

Rua Ivo Savian, nº 31, Bairro São Sebastião;

Contato: Natalia Fantinel (49) 3908-2042.

UNIDADE DE SAÚDE SÃO JOSÉ

Av. Caçador, nº 40, Bairro Centro

Contato: Tayse Ender de Lima (49) 3256-4315.

UNIDADE DE SAÚDE NAÇÕES

Av. Irmãos Schinatto, esquina com Av. Edson Chelli, Bairro Nações

Contato: Debora Tatiane Cachoeira Candido (49) 3256-4080.

UNIDADE DE SAÚDE MACIEIRA

Rua Mel Rose, nº 604, Bairro Macieira

Contato: Liceia Rinaldi Ramos (49) 3246-6295

UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE

Av. Vitto Pizetta, nº 77, Bairro Vila Salete

Contato: Vanessa Vicente (49) 3256-4000

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA

Rua 25 de Agosto, Bairro Vila Salete

Contato: Silvana Claudia Jacomeli de Oliveira (49) 3256-3079

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente Contrato é de R\$,

3.2 – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, após sua execução e emissão da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Relatório dos serviços prestados.

3.3 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2.1 deste Edital).

3.4 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 15 do mês subsequente a realização dos serviços efetivamente realizados e emissão da nota eletrônica relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

3.5 – Emitir a nota fiscal eletrônica e entregar até o último dia útil do mês, acompanhado dos Relatórios.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do

exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão

08. Secretária de Saúde

Unidade

01. Fundo Municipal de Saúde

Funcional

10.301.0007.2.025

Compl. Elemento

3.3.90.39.28 – Coleta de Lixo e Demais Resíduos

Dotação

21

Recurso

1474

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início do fornecimento ou para a conclusão final, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o Municípios por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 – Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – por atraso ou paralisação da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de fornecimento, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as Autorizações de Fornecimento e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao MUNICÍPIO ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

5.5 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE -

7.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e com base no Prejulgado nº 1615 do TCE/SC.

7.2 – O valor das parcelas mensais poderá ser reajustado com periodicidade de 12 meses a partir do início da vigência contratual, com base no INPC acumulado durante o período de referência;

7.2.1 – A data-base é: outubro.

7.2.2 – O período de referência é: outubro a setembro.

7.2.3 – A aplicação do reajuste será: outubro.

7.3 – O reajuste poderá ser formalizado por termo aditivo ou apostilamento.

7.4 – A CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, o reajuste mencionado no item 2.2, o qual deverá ser protocolizado no Setor de compras e licitações localizado no Paço Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico Nº 0019/2021-e, Edital de Pregão, na forma ELETRÔNICA Nº 0009/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 – São Obrigações da Contratada:

a) a realização dos serviços, objetos deste Edital, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

b) o fornecimento de “bombonas” a todas as Unidades para abrigo dos resíduos, sendo que em cada coleta deverá substituir a “bombona” por outra devidamente desinfetada;

c) realizar a coleta 01 (uma) vez por semana de todas as Unidades geradoras de resíduos, exceto com relação ao grupo “B” (químico) que será efetuado 1 (uma) vez por mês na Unidade da Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros específica para este grupo.

d) responsabilizar-se pelo devido acondicionamento do resíduo até o seu destino final;

- e) fazer a segregação e acondicionamento devido dos resíduos;
- f) responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- g) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8.666/93);
- h) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na entrega ou no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- i) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 h, os serviços/produtos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- j) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br, devendo constar na nota fiscal eletrônica no item “dados adicionais” o endereço de entrega do produto, nos termos do RICMS01, anexo 5, art. 36, VII, “a”.
- k) fornecer com a nota fiscal de prestação de serviços, relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Fraiburgo, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, de forma eletrônica.

Fraiburgo(SC),..... de..... de 2021.

Fundo Municipal de Saúde
Edson Luiz Medeiros
Contratante
CONTRATADA

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

TEMPO DE INSERÇÕES:
ENVIADO COMO:
RÁDIO PODE VEICULAR QUANDO RECEBER?
INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES:
ARQUIVOS:

Fraiburgo, data.

16 - CT21FMS16

Publicação N° 3322908

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5511E48D3172E0AC96756532A735736BF1A0F3C

CT21FMS16

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CÓDIGO DE REGISTRO TCE: E5511E48D3172E0AC96756532A735736BF1A0F3C

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO – FMS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Beira Lago, nº 770, Vila Salete, Fraiburgo/SC, CEP 89.580-00, inscrito no CNPJ sob o nº 10.496.741/0001-69, representado neste ato pelo Secretário da Saúde, Sr. Edson Luiz Medeiros, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Linha São Roque, s/nº Interior, na cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0001-60, neste ato representada pela Sócia-Administradora, Sra. Sandra Marta Balbinot, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam o objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, e na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 29/2021, Decreto Municipal nº 134/18, bem como na Lei complementar nº 123/06, suas alterações, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, a serem coletados em todas as Unidades de Saúde, sendo: São Miguel, São Sebastião, São José, Nações, Macieira, Vila Salete, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS., conforme tabela abaixo:

COD	ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	Vlr.Unit.R\$	Vlr.Tot.R\$
42132	1	12	Mês	Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, sendo aproximadamente 10 (dez) bombonas por semana dos grupos "A1", "A4", "E" e 01 (uma) bombona por mês do grupo B.	6,000.00	72,000.00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – O lixo deverá ser acondicionado em bombonas de 200 litros, as quais deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

2.2 – A quantidade estimada de coleta para os resíduos de serviços de saúde são:

a) Grupos A1, A4 e E: Coleta semanal de aproximadamente 10 (dez) bombonas de 200 litros, totalizando 40 bombonas por mês, nos seguintes locais:

- 1 – São Miguel;
- 1 – São Sebastião;
- 1 – São José;
- 1 – Nações;
- 1 – Macieira.
- 2 – Vila Salete.
- 3 – Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

b) Grupo B (Químico): coleta mensal na Unidade de Saúde Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros, específica para este grupo, mediante emissão de relatório.

2.3 – Os resíduos oriundos do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, deverão ser coletados junto a Unidade de Saúde Vila Salete, em razão de ser pequena a quantidade.

2.4 – As quantidades poderão ser alteradas, conforme a necessidade sem impacto no valor mensal da prestação de serviços.

2.5 – Os serviços deverão ser iniciados em até 2 (dois) dias contados do recebimento da Autorização dos Serviços, emitido pelo setor de compras do Município.

2.6 – Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

2.7 – Endereço das Unidades de Saúde:

LOCAL/ENDEREÇO	CONTATO
UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL Av. Michele Simonetti, nº 501, Bairro São Miguel	Contato: Simone Bussato (49) 3908-2001.

UNIDADE DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO Rua Ivo Savian, nº 31, Bairro São Sebastião;	Contato: Natalia Fantinel (49) 3908-2042.
UNIDADE DE SAÚDE SÃO JOSÉ Av. Caçador, nº 40, Bairro Centro	Contato: Tayse Ender de Lima (49) 3256-4315.
UNIDADE DE SAÚDE NAÇÕES Av. Irmãos Schinatto, esquina com Av. Edson Chelli, Bairro Nações	Contato: Debora Tatiane Cachoeira Candido (49) 3256-4080.
UNIDADE DE SAÚDE MACIEIRA Rua Mel Rose, nº 604, Bairro Macieira	Contato: Liceia Rinaldi Ramos (49) 3246-6295
UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE Av. Vitto Pizetta, nº 77, Bairro Vila Sallet	Contato: Vanessa Vicente (49)3256-4000
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA Rua 25 de Agosto, Bairro Vila Sallet	Contato: Silvana Claudia Jacomeli de Oliveira (49)3256-3079

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente Contrato é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

3.2 – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, após sua execução e emissão da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Relatório dos serviços prestados.

3.3 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2.1 deste Edital).

3.4 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 15 do mês subsequente a realização dos serviços efetivamente realizados e emissão da nota eletrônica relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

3.5 – Emitir a nota fiscal eletrônica e entregar até o último dia útil do mês, acompanhado dos Relatórios.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	08. Secretária de Saúde
Unidade	01. Fundo Municipal de Saúde
Funcional	10.301.0007.2.025
Compl. Elemento	3.3.90.39.28 – Coleta de Lixo e Demais Resíduos
Dotação	21
Recurso	1474

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início do fornecimento ou para a conclusão, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o Municípios por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 – Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – por atraso ou paralisação da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de fornecimento, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as Autorizações de Fornecimento e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao MUNICÍPIO ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

5.5 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE -

7.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses a partir de 01 de outubro, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93 e com base no Prejulgado nº 1615 do TCE/SC.

7.2 – O valor das parcelas mensais poderá ser reajustado com periodicidade de 12 meses a partir do início da vigência contratual, com base no INPC acumulado durante o período de referência;

7.2.1 – A data-base é: outubro.

7.2.2 – O período de referência é: outubro a setembro.

7.2.3 – A aplicação do reajuste será: outubro.

7.3 – O reajuste poderá ser formalizado por termo aditivo ou apostilamento.

7.4 – A CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, o reajuste mencionado no item 2.2, o qual deverá ser protocolizado no Setor de compras e licitações, localizado no Paço Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico Nº 0019/2021-e, Edital de Pregão, na forma ELETRÔNICA Nº 0009/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 – São Obrigações da Contratada:

a) a realização dos serviços, objetos deste Edital, nos preços e prazos estipulados na sua proposta;

b) o fornecimento de “bombonas” a todas as Unidades para abrigo dos resíduos, sendo que em cada coleta deverá substituir a “bombona” por outra devidamente desinfetada;

c) realizar a coleta 01 (uma) vez por semana de todas as Unidades geradoras de resíduos, exceto com relação ao grupo “B” (químico) que será efetuado 1 (uma) vez por mês na Unidade da Vila Salete, com a utilização exclusiva de 1 (uma) bombona de 200 litros específica para este grupo.

d) responsabilizar-se pelo devido acondicionamento do resíduo até o seu destino final;

e) fazer a segregação e acondicionamento devido dos resíduos;

f) responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

g) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8.666/93);

h) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na entrega ou no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

i) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 h, os serviços/produtos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

j) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br, devendo constar na nota fiscal eletrônica no item “dados adicionais” o endereço de entrega do produto, nos termos do RICMS01, anexo 5, art. 36, VII, “a”;

k) fornecer com a nota fiscal de prestação de serviços, relatório das entregas, por unidade de saúde, com a data da entrega, quantidade entregue e assinatura do motorista da contratada e do funcionário que entregou o lixo na unidade de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Fraiburgo, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços, de forma eletrônica.

Fraiburgo(SC), 29 de setembro de 2021.

Fundo Municipal de Saúde Edson Luiz Medeiros Secretário Municipal de Saúde Contratante	Servioeste Soluções Ambientais Ltda Sandra Marta Balbinot Contratada
---	--

Documento original eletrônico Assinado digitalmente com amparo na Lei Federal nº 14.063/2020; Lei Federal nº 14.129/2021 e Decreto Municipal nº 0176/2021, de 05/07/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 19/2023/FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a empresa AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, as cláusulas e condições seguintes:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Dioclésio Ragnini, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 205, bairro Centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.094.629/0001-36, estabelecida na Rua Lages, nº 323, Bairro Centro, no Município de Joinville/S, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. MARCO ANTONIO DA SILVA AVILA, portador da Carteira de Identidade nº 7.xxx.xxx.031 - SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 379.xxx.xxx-04, residente e domiciliado na cidade de Maravilha, SC, e a Sra. VANDRA MARIA D'AGOSTINI, portadora da Carteira de Identidade nº 2.xxx.507 - SESPDC/SC, inscrita no CPF sob o nº 016.xxx.xxx-83, residente e domiciliada na cidade de Maravilha, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações com o Processo de Licitação nº 30/2023/FMS – Edital TP nº 01/2023/FMS, homologado em 04/08/2023, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

- 2.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, a partir de 22/08/2023, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.
- 2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora CHAIANE DAL PRÁ, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - 2.2.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Secretaria Municipal de Saúde, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.
 - 2.2.2. A fiscalização exercerá controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.
 - 2.2.3. A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, a paralisação dos serviços sempre que a CONTRATADA deixar de cumprir com o disposto no Edital e seus Anexos.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 3.1. Os serviços, objetos do presente contrato deverão ser executados em conformidade com o disposto no **Anexo I - Projeto Básico** do Edital.
- 3.2. A disposição final dos resíduos de saúde, de que trata o objeto do presente contrato, será em área de propriedade e/ou responsabilidade da CONTRATADA.
- 3.3. Será facultado a CONTRATADA efetuar ou não a coleta e transporte dos resíduos de que trata este contrato, caso se verifique que os mesmos sejam portadores de substâncias tóxicas, venenosas, explosivas, inflamáveis ou de qualquer tipo de material corrosivo. Em suma, toda e qualquer substância que se revele danosa e capaz de colocar em risco a saúde pública e o(s) equipamento(s) da mesma.
- 3.4. A CONTRATADA, quanto aos prazos de implantação e execução dos serviços, deverá observar o disposto abaixo:
 - a. Disponibilização e apresentação dos veículos, máquinas e equipamentos necessários ao início da operação, para vistoria: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.
 - b. Disponibilização e apresentação da equipe: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.
 - c. Início efetivo dos serviços: até 48 (quarenta e oito horas) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.
- 3.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- 3.6. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 3.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
 - 3.7.1.1. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.
 - 3.7.1.2. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 4.1. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora no Processo de Licitação, ou seja, R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), equivalentes à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mensais, sendo R\$ 8.482,97 (oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondente ao material e meio mecânico e R\$ 5.017,03 (cinco mil e dezessete reais e três centavos), correspondente aos serviços.
- 4.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 4.2.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, na conta corrente nº 45939-1 do Banco Itaú, agência nº 8842.



- 4.2.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 4.3. Os preços somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.
- 4.4. O preço somente será revisado quando houver alteração do valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO: 18.001 - FUNDO DE SAÚDE / FUNDO DE SAÚDE

2.122 – BLATB – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0122 – ATENÇÃO BÁSICA – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

28 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0124 – MAC – SAMU – CAPS – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE BASICO.

32 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 1.500.1002.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

- 6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 205, bairro Centro, Joaçaba/SC, CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

- 7.1.1. Executar o objeto de acordo com todas as disposições do presente contrato e as do Edital que o originou.
- 7.1.2. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste Edital durante a execução dos serviços.
- 7.1.3. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços.
- 7.1.4. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

- 7.1.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 7.1.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
- 7.1.8. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pela Comissão Especial, responsabilizando-se pelos serviços.
- 7.1.9. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa.
- 7.1.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização.
- 7.1.11. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão da Ordem de Serviço Inicial.
- 7.1.12. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 7.1.13. Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 7.1.14. Permitir e facilitar todas as atividades inerentes a fiscalização, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

7.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

- 7.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do presente Contrato.
- 7.2.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento.
- 7.2.3. Providenciar a publicação presente contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 7.2.4. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

- 8.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:
 - a. Advertência.
 - b. Multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato, no caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto.
Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de uso de veículos, equipamentos, uniforme ou equipamentos não padronizados para os serviços após os prazos de implantação.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por frequência de coleta não realizada, a partir da data de implantação dos serviços.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de não atendimento dentro do prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, de pedido de substituição de empregado.
 - c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 8.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem acima, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



- 8.3. As multas aludidas na alínea “b” deverão ser pagas ao CONTRATANTE, impreterivelmente em 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação para este fim, sob pena de serem adotadas medidas judiciais cabíveis
- 8.3.1. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.
- 8.3.2. As multas a que alude a alínea “b” do subitem 8.1 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público.
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- 10.4. Fica estabelecido que o objeto ora contratado somente poderá ser executado pela CONTRATADA, vedada, portanto, a terceirização ou sublocação do mesmo.
- 10.5. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 04 de agosto de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

MARCO ANTONIO DA SILVA AVILA
AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA
CONTRATADA

VANDRA MARIA D'AGOSTINI
AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas: 1 _____ 2 _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2023/FMS
EDITAL TP Nº 01/2023/FMS

MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇOS**
TIPO: **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**
FORMA DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), neste ato representada pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, no **dia 25 de julho de 2023, às 14 horas**, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (1), e a Proposta de Preços (2), deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, até as **13h50min do dia 25 de julho de 2023**.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes das Unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF's) e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.2. Os serviços, objetos da presente licitação deverão ser executados em conformidade com o disposto no **Anexo I** do presente Edital.

1.1.3. A disposição final dos resíduos de saúde, de que trata o objeto do presente Edital, será em área de propriedade e/ou responsabilidade da empresa contratada.

1.1.4. Será facultado a empresa contratada efetuar ou não a coleta e transporte dos resíduos de que trata este Edital, caso se verifique que os mesmos sejam portadores de substâncias tóxicas, venenosas, explosivas, inflamáveis ou de qualquer tipo de material corrosivo. Em suma, toda e qualquer substância que se revele danosa e capaz de colocar em risco a saúde pública e o(s) equipamento(s) da mesma.

1.1.5. Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.1.6. A empresa contratada, quanto aos prazos de implantação e execução dos serviços, deverá observar o disposto abaixo:

- a. Disponibilização e apresentação dos veículos, máquinas e equipamentos necessários ao início da operação, para vistoria: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.



- b. Disponibilização e apresentação da equipe: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.
- c. Início efetivo dos serviços: até 48 (quarenta e oito horas) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

- 1.1.7. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- 1.1.8. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 1.1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.
 - 1.1.9.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.
 - 1.1.9.2. Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, regularmente estabelecidas no País, desde que atendam as condições do presente Edital.
- 2.2. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de quaisquer esferas (Federal, Estadual ou Municipal), ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Joaçaba ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).
 - 2.2.1. Será vedada a participação de empresas que estejam sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial.
 - 2.2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, servidor, agente político ou responsável pela Licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, observadas também as vedações dos artigos 64, 65 e 66 da Lei Orgânica do Município de Joaçaba.
- 2.3. A empresa licitante deverá ter como objeto de exploração descrito em seu contrato social, atividade inerente ao objeto desta Licitação.
- 2.4. A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
- 2.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado ou transcurso do certame.
- 2.6. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo



2.7. Os participantes deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de foros que possam impedir a sua participação e/ou habilitação na presente licitação, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados, bem como pela veracidade das informações e declarações prestadas.

2.8. Será considerado o e-mail cadastrado na proposta comercial.

2.8.1. Somente este e-mail servirá para comunicados e notificações relacionados ao procedimento licitatório devendo-se considerar como data de recebimento a data de envio da comunicação pelo Município de Joaçaba.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério da proponente se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A proponente poderá apresentar-se para credenciamento junto à Comissão de Licitações, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo documento de identificação.

3.3. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida (dispensada nos casos do art. 3º, I, da Lei 13.726/2018), com poderes específicos para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases desta licitação.

3.3.1. A referida procuração deverá fazer-se acompanhar de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.

3.4. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.5. Cada representante somente poderá representar uma única proponente.

3.6. A ausência ou vício dos documentos impedirá o interessado de se manifestar e/ou responder pela licitante, embora não seja negado àquela o direito de participar da licitação.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Para a respectiva habilitação no presente processo, os interessados deverão apresentar os documentos discriminados abaixo, em envelope lacrado e rubricado em seu fecho, assim subscrito:

ENVELOPE Nº 01: DOCUMENTAÇÃO

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2023/FMS – EDITAL TP Nº ____/2023/FMS

PROPONENTE:

4.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado, da sede da licitante.

4.1.3. Prova de regularidade fiscal relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

4.1.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.

4.1.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda do Município onde está sediada a empresa.

4.1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.



- 4.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 4.1.8. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede ou domicílio da licitante.
- 4.1.8.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 4.1.9. Prova de registro da empresa no CREA ou CAU com jurisdição no Estado onde está sediada, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.
- 4.1.10. Comprovação, para fins de demonstração de **capacitação operacional**, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão de que a empresa proponente executou a qualquer tempo, obras/serviços semelhantes a estes que estão sendo licitados, **devidamente registrado pelo CREA ou CAU**.
- 4.1.11. Comprovação, para fins de demonstração de **capacitação técnico-profissional**, de possuir profissional de nível superior, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA ou CAU, onde conste que o mesmo executou obras/serviços semelhantes aos do objeto desta licitação, e também **Anotação de Responsabilidade Técnica ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT** de cargo e função pela empresa proponente.
- 4.1.12. Declaração expressa da empresa licitante de que, se vencedora deste processo, disporá de pessoal técnico qualificado e dos materiais e equipamentos necessários e em número suficiente para a execução do objeto.
- 4.1.13. Declaração expressa de que a empresa proponente tem conhecimento de todas as informações presentes no Edital e das condições locais da obra para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e se submete às condições estabelecidas, devidamente assinada pelo **responsável legal** pela licitante e pelo **responsável técnico** pela execução dos serviços.
- 4.1.14. Relação nominal e numérica, individualizando através de marca, modelo, capacidade e ano de fabricação, do(s) veículo(s), adequados e disponíveis para a realização dos serviços objeto desta licitação.
- 4.1.15. Declaração formal da disponibilidade do(s) veículo(s) no prazo previsto para o início dos trabalhos, em boas condições de operação.
- 4.1.16. Declaração de que a empresa proponente tem conhecimento do Projeto Básico (Anexo I), das condições e locais de onde será executado o objeto.
- 4.1.17. LAP – Licença Ambiental Prévia ou LAI – Licença Ambiental de Instalação em vigor, expedida(s) pelo órgão ambiental competente, que ateste possuir sistemas já implantados de transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde. O sistema de tratamento de resíduos de serviços de saúde deverá atender as exigências estabelecidas pela ANVISA e Resoluções do CONAMA.
- 4.1.18. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- 4.1.11. Declaração expressa da empresa licitante de que a mesma não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- 4.1.12. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Joaçaba ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

- 4.1.13. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.
- 4.2. Os documentos discriminados acima poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.
- 4.2.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Prefeitura de Joaçaba deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas, junto ao Setor de Compras, na Avenida XV de Novembro, 378.
- 4.3. A Comissão de Licitações poderá promover a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.
- 4.4. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou *e-mail*.
- 4.5. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
- 4.6. As microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais deverão observar o disposto nos subitens seguintes.
- 4.6.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.6.2. A condição de Micro Empreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual.
- 4.6.3. A Certidão ou o Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.
- 4.6.4. Tais documentos deverão estar dentro do ENVELOPE Nº 01 – DA DOCUMENTAÇÃO:
- 4.7. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.3 e seguintes do presente Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. A proposta, de caráter irrevogável e irretratável, deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado em seu fecho, onde se identifique:

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2023/FMS – EDITAL TP Nº ____/2023/FMS
PROPONENTE:

- 5.2. O envelope da proposta deverá conter:

- 5.2.1. Proposta Comercial de acordo com o modelo do **Anexo II**, adequadamente preenchida, em papel timbrado ou contendo carimbo que a identifique, preferencialmente impressa ou datilografada, em idioma nacional, sem cotações alternativas, ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo responsável técnico da licitante constante em sua certidão de registro no CREA, devidamente identificado, e pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, devidamente identificado(s).
- 5.2.2. Planilha de custos contendo todos os itens e subitens constantes do Orçamento Estimativo (Anexo I), adequadamente preenchida, com os valores unitários e totais dos materiais, valores unitários e totais da mão de obra, o valor total do material e o valor total da mão de obra, bem como, o valor global proposto



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

para a realização integral da obra, conforme estabelecido nos Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do **Anexo I** do presente Edital.

- 5.2.2.1. Os valores totais propostos para cada subitem da planilha de custos não poderão ser superiores ao valor orçado, sob pena de desclassificação.
- 5.2.2.2. Para fins de retenção do INSS e atendimento dos requisitos do e-Sfinge Obras do Tribunal de Contas do Estado, discriminar:
 - ✓ Valor do material e meio mecânico.
 - ✓ Valor da mão de obra.
- 5.2.3. Composição do BDI e das Leis Sociais, conforme modelo do **Anexo IV**, o qual poderá ser adequado pela proponente.
- 5.2. A proponente ao elaborar a sua proposta deverá observar o **valor máximo mensal de R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), sob pena de desclassificação.
- 5.3. No preço proposto deverão estar compreendidos todos os custos relativos às instalações, investimentos, veículos, máquinas, equipamentos, materiais e ferramentas, sua aquisição, aluguel, manutenção e depreciação, mão-de-obra direta e indireta, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, seguros, taxas, impostos, tributos e demais despesas diretas e indiretas pertinentes à perfeita realização dos serviços.
- 5.3.1. No preço proposto já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, diárias, hospedagem, alimentação e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 5.4. É vedada a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 5.5. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta dias), independentemente de declaração expressa.
- 5.6. A proponente vencedora fica submetida aos prazos estipulados no neste Edital, independentemente de declaração expressa.
- 5.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital.
- 5.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço ou outra condição que importe em modificação dos termos originais, exceto quando aplicável às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.9. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pela Comissão de Licitações, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 5.10. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.
- 5.11. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.
- 5.2.4. Nos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS.
- 5.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital.
- 5.4. A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação da proponente.



- 5.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço ou outra condição que importe em modificação dos termos originais, exceto quando aplicável às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.6. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pela Comissão de Licitações, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 5.7. A proponente vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 5.8. Todas as folhas dos documentos inclusos no envelope, deverão estar rubricadas pelo representante legal da empresa licitante e numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato.
- 5.8.1. A eventual falta e/ou duplicidade de numeração ou ainda de rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado ou por membro da Comissão na sessão de abertura dos respectivos envelopes, nos termos do presente edital.

6. DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

- 6.1. A Comissão de Licitações procederá ao recebimento dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, até as **13h50min do dia 25 de julho de 2023**, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba, e às **14 horas** efetuará a abertura dos mesmos, de acordo com a legislação aplicável à matéria e às condições deste Edital, em especial ao que determina o art. 43 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.1.1. Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os Envelopes da Documentação e Proposta, apresentados após o horário estipulado para o recebimento dos mesmos.
- 6.2. Somente poderá manifestar-se a empresa que estiver representada conforme o disposto no item 3 deste Edital.
- 6.3. Após o credenciamento dos representantes legais, a Comissão de Licitações procederá com a abertura dos envelopes com os documentos de habilitação – ENVELOPE Nº 1, em sessão pública, onde os membros da Comissão e os representantes credenciados das empresas participantes examinarão e rubricarão cada documento.
- 6.4. Serão consideradas não habilitadas as empresas cuja documentação deixar de satisfazer as exigências deste Edital.
- 6.4.1. Serão devolvidos fechados, os envelopes das propostas das empresas não habilitadas, desde que não haja recurso.
- 6.5. Em cada fase do julgamento, é direito da Comissão de Licitação realizar diligências visando a esclarecer o processo e realizar tantas reuniões públicas quantas forem necessárias.
- 6.6. Encerrada a fase de habilitação e não havendo necessidade de suspensão da reunião ou a interposição de qualquer recurso e havendo renúncia do prazo recursal relativo à habilitação, passar-se-á a abertura dos envelopes das propostas – ENVELOPE Nº 2 – das empresas habilitadas, os quais deverão ser rubricados pelos membros da Comissão e representantes credenciados das empresas.
- 6.6.1. Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.



- 6.7. Analisadas as propostas, a classificação far-se-á de acordo com as regras estabelecidas no inciso I, § 1º, do art. 45 da Lei 8.666/93, sendo que para efeito de julgamento será considerado o **MENOR PREÇO - GLOBAL**.
- 6.7.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem qualquer das exigências deste Edital, bem como as propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação.
- 6.8. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.8.1. Os critérios de desempate a ser seguidos estão descritos no item 7 deste Edital.
- 6.9. O disposto no subitem 6.8 deste edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.
- 6.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame e caso haja empate entre os concorrentes, o desempate será feito mediante sorteio público.
- 6.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 6.12. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.12.1. Não atenderem as condições estabelecidas neste edital, conforme os itens que compõem a proposta;
 - 6.12.2. Contiver vício insanável ou ilegalidade;
 - 6.12.3. Apresente informações em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste edital e seus anexos, de forma a comprometer a proposta de preços;
 - 6.12.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou manifestadamente inexequível.
- 6.13. Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- 6.13.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento previamente estimado pela Prefeitura de Joaçaba;
 - 6.13.2. Valor do orçamento previamente estimado pela Prefeitura de Joaçaba;
 - 6.13.3. Os preços globais das propostas desclassificadas não serão considerados para o cálculo da média dos preços referente a inexequibilidade.
- 6.14. Considerando-se a proposta inexequível, será utilizada a Súmula/TCU nº 262/2010, ofertando à licitante um prazo de até 2 (dois) dias úteis para que esta mostre a exequibilidade de sua proposta para posterior decisão da Comissão de Licitação. A licitante deverá considerar incluída nos valores propostos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços.
- 6.14.1. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos adotados nas composições do valor global.
- 6.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias a licitante será declarada vencedora do certame, e não havendo interposição de recurso, a Comissão de Licitação seguirá com os trâmites para adjudicação e homologação do processo.
- 6.16. As empresas que desejarem interpor recurso deverão fazê-lo de acordo com o descrito no item 8 deste Edital.
- 6.17. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos presentes, contendo os registros de recebimento e análise da documentação, do julgamento das propostas, da interposição de recursos e das demais informações pertinentes.



- 6.18. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.
- 6.19. A Comissão de Licitações, se julgar conveniente, reserva-se no direito de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.
- 6.20. Após a abertura dos envelopes e encerramento da sessão, as informações somente serão fornecidas desde que solicitadas por escrito.

7. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

- 7.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observado o disposto no subitem 4.7 deste Edital.
- 7.1.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.1.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:
- a. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, até 02 (dois) dias úteis da data de abertura das propostas, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma da alínea "a" do subitem 7.1.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.
- 7.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.1.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.2.1. O disposto no subitem 7.1.2 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual.
- 7.3. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.
- 7.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4. A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.



8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 8.1. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: Nos pedidos de esclarecimento encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).
- 8.1.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos poderão ser solicitados ao Setor de Compras e Licitações do Município de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378, em horário de expediente, das 13 às 19 horas, em dias úteis de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3527-8805 e 3527-8815 e/ou ainda, através do e-mail compras@joacaba.sc.gov.br em até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da licitação.
- 8.1.2. Os esclarecimentos serão prestados pela Autoridade Competente ou outro servidor especialmente designado para este fim, por escrito, por meio de e-mail informado pela empresa solicitante.
- 8.2. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS: deverá ser dirigida à Autoridade que assinou o Edital, por escrito, podendo ser protocolado presencialmente na Prefeitura de Joaçaba ou online no site do Município (<https://servicos.joacaba.sc.gov.br/index/detalhes/codServico/2223>) para o Setor de Compras e Licitações ou, ainda, através do e-mail compras@joacaba.sc.gov.br, até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para abertura da licitação.
- 8.2.1. Apresentada a impugnação, será respondida à interessada, dando-se ciência aos demais adquirentes do Edital, antes da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, por meio de publicação na íntegra no site do Município de Joaçaba.
- 8.2.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, protocolar sua proposta de preços, junto com as outras licitantes, na data, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital.
- 8.2.3. Os recursos relativos ao presente processo serão processados de acordo com o art. 109 da lei 8.666/93 e suas alterações.
- 8.3. RECURSO: Divulgada a decisão da Comissão de Licitação, em cada uma das etapas (Habilitação e Propostas), que se dela discordar, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis em cada etapa, para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou lavratura da ata, conforme o caso.
- 8.3.1. A licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta de preços ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, mediante motivação com registro em ata pela Comissão de Licitação, sob pena de preclusão.
- 8.3.1.1. Caso a licitante não esteja presente na sessão pública, deverá manifestar a sua intenção de recorrer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM), sob pena de preclusão.
- 8.3.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item 10.3. deste Edital.
- 8.3.3. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.4. O recurso deverá ser interposto à Comissão de Licitação e entregue, mediante protocolo presencial na Prefeitura de Joaçaba ou online no site do Município (<https://servicos.joacaba.sc.gov.br/index/detalhes/codServico/2223>) para o Setor de Compras e Licitações.
- 8.4.1. Não serão recebidos recursos interpostos via e-mail.
- 8.5. As razões do recurso deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação, que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso àquela autoridade, devidamente informada, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.
- 8.6. Caso haja alguma restrição na documentação de regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, a contagem do prazo recursal somente iniciar-se-á após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis destinado a regularização da documentação, nos termos previstos no parágrafo 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, ou antes, do prazo mencionado desde que a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa apresente as eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.



- 8.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 8.8. A impugnação ou recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não serão conhecidos.
- 8.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.
- 8.10. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito no Município de Joaçaba.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1. Transcorridos os prazos recursais e decididos os recursos eventualmente interpostos, será a presente licitação submetida à autoridade competente para os procedimentos de homologação e adjudicação do objeto à empresa vencedora.
- 9.2. Após a homologação e adjudicação, a proponente vencedora será notificada para celebrar o contrato.
- 9.2.1. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto para a contratação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando às penalidades previstas no item 12 - das sanções administrativas - do presente Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A adjudicação e a prestação dos serviços, objeto do presente Edital, dependerá da celebração de contrato com a licitante vencedora, nos termos da Minuta constante do **Anexo VI**.
- 10.2. Na assinatura do contrato a proponente vencedora deverá apresentar a **Licença Ambiental de Operação - LAO**, em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, atestando possuir sistemas já implantados de coleta, transporte e tratamento de resíduos de serviços de saúde e para disposição final dos mesmos. O sistema de tratamento de resíduos de serviços de saúde deverá atender às exigências estabelecidas pela RDC nº 306 de 07/12/2004 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005.
- 10.3. O contrato deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 10.3.1. A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinar o contrato, desde que o pedido seja formulado no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido à aceitação dos motivos pelo Município.
- 10.4. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.
- 10.5. O contrato proveniente do presente processo terá vigência pelo período de **12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.
- 10.5.1. Todos os prazos constantes do contrato são em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 10.6. Caso a licitante declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o Contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades a desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.



- 10.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora CHAIANE DAL PRÁ, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 10.7.1. Não obstante o fato de a empresa contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Secretaria Municipal de Saúde, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.
- 10.7.2. A fiscalização exercerá controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.
- 10.7.3. A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, a paralisação dos serviços sempre que a empresa deixar de cumprir com o disposto no presente Edital e seus Anexos.

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Cabe ao Município:

- 11.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.
- 11.1.2. Manter pessoa ou constituir comissão especial, visando à fiscalização da execução do contrato, a qual será responsável pelas medições dos serviços.
- 11.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 15 deste Edital.
- 11.1.4. Providenciar a publicação do contrato, proveniente do presente processo licitatório, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 11.1.5. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços.

11.2. Cabe a Proponente Vencedora:

- 11.2.1. Executar o objeto de acordo com todas as disposições do presente Edital e seus anexos.
- 11.2.2. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste Edital durante a execução dos serviços.
- 11.2.3. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 11.2.4. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 11.2.5. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 11.2.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 11.2.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
- 11.2.8. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.
- 11.2.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 11.2.10. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa.
- 11.2.11. Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 11.2.12. Permitir e facilitar todas as atividades inerentes a fiscalização, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.
- 11.2.13. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão da Ordem de Serviço Inicial.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:
- a. Advertência.



- b. Multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato, no caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto.
Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de uso de veículos, equipamentos, uniforme ou equipamentos não padronizados para os serviços após os prazos de implantação.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por frequência de coleta não realizada, a partir da data de implantação dos serviços.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de não atendimento dentro do prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, de pedido de substituição de empregado.
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem acima, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.3. As multas aludidas na alínea “b” deverão ser pagas ao CONTRATANTE, impreterivelmente em 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação para este fim, sob pena de serem adotadas medidas judiciais cabíveis

12.3.1. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

12.3.2. As multas a que alude a alínea “b” do subitem 12.1 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

12.4. Sem prejuízo as sanções previstas nos subitens precedentes, a Comissão de Licitação poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a Proposta de preços, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

12.4.1. Sendo o ato praticado pela Comissão poderá esta reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informados, que decidirá pelo seu provimento ou não.

12.4.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município, prevista no Edital, poderá ser estendida aos diretores, responsáveis legais e sócios que façam parte do ato constitutivo da licitante.

13. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público.
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2. O descumprimento por parte da empresa contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Município o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3. Fica reservado ao Município o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a empresa contratada direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS VALORES

14.1. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO: 18.001 - FUNDO DE SAÚDE / FUNDO DE SAÚDE

2.122 – BLATB – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0122 – ATENÇÃO BÁSICA – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

28 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0124 – MAC – SAMU – CAPS – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE BASICO.

32 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 1.500.1002.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

14.2. O valor total máximo estimado para esta contratação é de **R\$ 162.000,00** (cento e sessenta e dois mil reais), considerando-se o valor mensal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

15. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

15.1.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.

15.1.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

15.1.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

15.2. Os preços somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

15.3. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

15.3.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.

15.3.2. O pagamento será efetuado por transferência bancária somente a proponente que possuir conta em bancos públicos (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil). Para os demais casos, o pagamento será por meio de boleto bancário.

15.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 205, bairro Centro, Joaçaba/SC, CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00.

16. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 16.1. A Comissão de Licitações poderá pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo.
- 16.2. Caberá ao Prefeito, revogar ou anular esta Licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações e da Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração.
- 16.3. Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, e que depois venha apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 16.4. Após a abertura dos envelopes, as informações somente serão fornecidas desde que solicitadas por escrito.
- 16.5. Para os casos omissos do presente Edital aplicar-se-á o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.
- 16.6. São partes integrantes do presente Edital:
- Anexo I – Projeto Básico
 - Anexo II – Planilha de Cotação de Preços
 - Anexo III - Modelo de Quadro de Composição do BDI – Benefício e Despesas Indiretas
 - Anexo IV – Minuta de Contrato.
- 16.7. Quaisquer esclarecimentos e informações complementares a respeito deste Edital poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações do Município de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378, em horário de expediente, das 13 às 19 horas, em dias úteis de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3527-8815 e 3527-8805.
- 16.8. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.
- 16.9. O presente Edital e seus anexos serão disponibilizados na íntegra no site do Município (www.joacaba.sc.gov.br – *link* Licitações – Tomada de Preços).

Joaçaba (SC), 06 de julho de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

O presente Edital foi conferido e visto pelo Procurador Geral do Município.

MAIKEL PATRZYKOT
Procurador Geral
Município de Joaçaba



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2023/FMS
EDITAL TP Nº 01/2023/FMS**

**ANEXO I
PROJETO BÁSICO
COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

O presente Edital e seus anexos estão disponibilizados na íntegra no *site* do Município (www.joacaba.sc.gov.br - link: licitações / tomada de preços).

1. Definição dos locais (estabelecimentos) a serem atendidos

ESTABELECIMENTO	LOCAL DE COLETA	FREQÜÊNCIA
Estratégia Saúde da Família	Avenida Caetano Natal Branco, s/n – Bairro Frei Bruno	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Rua Pedro Kunz, 127 – Bairro Santa Tereza	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Rua Rosa Heberle, 113 – Bairro Vila Remor	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Rua Antonio Nunes Varella, s/n – Bairro Vila Pedrini	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Avenida Santa Luzia, s/n – Bairro Nossa Senhora de Lourdes	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Avenida Santa Terezinha, 453, Centro	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Centro 1 - Avenida XV de Novembro, 223 – Centro	03 x semana
Estratégia Saúde da Família	Nova Petrópolis (interior) - Rua 03 de Outubro, s/n	02 x mês
Estratégia Saúde da Família	Santa Helena (interior) - Rua Joeli Zibetti, s/n	02 x mês
Estratégia Saúde da Família	COHAB – Bairro Clara Adélia - Rua Hamilton Rossin, s/n	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Estrada Mun. Orestes Genuíno Grando, s/n – Bairro São Brás	01 x semana
CAPS	Rua Martinho Lutero, 52 - Bairro Cruzeiro do Sul	01 x mês
SAMU – USB 01	Av. Caetano Natal Branco, 1242 - Bairro Frei Bruno	01 x semana
Estratégia Saúde da Família	Rua Getúlio Vargas, 645 – Centro	01 x semana
Laboratório / Farmácia Municipal	Avenida Santa Terezinha, 547 -Centro	01 x semana

1. Serviços a serem realizados

- 1.1. Os serviços a serem realizados deverão ser executados em conformidade com os elementos técnicos constantes neste Projeto Básico. Todavia, na eventual mudança de endereço de uma das unidades de saúde acima citadas, a Contratada será notificada em relação as possíveis alterações, com a finalidade da continuidade na prestação dos serviços, sem prejuízos a Contratante.
- 1.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais, ao longo do contrato, de forma a assegurar a atualização e melhoria da qualidade da prestação dos serviços à população.



2. Discriminação dos serviços

2.1. Coleta e transporte ao destino final dos resíduos sólidos oriundos de estabelecimentos de saúde.

2.1.1. Para fins deste Edital, define-se como coleta regular, transporte, tratamento e remessa ao destino final dos resíduos sólidos de serviços de saúde oriundos de estabelecimentos de saúde, os serviços de recolhimento, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos sépticos gerados em estabelecimentos públicos de saúde, devidamente acondicionados em sacos plásticos especiais fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme NBR 9190 da ABNT, e executada por veículos leves, exclusivos para a atividade, de forma a não ocorrer problemas de espalhamento de resíduos e derramamento de líquidos percolados nas vias públicas.

2.1.2. Metodologia de trabalho

2.1.2.1. A coleta de resíduos sólidos sépticos oriundos dos estabelecimentos que prestam serviços de saúde deverá ser feita de forma diferenciada e deverá ser executada no período compreendendo de segunda à sexta-feira, em dias úteis, nos turnos diurnos, em frequências alternadas, nos estabelecimentos públicos de saúde discriminados.

Nos dias que antecedem feriados a coleta de resíduos deve ser efetuada, mesmo que o dia que antecede ao feriado não seja o dia programado.

A coleta de resíduos nos ESF's de Santa Helena e Nova Petrópolis deverá ser realizada a cada 15 (quinze) dias, conforme dias programados para tal.

2.1.2.2. Na execução dos serviços, os coletores deverão apanhar no interior do estabelecimento os resíduos dispostos, transportá-los com o cuidado necessário e colocá-los ordenadamente no veículo de coleta. Para tanto, as unidades atendidas seguirão as Normas da ABNT quanto à coleta, separação e transporte dos resíduos na área interna do estabelecimento, e seus armazenamento e acondicionamento.

2.1.2.3. Todos os resíduos deverão ser alocados em local correto para coleta.

2.1.2.4. Para efeito de ordenamento dos serviços, serão considerados resíduos de serviços de saúde aqueles pertencentes aos Grupos A e E (infectantes) e os do Grupo B (químicos e medicamentos).

2.1.3. Dimensionamento dos recursos

2.1.3.1. Para fins de dimensionamento dos recursos a serem alocados aos serviços, a proponente vencedora deverá disponibilizar para a execução dos serviços os quantitativos descritos no subitem 3.1.5.1 deste Projeto.

2.1.4. Especificações de materiais

2.1.4.1. O veículo a ser utilizado na coleta dos resíduos de serviços de saúde deverá ser do tipo furgão ou baú, provido de carroceria revestida internamente com material de superfície lisa, impermeável e lavável, e apresentar capacidade mínima de 2,50 m³, e grade protetora entre a carroceria e a porta traseira do veículo, de forma a evitar que derrame o material na operação de coleta.

2.1.5. Pessoal

2.1.5.1. A composição mínima da equipe de coleta é de 01 (um) motorista, 01 (um) coletor e 01 (um) veículo apropriado e específico, já incluso percentual de reserva técnica.

2.1.5.2. A equipe de trabalho deverá apresentar-se uniformizada e asseada, munida de todo ferramental necessário, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de proteção individual e coletiva, quando a situação exigir.

a. Uniformes de segurança – motorista



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

Camisa	04 un/ano x pessoa
Calça	04 un/ano x pessoa
Calçado	04 un/ano x pessoa

b. Uniformes de segurança – coletor

Camisa	04 un/ano x pessoa
Calça	04 un/ano x pessoa
Bota de borracha	04 un/ano x pessoa
Luva de borracha	06 un/ano x pessoa
Avental	02 un/ano x pessoa
Boné	04 un/ano x pessoa
Capa de chuva	02 un/ano x pessoa

2.1.6. Planejamento

Quantidade estimada de coleta	01 equipe
Capacidade mínima do coletor	2,50 m ³
Frequência de coleta	Alternada
Turno de coleta	Diurno
Horário de coleta (diurna)	Diurno: das 7 às 16 horas
Quantidade mínima de veículo	01 unidade
Pá quadrada	02 un/veículo x ano
Rodo	04 un/veículo x ano
Vassoura	04 un/veículo x ano
Sacos plásticos – NBR 9190	30 un/veículo x mês
Cones sinalizadores	02 un/veículo x ano

2.2. Disposição final dos resíduos sólidos oriundos de estabelecimentos de saúde

2.2.1. Concepção dos serviços:

2.2.1.1. A disposição final dos resíduos sólidos dos serviços de saúde será executada pelo sistema de aterro sanitário em local de responsabilidade da empresa contratada, após terem sido tratados através do sistema de autoclavagem e de acordo com as exigências estabelecidas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resoluções do CONAMA.

2.2.1.2. A empresa contratada no momento da assinatura do contrato deverá apresentar a Licença Ambiental de Operação – LAO, para o serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços de saúde.



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2023/FMS

EDITAL TP Nº 01/2023/FMS

ANEXO II

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo de Licitação Nº ____/2023/FMS__ - Edital TP Nº ____/2023/FMS.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/Fax: _____ e-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta nº: _____

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO	VALOR TOTAL PROPOSTO
1	12	MÊS	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.	13.500,00		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$						

Valor do material e meio mecânico: R\$

Valor da mão de obra: R\$

Percentual do BDI praticado: %

....., de de 2023.

Responsável Técnico da Licitante

Representante Legal da Empresa Licitante

- Anexar planilha de custos de formação de preço conforme estipulado no subitem 5.1.2 deste Edital.



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2023/FMS

EDITAL TP Nº 01/2023/FMS

ANEXO III

MODELO DE QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI – BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS

Referente: Processo de Licitação Nº ____/2023/FMS - Edital TP Nº ____/2023/FMS.

Objeto: Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Razão Social: _____.

CNPJ/MF: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____ e-mail: _____.

GRUPO	DESCRIÇÃO	%
1	Despesas Indiretas	
1.1	Administração Central	
1.2	Garantias e Seguros	
1.3	Imprevistos e Riscos Eventuais	
Total grupo 1		
2	Impostos	%
2.1	ISS – Imposto sobre Serviços	
2.2	PIS – Programa de Integração Social PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	
2.3	COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	
Total grupo 2		
3	Benefícios	%
3.1	Lucro Bruto	
Total Grupo 3		
TOTAL BDI (1+2+3)		

Local e data: _____

Representante Legal - Cargo/Função na Empresa



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2023/FMS

EDITAL TP Nº 01/2023/FMS

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a empresa de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, as cláusulas e condições seguintes:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, neste ato representado pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 205, bairro Centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ estabelecida na _____ Bairro _____, no Município de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.xxx-xxx-____, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações com o Processo de Licitação nº 30/2023/FMS – Edital TP nº 01/2023/FMS, homologado em _____, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

- 2.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.
- 2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora CHAIANE DAL PRÁ, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - 2.2.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Secretaria Municipal de Saúde, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.
 - 2.2.2. A fiscalização exercerá controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.



2.2.3. A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, a paralisação dos serviços sempre que a CONTRATADA deixar de cumprir com o disposto no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 3.1. Os serviços, objetos do presente contrato deverão ser executados em conformidade com o disposto no **Anexo I - Projeto Básico** do Edital.
- 3.2. A disposição final dos resíduos de saúde, de que trata o objeto do presente contrato, será em área de propriedade e/ou responsabilidade da CONTRATADA.
- 3.3. Será facultado a CONTRATADA efetuar ou não a coleta e transporte dos resíduos de que trata este contrato, caso se verifique que os mesmos sejam portadores de substâncias tóxicas, venenosas, explosivas, inflamáveis ou de qualquer tipo de material corrosivo. Em suma, toda e qualquer substância que se revele danosa e capaz de colocar em risco a saúde pública e o(s) equipamento(s) da mesma.
- 3.4. A CONTRATADA, quanto aos prazos de implantação e execução dos serviços, deverá observar o disposto abaixo:
 - a. Disponibilização e apresentação dos veículos, máquinas e equipamentos necessários ao início da operação, para vistoria: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.
 - b. Disponibilização e apresentação da equipe: até a data indicada para início dos trabalhos, após a assinatura do contrato.
 - c. Início efetivo dos serviços: até 48 (quarenta e oito horas) horas contadas do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.
- 3.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.
- 3.6. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 3.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
 - 3.7.1.1. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações de trânsito.
 - 3.7.1.2. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 4.1. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora no Processo de Licitação, ou seja, R\$ (.....), sendo R\$ (.....), correspondente ao material e meio mecânico e R\$ (.....), correspondente aos serviços.
- 4.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

- 4.2.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, na conta corrente nº _____, do Banco _____, agência nº _____.
- 4.2.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 4.3. Os preços somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.
- 4.4. O preço somente será revisado quando houver alteração do valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO: 18.001 - FUNDO DE SAÚDE / FUNDO DE SAÚDE

2.122 – BLATB – BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0122 – ATENÇÃO BÁSICA – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.600.0000.0124 – MAC – SAMU – CAPS – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

2.126 – BLAFB: BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – COMPONENTE BÁSICO.

32 - 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 1.500.1002.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

- 6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 205, bairro Centro, Joaçaba/SC, CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. Responsabilidades da CONTRATADA:

- 7.1.1. Executar o objeto de acordo com todas as disposições do presente contrato e as do Edital que o originou.
- 7.1.2. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste Edital durante a execução dos serviços.
- 7.1.3. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços.
- 7.1.4. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

- 7.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 7.1.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 7.1.7. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
- 7.1.8. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pela Comissão Especial, responsabilizando-se pelos serviços.
- 7.1.9. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa.
- 7.1.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização.
- 7.1.11. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde a emissão da Ordem de Serviço Inicial.
- 7.1.12. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 7.1.13. Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 7.1.14. Permitir e facilitar todas as atividades inerentes a fiscalização, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

7.2. Responsabilidades do CONTRATANTE:

- 7.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do presente Contrato.
- 7.2.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento.
- 7.2.3. Providenciar a publicação presente contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 7.2.4. Emitir a Ordem de Serviço Inicial, para o efetivo início dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

- 8.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:
 - a. Advertência.
 - b. Multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato, no caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto.
Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de uso de veículos, equipamentos, uniforme ou equipamentos não padronizados para os serviços após os prazos de implantação.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por frequência de coleta não realizada, a partir da data de implantação dos serviços.
Multa equivalente ao valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por infração, no caso de não atendimento dentro do prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, de pedido de substituição de empregado.
 - c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



- 8.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem acima, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 8.3. As multas aludidas na alínea “b” deverão ser pagas ao CONTRATANTE, impreterivelmente em 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação para este fim, sob pena de serem adotadas medidas judiciais cabíveis
- 8.3.1. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.
- 8.3.2. As multas a que alude a alínea “b” do subitem 8.1 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.
 - b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público.
 - c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- 10.4. Fica estabelecido que o objeto ora contratado somente poderá ser executado pela CONTRATADA, vedada, portanto, a terceirização ou sublocação do mesmo.
- 10.5. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), de de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Fundo Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

CONTRATADA

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA

CNPJ: 10.594.533/0001-00

Telefone: (49) 3521-1555

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro

CEP: 89600-000 - Joaçaba

TOMADA DE PREÇOS

Nr.: 1/2023

Processo Adm.: 30/2023

Data do Processo: 28/06/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 30/2023
b) **Nr. Licitação:** 1/2023 - TP
c) **Modalidade:** Tomada de preços
d) **Data de Homologação:** 04/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** O objeto é a empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes das Unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF's) e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:**AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA**

1 - Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A e E (infectantes) e os do grupo B (químicos e medicamentos), provenientes dos ESF's e demais programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba - SC - Marca:

Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
KG	12,000	13.500,0000	R\$ 162.000,00
Total geral:			R\$ 162.000,00

Joaçaba, 04/08/2023

Assinatura do Responsável



CONTRATO 38/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 44/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº TP07/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de fornecimento, que fazem de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Valdir Ortigari, Centro, nesta cidade de Lebon Régis/SC inscrito no CNPJ sob nº 11.218.128.0001-42, neste ato representado pela Gestora, **ALICE GOMES DA ROCHA**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA**, pessoa jurídica, com sede a Rua Lages, 323 – CENTRO, no município de Joinville, inscrito no CNPJ: **03.094.629/0001-36**, neste ato representada pelo Sócio Administrador Sr. **MARCO ANTONIO DA SILVA AVILA** e a Sra. Gerente Administradora **VANDRA MARIA D'AGOSTINI**, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº TP07/2023** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, têm justo e acordado o presente Termo em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– O presente contrato versa sobre a contratação de **serviços técnicos especializados de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde dos grupos (A1, A2, A4, B e E)**, conforme determinação da Resolução 358/05 do CONAMA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente Contrato será conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	20693 - Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes do serviço de saúde dos grupos A1, A2, A4, e E.	KG	Ambiental	3.560	13,00	46.280,00
2	20694 - Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes do serviço de saúde do grupo B.	KG	Ambiental	250	13,00	3.250,00
Total (R\$):						49.530,00

2.2- Os pagamentos das parcelas mensais do valor contratual serão efetuados pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme cronograma, em até 30 (**trinta**) dias após o fechamento das medições mensais dos serviços concluídos, a contar da data do recebimento da respectiva fatura e demais documentos, e o relatório de aprovação emitido pela Secretaria Municipal responsável.

2.3- Para efetivação do pagamento a contratada deverá anexar à Fatura e/ou Nota Fiscal os comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS referente aos trabalhadores envolvidos nos serviços.

2.4-Juntamente com a NOTA Fiscal a contratada deverá apresentar os comprovantes do tratamento e Destino Final especificados por tipo de resíduo de serviços de saúde e quantidade coletados emitidos pelo responsável da realização dos serviços, neste caso para gerir, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato decorrente da presente licitação, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde será designada um representante da Secretaria Municipal de Saúde que irá acompanhar as pesagens no momento da coleta. Acompanhando a Nota Fiscal deverá estar anexado relatório de pesagens;

2.5- Correrão por conta exclusiva da empresa contratada:





- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
 - b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias;
- 2.6 Em caso de devolução da fatura/nota fiscal para correção o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação à ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

- 3.1 – O presente Contrato terá vigência de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, havendo interesse das partes.
- 3.2. Os prazos de início e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério da Administração, mantidas as circunstâncias apontadas no art. 57, parágrafo 1º, incisos 1 a VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 3.3. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido o disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2023, e terão a seguinte classificação orçamentária:
- Despesa - 40 - Fonte 302 - Receita de Impostos Saude
- Despesa - 42 - Fonte 338 - Transferencia SUS União
- Despesa - 41 - Fonte 367 - Transferencia SUS Estado

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

- 5.1 – Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.
- 5.3 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

- 6.1 – O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
 - b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1 – O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto desta Licitação, a qualquer hora.
- 7.2- Para gerir, acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato decorrente da presente licitação, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde será designada um representante da Secretaria Municipal de Saúde que irá acompanhar as pesagens no momento da coleta.
- 7.3 – Acompanhando a Nota Fiscal deverá estar anexado relatório de pesagens;
- 7.4 - A CONTRATADA compromete-se a refazer, substituir, retificar, adequar os serviços que estiverem em desacordo com o solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, sem qualquer custo ou ônus para o Fundo, correndo por conta da CONTRATADA as respectivas despesas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 – Caberá a licitante vencedora/contratada:
- 8.1.1 - Assumir exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do Fundo relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.





8.1.2- obriga-se a separar, identificar os resíduos de saúde, sob pena de indenizar eventuais prejuízos, causados por sua culpa exclusiva, que recaiam sobre os equipamentos da CONTRATADA, quando da execução dos serviços;

8.1.3 – responsabilizar-se pelo armazenamento e transporte realizados de acordo com a legislação pertinente e com os atos normativos expedidos pelos órgãos públicos competentes.

8.1.4 – coletar os resíduos nos locais e com a frequência especificados no termo de referência (anexo I);

8.1.5 - Deverá a CONTRATADA apresentar, nos locais e nos horários a serem acordados entre as partes, os operários devidamente equipados e uniformizados, bem como providenciar os veículos, máquinas, equipamentos e materiais necessários à realização dos serviços;

8.1.6 - Cada veículo coletor deverá ser acompanhado de uma equipe de 01 (um) motorista e de, no mínimo, 01 (um) coletor, devendo cada veículo dispor de balança, qual deverá efetuar a pesagem no local, com a presença de um representante da CONTRATANTE e emitir ticket da pesagem qual deverá estar assinado e datado pelos responsáveis.

8.2 Os resíduos que a CONTRATADA coletar segundo o que determina Lei, deverão estar separados e identificados conforme a Resolução 358/05 do CONAMA e RDC 306/04 da ANVISA, demais legislação concernente à atividade do estabelecimento, para serem coletados e transportados, deverão estar acondicionados de forma adequada e em recipientes adequados, assim entendidos, aquela fixada na Legislação Pertinente e exigida pelos órgãos fiscalizadores, de modo que o transporte não importe em agressão ao Meio Ambiente ou a Saúde Pública. Os danos ao Meio Ambiente, a Saúde Pública. Os danos ao Meio Ambiente, a Saúde Pública e aos outros se decorrentes de acondicionamento inadequados dos resíduos transportados serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.3 O sistema e o local para armazenamento temporário dos resíduos são de responsabilidade do CONTRATANTE, o número de remoções duas e a programação das coletas para a finalidade descrita na cláusula anterior serão especificados pela CONTRATADA sendo que a coleta se efetuará a cada quinze dias isto é duas vezes por mês.

8.4 As coletas realizadas pela CONTRATADA não serão executadas aos domingos. Se o dia programado para coleta for feriado, a mesma será realizada no dia útil imediatamente anterior ou posterior aquele determinado inicialmente.

8.5 - Coletas além da programação estabelecida serão consideradas como Coletas Extras, mediante prévia solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e será cobrada à parte de acordo com a quantidade e resíduos.

8.6 A programação de coletas descrita na cláusula terceira poderá ser alterada em função das conveniências e necessidades da CONTRATANTE, mediante adiantamento ao presente contrato, no qual será feita alteração; no preço dos serviços prestados.

8.7 Ocasionalmente, ocorrendo impossibilidade real da CONTRATADA na execução da coleta no dia programado, esta deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente, devendo a CONTRATANTE ser comunicada com antecedência de 24 h.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9. 1 – São obrigações do contratante:

a) Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

c) Notificar por escrito à contratante a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

d) Acompanhar e fiscalizar os serviços.

e) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - A CONTRATADA, na execução do presente contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes dos serviços, objeto desta licitação, mediante autorização prévia do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE





Município de

Lebon Régis

Coração do Contestado



12.1. Os preços propostos serão fixos, ressalvada a hipótese de revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme definido pelo art.65, II, d, da Lei n. 8.666/93.

12.2 Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da proposta a que se refere a esta licitação.

12.3 Havendo interesse das partes em prorrogar o contrato, os preços serão reajustados pelo IPCA/IBGE, ou outro índice que o Governo Federal venha a adotar para os Contratos da espécie.

12.3.1 Se no mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

12.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Lebon Régis-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem ajustados e depois de lido e achado conforme, as partes celebram o presente contrato, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Lebon Régis (SC), 02 de agosto de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALICE GOMES DA ROCHA
Gestora

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA
MARCO ANTONIO DA SILVA AVILA
Representante Legal

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA
VANDRA MARIA D'AGOSTINI
Representante Legal

Visto em: ____/____/2023.

Fernando Padilha Kuhn
Procurador do Município
OAB/SC 24.879





MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 183/2023

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2023

O Município de Porto União, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 123, Centro, Porto União / SC – CEP: 89400-000, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscritano CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, torna público que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR ITEM, com modo de disputa ABERTO**, visando a **Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União em seus atendimentos de emergência**, incluindo material e mão de obra conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. Os trabalhos referente a este processo Licitatório serão conduzidos pelo Agente de Contratação *Rogê Getúlio de Andrade Pereira*, designado pela Portaria nº 025 de 28 de março de 2023 (equipe 05)

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Valor estimado/máximo;

Anexo II – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV – Declaração dos Índices;

Anexo V – Modelo da Declaração;

Anexo VI – Dados Gerais do Fornecedor.

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto da Concorrência:

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto a **Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União em seus atendimentos de emergência**, de acordo com as condições estabelecidas nos Anexos I e II, bem como nas condições previstas neste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico na documentação relativa ao certame.

1.4 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas e a documentação de habilitação através do site descrito no item 1.2, até às 09:29 horas do dia 08 de novembro de 2023.

1.5 - A sessão pública será realizada no dia 08 de novembro de 2023, com início às 09:30 horas horário de Brasília – DF.

1.6 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

1.7 - O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto União, na página www.portouniao.sc.gov.br.

2- DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2105 – Atenção Básica Saúde

Modalidade 3390-103 – Aplicações Diretas

Cód. 107

Modalidade 3390-195 – Aplicações Diretas

Cód. 107

Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município

Atividade 2116 – Convênio Bombeiro Militar

Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas

Cód. 91

Complemento 33903928 – Coleta de Lixo e Demais Resíduos

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar do presente processo Licitatório:

3.1.1 Como requisito para participação nesta concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

3.1.2 – Proponentes que desempenham atividades pertinentes e compatível com o objeto deste Edital;

3.1.3 – Proponentes que atendam as exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto a documentação requerida;

3.1.4 – Todas as pessoas jurídicas cadastradas no Município de Porto União ou não, desde que atendam aos requisitos exigidos neste Edital.

3.2. - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.2.1 – Concorrentes ou em processo de falência, sob concurso de credores em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 - Empresa declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Município de Porto União, Santa Catarina;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

- 3.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.2.5 - Agentes políticos e servidores públicos do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina;
- 3.2.6 - Pessoas elencadas no art. 14º da Lei 14.133/2021;
- 3.2.7 - Parlamentares de qualquer esfera do Poder Público (conforme recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9).

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 - Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 4.2 - As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br
- 4.3 - É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 4.4 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do Processo Licitatório na forma eletrônica.
- 4.8 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital.
- 5.2 - Poderão participar desta Concorrência proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando ao Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 - Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente cadastrar o **VALOR POR ITEM**.

6.3 - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - descrição detalhada do objeto, no que for aplicável;

6.6.2 - valor total do item.

6.7 - É vedada a cotação parcial do item ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

6.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

6.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.11 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de sua apresentação.

6.12 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.13 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

OBSERVAÇÃO: As propostas de preços deverão ser registradas e os documentos de habilitação deverão ser enviados, exclusivamente através do Sistema Eletrônico no Portal de Compras Públicas, até a data e o horário estabelecidos no item 1.4 deste edital e poderão ser retirados ou substituídos até o horário limite da apresentação das propostas.

7- DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, www.portaldecompraspublicas.com.br



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

7.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis após a convocação do Agente de Contratação.

7.2.1 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente devidamente identificado.

7.3 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o valor máximo admitido no Anexo I deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

7.3.1 – A proponente deverá atentar-se aos arredondamentos entre a proposta eletrônica e a planilha orçamentária;

7.3.2 Os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais após a vírgula;

7.3.3 - devido as condições da contratação de convênios federais, obrigatoriamente, itens na planilha que tem a mesma referência Sinapi devem ser de mesmo valor unitário;

7.3.4 - Validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias úteis, contados da data fixada para o recebimento da proposta;

7.3.5 - Declaração do representante legal do proponente de que o preço proposto compreende a todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização do serviço e sua entrega rematada e completaem todos os pormenores mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.6 do edital.

8.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública da Concorrência, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital, passando o Agente de Contratação a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (hum centavo).

8.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

8.5 - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o Agente de Contratação convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

8.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5.3 - O disposto no subitem 8.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1** - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise.
- 9.2** - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Agente de Contratação, na fase de habilitação.
- 9.3** - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;
- 9.4** - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.
- 9.5** - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.6** - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

9.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações ou cooperativas, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal (**emitida no exercício**);
- e) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO 1: Os documentos descritos no item 9.6.1 “a”, “b” e “c” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

9.6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e de Débitos Previdenciários (certidão unificada federal instituída 03/11/2014);
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, da sede da proponente;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao.
- f) Certidão Simplificada da Junta Comercial (**emitida no exercício**).



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

OBSERVAÇÃO 2: no caso de participação de **MEI** não será exigida a cópia da Certidão da Junta Comercial, a mesma deverá ser substituída pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, nos termos da IN 20/2013 do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração.

OBSERVAÇÃO 3: Serão aceitas “Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Negativas”.

9.6.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA** com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias**, (dentro da validade se a mesma constar no teor da Certidão).

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis, dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b.1) No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou Comercial (Sociedade Empresária em Geral) deverão apresentar o balanço por cópia do Livro Diário ou Livro Balancetes Diários e balanços de empresa, devidamente registrados pelo órgão competente, com os Termos de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa, designado no Ato Constitutivo da sociedade e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional;

b.2) em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do tipo S.A), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário oficial do Estado;

b.3) As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por contador ou técnico em ciências contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, com os Termos de Abertura e de Encerramento;

b.4) As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura;

b.5) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.6) As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED – submetidas ao IND DNRC 107/08, arquivo DIGITAL, apresentar cópia do recibo de entrega do livro digital junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (podendo ser apresentado referente ao exercício 2019, conforme Instrução Normativa RFB nº 2.023/2021).

Observações: O Balanço Patrimonial (ou Balanço de Abertura, caso a empresa esteja constituída há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso), apresentado na forma da lei (com os Termos de Abertura e de Encerramento e devidamente registrado pelo órgão competente), que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios, assinado por contador, constando nome completo e registro profissional, caso a proponente seja optante do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo digital, deverá apresentar o balanço patrimonial junto com cópia do recibo de entrega de livro digital junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, que deverá estar devidamente assinado eletronicamente pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado, conforme disposto no artigo 10, IV do Código Comercial Brasileiro e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

b.7) Na análise do balanço, serão utilizados os índices definidos pelas seguintes fórmulas:

LC – Liquidez corrente, maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

SG – Solvência Geral, Maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

LG – Liquidez Geral, Maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE EXCETO O ATIVO PERMANENTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

a) Declaração dos Índices da Análise do Balanço Patrimonial (modelo Anexo IV).

- Os parâmetros da qualificação econômico-financeira serão avaliados pela contabilidade municipal.

9.6.4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS ÍNDICES

- a) Os referidos índices, que indicam o nível de solvência e liquidez, são suficientes para a avaliação da situação financeira das empresas, no que se refere aos demonstrativos sujeitos à análise econômico financeira (Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de Exercício).
- b) Desse modo, com base nos índices retro mencionados, poderá ser avaliada a situação financeira da empresa, objetivando comprovar a sua capacidade de saldar os compromissos decorrentes de futuras contratações.

9.6.5. Qualificação Técnica

- a) Certidão de Registro da empresa proponente no respectivo Conselho de Classe, da sede da proponente com prazo de validade vigente.
- b) Declaração formal, firmada pelo representante legal da empresa, indicando profissional(is) de nível superior que atuará como Responsável Técnico para responder tecnicamente pelos serviços contratados.
- c) Certidão de Registro do profissional indicado na pela empresa proponente, para ser o responsável técnico pelos serviços contratados, com Registro no Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente. No caso de apresentar registro de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar para assinatura do contrato o visto junto ao Conselho de Classe.

Obs. 1: O profissional indicado como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá figurar como responsável técnico da Proponente, devendo figurar na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho de Classe, podendo vir a ser substituído em caso de fato superveniente por outro, desde que seja de igual ou superior qualificação e, desde que seja previamente autorizado pela Administração Municipal, não sendo permitido nenhum



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

período do contrato sem responsável técnico.

- d) A empresa deverá apresentar comprovação de vínculo com o profissional indicado para a Responsabilidade Técnica, feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência social, quando se tratar de empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto à proponente, quando se tratar de prestador de serviço, ou outro documento idôneo equivalente. Quando o profissional indicado pela proponente para assumir a Responsabilidade Técnica for integrante do Quadro Societário, o vínculo se comprovará por meio do Contrato Social ou alteração contratual em que conste cláusula que identifique essa condição.
- e) Certidão (ões) de acervo (s) técnico (s) emitido pelo Conselho de Classe acompanhado de atestado (s) de capacidade técnica fornecido por agente da administração direta e/ou indireta, empresas estatais e/ou privadas, devidamente certificado pelo Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente ou Nacional se for o caso, que comprovem que o seu responsável técnico, já desempenhou atividade compatível com o objeto desta Licitação
- f) Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de cópia devidamente autenticada, de preferência em cartório, de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome da Proponente por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para comprovar de que já executou serviços de complexidade igual ou superior, em características semelhantes, demonstrando que a empresa executou diretamente, por período não inferior a seis meses consecutivos, em quantidade igual ou superior, os seguintes serviços:

Item	Unidade	Quantidade
Resíduos sólidos da Saúde.	KG	28.230

- g) Licença Ambiental de Operação (ou documento correspondente) em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, especificando quais grupos de resíduos (A, B e E) podem ser tratados ou recebidos na unidade, atestando que esta seja válida para sistemas já implantados de tratamento por processo de redução microbiana (autoclave) ou incineração de resíduos de serviços de saúde e local devidamente licenciado para disposição final de resíduos de serviços de saúde. O Sistema de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atender às exigências estabelecidas pelo RDC nº. 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005. *Caso a empresa subcontrate (terceirize) estes serviços, deverá ser apresentada a licença ambiental em nome da empresa subcontratada, devendo o documento estar vigente e atender às condições anteriormente exigidas;*

Obs. 2: *Caso a licença ambiental de operação do local de tratamento não seja a mesma do local de disposição final, a proponente deverá apresentar cada um dos documentos correspondentes.*

- h) Alvará Sanitário em vigor;
- i) A proponente deverá apresentar o Certificado de Regularidade do Ibama, vigente, onde constem as atividades “17 – 64 Disposição de resíduos especiais - Lei nº 12.305/2010, art. 13, I, “g” - Resíduos de serviço de saúde” e “18 – 74 Transporte de cargas perigosas (resíduos perigosos)”. *Caso a empresa subcontrate (terceirize), deverá ser apresentada o referido documento em nome da empresa subcontratada, vigente, constando a indicação da atividade subcontratada.*
- j) Licença ambiental de operação (ou documento correspondente), em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos no Estado de Santa Catarina. Caso a empresa execute a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos em mais de uma unidade da Federação, caberá a apresentação de Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos - Ibama, emitida para a proponente, vigente.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

k) Declaração formal e expressa, firmada pela proponente com as informações CONSTANTES NO MODELO ANEXO V (devidamente assinada por representante da empresa).

l) **FORMULÁRIO COM DADOS DO FORNECEDOR, modelo constante no Anexo VI do Edital.** (A ausência do presente documento não ocasionará a inabilitação. Mas é Documento obrigatório para formalização do contrato).

9.7 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.8. Serão verificados ainda pela Agente de Contratação e equipe de apoio consulta o seguinte cadastro:

I - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

9.9. Conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, será inabilitada a empresa que estiver:

- I) Declarada inidônea para licitar com a Administração Pública;
- II) Suspensa ou impedida temporariamente de licitar ou contratar com o Município de Porto União/SC.

9.10. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.11. As consultas serão impressas e anexadas junto ao processo.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Agente de Contratação efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 7.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

10.5 - O Agente de Contratação irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados prazos para execução, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o subitem 7.2 e 9.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 20** do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade e procuração se for o caso.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - **Serão desclassificadas as propostas:**

- a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;
- b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) que conflitem com a legislação em vigor;
- d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos neste Edital;
- e) apresentadas com mais de DUAS CASAS após a vírgula;
- f) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

10.10 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas neste Edital. Neste caso, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.12 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.13 - O Agente de Contratação poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.13.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

11.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital.

11.2 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratações, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br

11.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br

11.4 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.5 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados por outros meios, que não o por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br

11.6 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

11.7 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.8 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br

11.9 - Do Recurso:

11.9.1 - Após declarado o vencedor, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer proponente manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.9.2 - A falta de manifestação motivada do proponente quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.9.3 - Quando será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

11.9.4 - As razões de recursos e contrarrazões deverão ser apresentadas por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br , devidamente assinado, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

11.9.5 - O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

11.9.6 - A falta de manifestação, imediata, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

11.9.7 - O Agente de Contratação fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

13 - DA CONTRATAÇÃO

13.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) da presente Concorrência será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitat@portouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

conforme solicitação do Contratante.

13.2 - Convocação para assinatura do contrato:

13.2.1 Homologado o resultado da licitação, o vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado orientando sobre a assinatura do contrato.

13.2.3- Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Agente de Contratação negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

13.2.4 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

13.2.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14 - DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 - O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da emissão do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021, se houver interesse entre as partes.

14.2 – O contrato terá início em 19/12/2023

15 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

15.1. As coletas deverão ser realizadas nos respectivos locais, conforme volume, número e frequência de coletas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto União e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

15.1.1. Local para entrega/execução/instalação.

Unidade Central Rua Joaquim Nabuco, 244, Cidade Nova.
US Vice-King Av. João Pessoa, 4695.
US Santa Rosa Rua Francisco Paula Dias, 82.
US São Pedro Rua Leoberto Leal, 278
US Bela Vista



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Rua Alemanha, 35.
US Santa Cruz do Timbó Rua 10 de Novembro, s/n.
US São Miguel da Serra Rua Elfrida Werle, 87.
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Rua Francisco Paula Dias, 110.
Posto Área Industrial Rua Adão Mibach, 347.
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Av. General Bormann, 441, centro
US São Bernardo de Campo Rua Frei Canísio, 21.
Unidade Prisional Avançada – UPA Rua Matos Costa, 772, Centro.
US São Francisco Rua Prof Aldair Domingos, 13.
3º Companhia de Bombeiros Militar de Porto União

15.1.2. Algumas Unidades poderão mudar de endereço, assim como novas Unidades poderão surgir.

15.2. Os serviços objetos da contratação deverão ser prestados à Secretaria Municipal da Saúde de Porto União – SC, nos locais definidos por esta, sendo invariável o preço por kg dos resíduos em função do ponto de coleta.

15.3. O faturamento será exclusivamente com base no peso dos resíduos efetivamente coletados; não variando conforme o ponto de coleta.

15.4. A empresa deverá apresentar, trimestralmente, documento comprobatório da destinação final adequada dos resíduos coletados e transportados, emitido por empresa habilitada e autorizada pelo órgão ambiental para exercer as atividades de disposição final adequada, por meio dos procedimentos previstos na Resolução ANVISA RDC 222/2018;

15.5. A empresa contratada será responsável por emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR.

15.6. A empresa contratada deverá disponibilizar nas respectivas Unidades de Saúde geradoras, recipientes adequados para disposição e acumulação dos resíduos, para fins de coleta e transporte, em quantidade suficiente e de acordo com a classe de resíduos gerados, sem qualquer custo adicional para o contratante.

15.7. As coletas deverão ser executadas nos seguintes pontos e frequências:

Unidades de Saúde	Estimativa de geração (KG)/MÊS	Frequência de Coletas
Unidade Central Rua Joaquim Nabuco, 244, Cidade Nova.	420	Semanal
US Vice-King Av. João Pessoa, 4695, Vice King	60	Quinzenal
US Santa Rosa Rua Francisco Paula Dias, 82, Santa Rosa	90	Quinzenal
US São Pedro	100	Quinzenal



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Rua Leoberto Leal, 278, São Pedro		
US Bela Vista Rua Alemanha, 35, Bela Vista	30	Quinzenal
US Santa Cruz do Timbó Rua 10 de Novembro, s/n, Santa Cruz do Timbó	50	Quinzenal
US São Miguel da Serra Rua Elfrida Werle, 87, São Miguel da Serra	20	Quinzenal
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Rua Francisco Paula Dias, 110, Santa Rosa	50	Quinzenal
Posto Área Industrial Rua Adão Mibach, 347, Área Industrial	30	Quinzenal
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Av. General Bormann, 441, Centro	5	Quinzenal
US São Bernardo de Campo Rua Frei Canísio, 21, São Bernardo do Campo	30	Quinzenal
Unidade Prisional Avançada – UPA Rua Matos Costa, 772, Centro.	6	Quinzenal
US São Francisco Rua Prof Aldair Domingos, 13.	50	Quinzenal
3ª Companhia de Bombeiro Militar de Porto União Avenida João Pessoa, 1270, Centro.	16	Quinzenal

15.8. - Os pesos estabelecidos no quadro acima são meramente estimativos, não servindo como critério de pagamento, que deverá ser estabelecido de acordo com a pesagem dos resíduos coletados, transportados e destinados.

15.9. - Os quantitativos estabelecidos no quadro acima não geram qualquer direito a contratada, seja em relação a quantidades mínimas ou máximas, seja quanto a reequilíbrio econômico financeiro.

15.10. A Contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, comercial e tributária, bem como pelos eventuais acidentes, danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

15.11. A contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção individual, necessários para o desenvolvimento de todos os serviços licitados.

15.12. Os veículos de coleta deverão estar devidamente identificados como prestadores de serviços.

15.13. Conforme ABNT NBR 13221, o resíduo, durante o transporte, deve ser protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar o seu espalhamento. Não pode ser transportado junto com alimentos, medicamentos ou produtos que se destinam ao consumo humano ou animal ou com embalagens destinadas a estes fins.

15.14. Todas as informações referentes à geração, armazenamento temporário, movimentação ou destinação final (pesagem antes da destinação e com a coleta posterior) de resíduos e rejeitos devem ser enviadas exclusivamente através do sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR, para que possam ser gerenciadas pelo próprio sistema, conforme estabelecido em Leis e Portarias, respeitando as Portarias IMA Nº 21/2019, nº194/2016, e suas alterações ou substituições. A movimentação de resíduos sólidos deve ser atestada,



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

sucessivamente, por cada agente desse processo, efetivando as ações de geração, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos sólidos dentro do Sistema MTR.

15.15. O MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos é um curso especializado para transporte de produtos perigosos e tem a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de transporte de produtos perigosos. Segundo a norma ABNT NBR 1004 resíduos perigosos são aqueles que apresentam periculosidade, tais como: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e/ou patogenicidade.

15.16. Além do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), todo o transporte terrestre de resíduos perigosos deve obedecer ao Decreto Federal nº 96.044/1988, à Portaria nº 204/2011 do Ministério dos Transportes e à Resolução ANTT nº 5.998/2022, bem como às Normas Técnicas pertinentes.

15.17. A Autoclavação, para atender a descontaminação das armadilhas utilizadas pela Vigilância no Processo Municipal de desinfestação do Mosquito Aedes Aegypti. E que se dá quando o resíduo é exposto a altas temperaturas mediante contato com vapor de água, durante um período de tempo suficiente para destruir todos os agentes patogênicos. Obrigatório segundo as Normas do ABNT para atender a descontaminação das armadilhas utilizadas pela Vigilância Ambiental no Processo Municipal de desinfestação do Mosquito Aedes Aegypti.

15.18 No ato da ASSINATURA DO CONTRATO a CONTRATADA deverá apresentar o visto definitivo no CREA-SC, da proponente e de seu responsável técnico.

15.19. Em até 05 (cinco) dias após a ASSINATURA DO CONTRATO a CONTRATADA deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) sob o objeto CONTRATADO.

16 - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A gestão do contrato será realizada por Rayllana Evelin Hort Larsen, conforme Portaria nº 588 de 03 de julho de 2023.

16.2 - A fiscalização do contrato será realizada pelo Sr. Rafael Sampaio Santos, CPF 050.***.***-86, Coordenador Administrativo, Compras e Financeiro da Saúde e como Fiscal Substituto: Maria Inês Stonoga, CPF 719.***.***-49, Enfermeira, referente ao quantitativo da Secretaria Municipal da Saúde e como Fiscal: Fernando Dalla Zuana, CPF 041.***.***.06, Chefe do B4 da 3ª/9ªBBM e Fiscal Substituto: Sandro Antonio Anton, CPF 807.***.***-20, Chefe de Viaturas da 3ª/9ªBBM, referente ao quantitativo do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

17 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do recebimento do serviço e seu aceite, mediante a apresentação do relatório técnico ao departamento de compras da Secretaria de Saúde e ao Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O relatório será apresentado no início de cada mês e deverá conter quantidade de resíduos de saúde coletados em cada Unidade de Saúde e na sede do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União, separados pelos Grupos A, B e E, acompanhados do Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR, bem como:

a) à apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade coletada, no documento fiscal, em local de fácil visualização, deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

b) A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

17.2. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

18 - DAS SANÇÕES

18.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 - Penalidades que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

- I)** Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente;
- II)** De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 19.3 do Edital;
- III)** De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 19.3 do Edital;
- IV)** De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do item 19.3 do Edital;
- V)** Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Porto União e, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Porto União, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.
- VI)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

- I)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II)** não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;
- III)** não celebrar Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV)** ensejar o retardamento do certame, sem motivo justificado;
- V)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI)** fraudar a licitação;
- VII)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 19.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

18.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 19.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - abandonar o certame;

III - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

18.3.3. - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 18.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Porto União, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 18.3.

18.3.4. - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 19.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

18.3.5. - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na regulamentação vigente.

18.3.6. - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

18.3.7. - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.4. - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18.5. - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade.

18.6. - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

18.7. - As penalidades acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em concorrência para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.8. - A aplicação das penalidades poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

19.1.1 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

19.3 - É facultado à proponente visitar o local da obra, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

19.4 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá solicitar a revogação da presente Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.5 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

19.6 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

19.7 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.8 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

19.9 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.portouniao.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

Porto União, 20 de outubro de 2023.

ROGÊ GETÚLIO DE ANDRADE PEREIRA

Agente de Contratação
Portaria 025/2023



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, n° 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO 183/2023

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 009/2023

ANEXO I

VALOR MÁXIMO ADMITIDO

RELAÇÃO COM O QUANTITATIVO TOTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Resíduos sólidos da Saúde.	56.710	Kg	R\$ 10,91	R\$ 618.706,10



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Porto União

Secretaria Municipal de Saúde

Necessidade da Administração: Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

O objeto da contratação pretendida possui as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Resíduos sólidos da Saúde.	Kg	56.460	R\$ 10,91	R\$ 615.978,60
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO					R\$ 615.978,60

O prazo do contrato será de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

O valor unitário determinado na presente licitação foi obtido pela média dos orçamentos apresentados, tendo em vista a discrepância das cotações apresentadas.

- Os pesos estabelecidos no quadro acima são meramente estimativos, não servindo como critério de pagamento, que deverá ser estabelecido de acordo com a pesagem dos resíduos coletados, transportados e destinados.
- Os quantitativos estabelecidos no quadro acima não geram qualquer direito a contratada, seja em relação a quantidades mínimas ou máximas, seja quanto a reequilíbrio econômico financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação visa a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União. O objeto proposto vem sendo licitado no decorrer dos anos, sendo de fundamental importância para a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos da saúde gerados nas Unidades de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços referente a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde têm natureza de bens/serviços especiais, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade/complexidade, não podem ser descritos como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso I, II e III.

4.1. Para a qualificação técnica (inciso II), as proponentes devem encaminhar as seguintes documentações:

- Certidão de Registro da Empresa proponente no respectivo Conselho de Classe da sede do proponente.
- Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando profissional(is) de nível superior que atuará como Responsável Técnico para responder tecnicamente pelos serviços contratados, conforme modelo contido no **Anexo “N”** (Declaração de Indicação de Responsável Técnico).
- Certidão de Registro do profissional indicado na pela empresa proponente, para ser o responsável técnico pelos serviços contratados, com Registro no Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente. No caso de apresentar registro de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar para assinatura do contrato o visto junto ao Conselho de Classe.

Obs. 1: O profissional indicado como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá figurar como responsável técnico da Proponente, devendo figurar na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho de Classe, podendo vir a ser substituído em caso de fato superveniente por outro, desde que seja de igual ou superior qualificação e, desde que seja previamente autorizado pela Administração Municipal, não sendo permitido nenhum período do contrato sem responsável técnico.

d) A empresa deverá apresentar comprovação de vínculo com o profissional indicado para a Responsabilidade Técnica, feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência social, quando se tratar de empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto à proponente, quando se tratar de prestador de serviço, ou outro documento idôneo equivalente. Quando o profissional indicado pela proponente para assumir a Responsabilidade Técnica for integrante do Quadro Societário, o vínculo se comprovará por meio do Contrato Social ou alteração contratual em que conste cláusula que identifique essa condição.

e) Certidão (ões) de acervo (s) técnico (s) emitido pelo Conselho de Classe acompanhado de atestado (s) de capacidade técnica fornecido por agente da administração direta e/ou indireta, empresas estatais e/ou privadas, devidamente certificado pelo Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente ou Nacional se for o caso, que comprovem que o seu responsável técnico, já desempenhou atividade compatível com o objeto desta Licitação

f) Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de cópia devidamente autenticada, de preferência em cartório, de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome da Proponente por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para comprovar de que já executou serviços de complexidade igual ou superior, em características semelhantes, demonstrando que a empresa executou diretamente, por período não inferior a seis meses consecutivos, em quantidade igual ou superior, os seguintes serviços:

Item	Unidade	Quantidade
Resíduos sólidos da Saúde.	KG	28.230

g) Licença Ambiental de Operação (ou documento correspondente) em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, especificando quais grupos de resíduos (A, B e E) podem ser tratados ou recebidos na unidade, atestando que esta seja válida para sistemas já implantados de tratamento por processo de redução microbiana (autoclave) ou incineração de resíduos de serviços de saúde e local devidamente licenciado para disposição final de resíduos de serviços de saúde. O Sistema de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atender às exigências estabelecidas pelo RDC nº. 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005. *Caso a empresa subcontrate (terceirize) estes serviços, deverá ser apresentada a licença ambiental em nome da empresa subcontratada, devendo o documento estar vigente e atender às condições anteriormente exigidas;*

Obs. 2: Caso a licença ambiental de operação do local de tratamento não seja a mesma do local de disposição final, a proponente deverá apresentar cada um dos documentos correspondentes.

h) Alvará Sanitário em vigor;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

i) A proponente deverá apresentar o Certificado de Regularidade do Ibama, vigente, onde constem as atividades “17 – 64 Disposição de resíduos especiais - Lei nº 12.305/2010, art. 13, I, “g” - Resíduos de serviço de saúde” e “18 – 74 Transporte de cargas perigosas (resíduos perigosos)”. *Caso a empresa subcontrate (terceirize), deverá ser apresentada o referido documento em nome da empresa subcontratada, vigente, constando a indicação da atividade subcontratada.*

j) Licença ambiental de operação (ou documento correspondente), em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos no Estado de Santa Catarina. Caso a empresa execute a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos em mais de uma unidade da Federação, caberá a apresentação de Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos - Ibama, emitida para a proponente, vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os resultados pretendidos são a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 1.714, de 27 de março de 2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório técnico ao departamento de compras da Secretaria de Saúde. O relatório será apresentado no início de cada mês e deverá conter quantidade de resíduos de saúde coletados em cada Unidade de Saúde, separados pelos Grupos A, B e E, acompanhados do Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o contratado será selecionado mediante processo licitatório, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 615.978,60 (seiscentos e quinze mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária própria do Fundo de Saúde.

Porto União/SC, 18 de agosto de 2023.

Marivaldo dos Reis Santa Isabel
Secretário Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Município de Porto União

3º Companhia de Bombeiros Militar de Porto União

Necessidade da Administração: Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

O objeto da contratação pretendida possui as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Resíduos sólidos da Saúde.	Kg	250	R\$ 10,91	R\$ 2.727,50
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO					R\$ 2.727,50

O prazo do contrato será de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

O valor unitário determinado na presente licitação foi obtido pela média dos orçamentos apresentados, tendo em vista a discrepância das cotações apresentadas.

- Os pesos estabelecidos no quadro acima são meramente estimativos, não servindo como critério de pagamento, que deverá ser estabelecido de acordo com a pesagem dos resíduos coletados, transportados e destinados.
- Os quantitativos estabelecidos no quadro acima não geram qualquer direito a contratada, seja em relação a quantidades mínimas ou máximas, seja quanto a reequilíbrio econômico financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente licitação visa a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.. O objeto proposto vem sendo licitado no decorrer dos anos, sendo de fundamental importância para a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos da saúde gerados nas Unidades de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços referente a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde têm natureza de bens/serviços especiais, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade/complexidade, não podem ser descritos como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso I, II e III.

4.1. Para a qualificação técnica (inciso II), as proponentes devem encaminhar as seguintes documentações:

- a) Certidão de Registro da Empresa proponente no respectivo Conselho de Classe da sede do proponente.
- b) Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando profissional(is) de nível superior que atuará como Responsável Técnico para responder tecnicamente pelos serviços contratados, conforme modelo contido no **Anexo “N”** (Declaração de Indicação de Responsável Técnico).
- c) Certidão de Registro do profissional indicado na pela empresa proponente, para ser o responsável técnico pelos serviços contratados, com Registro no Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente. No caso de apresentar registro de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar para assinatura do contrato o visto junto ao Conselho de Classe.

Obs. 1: O profissional indicado como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá figurar como responsável técnico da Proponente, devendo figurar na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho de Classe, podendo vir a ser substituído em caso de fato superveniente por outro, desde que seja de igual ou superior qualificação e, desde que seja previamente autorizado pela Administração Municipal, não sendo permitido nenhum período do contrato sem responsável técnico.

d) A empresa deverá apresentar comprovação de vínculo com o profissional indicado para a Responsabilidade Técnica, feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência social, quando se tratar de empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto à proponente, quando se tratar de prestador de serviço, ou outro documento idôneo equivalente. Quando o profissional indicado pela proponente para assumir a Responsabilidade Técnica for integrante do Quadro Societário, o vínculo se comprovará por meio do Contrato Social ou alteração contratual em que conste cláusula que identifique essa condição.

e) Certidão (ões) de acervo (s) técnico (s) emitido pelo Conselho de Classe acompanhado de atestado (s) de capacidade técnica fornecido por agente da administração direta e/ou indireta, empresas estatais e/ou privadas, devidamente certificado pelo Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente ou Nacional se for o caso, que comprovem que o seu responsável técnico, já desempenhou atividade compatível com o objeto desta Licitação

f) Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de cópia devidamente autenticada, de preferência em cartório, de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome da Proponente por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para comprovar de que já executou serviços de complexidade igual ou superior, em características semelhantes, demonstrando que a empresa executou diretamente, por período não inferior a seis meses consecutivos, em quantidade igual ou superior, os seguintes serviços:

Item	Unidade	Quantidade
Resíduos sólidos da Saúde.	KG	250

g) Licença Ambiental de Operação (ou documento correspondente) em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, especificando quais grupos de resíduos (A, B e E) podem ser tratados ou recebidos na unidade, atestando que esta seja válida para sistemas já implantados de tratamento por processo de redução microbiana (autoclave) ou incineração de resíduos de serviços de saúde e local devidamente licenciado para disposição final de resíduos de serviços de saúde. O Sistema de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atender às exigências estabelecidas pelo RDC nº. 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005. *Caso a empresa subcontrate (terceirize) estes serviços, deverá ser apresentada a licença ambiental em nome da empresa subcontratada, devendo o documento estar vigente e atender às condições anteriormente exigidas;*

Obs. 2: Caso a licença ambiental de operação do local de tratamento não seja a mesma do local de disposição



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

final, a proponente deverá apresentar cada um dos documentos correspondentes.

- h) Alvará Sanitário em vigor;
- i) A proponente deverá apresentar o Certificado de Regularidade do Ibama, vigente, onde constem as atividades “17 – 64 Disposição de resíduos especiais - Lei nº 12.305/2010, art. 13, I, “g” - Resíduos de serviço de saúde” e “18 – 74 Transporte de cargas perigosas (resíduos perigosos)”. *Caso a empresa subcontrate (terceirize), deverá ser apresentado o referido documento em nome da empresa subcontratada, vigente, constando a indicação da atividade subcontratada.*
- j) Licença ambiental de operação (ou documento correspondente), em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos no Estado de Santa Catarina. Caso a empresa execute a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos em mais de uma unidade da Federação, caberá a apresentação de Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos - Ibama, emitida para a proponente, vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os resultados pretendidos são a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 1.714, de 27 de março de 2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório técnico ao departamento de compras da Prefeitura Municipal de Porto União. O relatório será apresentado no início de cada mês e deverá conter quantidade de resíduos de saúde coletados em cada Unidade de Saúde, separados pelos Grupos A, B e E, acompanhados do Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o contratado será selecionado mediante processo licitatório, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 2.727,50 (dois mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária própria do convênio CBMSC/Prefeitura Municipal de Porto União com número 021/2016 .

Porto União/SC, 23 de agosto de 2023.

Capitão BM Marcos Luciano Colla
Comandante da 3º/9ºBBM



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de Porto União

Secretaria Municipal de Saúde

Necessidade da Administração: Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Informamos que os itens da referida licitação não estão previstos no Plano de Contratações Anual do Município de Porto União, pois ainda não possuímos o Plano de Contratações Anual, entretanto, a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União vêm sendo licitada pela Secretaria Municipal de Saúde no decorrer dos anos, como pode-se observar no Processo Licitatório nº 241/2018, estando assim alinhado com o planejamento desta administração.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços referente a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde têm natureza de bens/serviços especiais, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade/complexidade, não podem ser descritos como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso I, II e III.

3.1. Para a qualificação técnica (inciso II), as proponentes devem encaminhar as seguintes documentações:

- a) Certidão de Registro da Empresa proponente no respectivo Conselho de Classe da sede do proponente.
- b) Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando profissional(is) de nível superior que atuará como Responsável Técnico para responder tecnicamente pelos serviços contratados, conforme modelo contido no **Anexo “N”** (Declaração de Indicação de Responsável Técnico).
- c) Certidão de Registro do profissional indicado na pela empresa proponente, para ser o responsável técnico pelos serviços contratados, com Registro no Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente. No caso de apresentar registro de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar para assinatura do contrato o visto junto ao Conselho de Classe.

Obs. 1: O profissional indicado como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá figurar como responsável técnico da Proponente, devendo figurar na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho de Classe, podendo vir a ser substituído em caso de fato superveniente por outro, desde que seja de igual ou superior qualificação e, desde que seja previamente autorizado pela Administração Municipal, não sendo permitido nenhum período do contrato sem responsável técnico.

- d) A empresa deverá apresentar comprovação de vínculo com o profissional indicado para a Responsabilidade Técnica, feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência social, quando se tratar de



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto à proponente, quando se tratar de prestador de serviço, ou outro documento idôneo equivalente. Quando o profissional indicado pela proponente para assumir a Responsabilidade Técnica for integrante do Quadro Societário, o vínculo se comprovará por meio do Contrato Social ou alteração contratual em que conste cláusula que identifique essa condição.

e) Certidão (ões) de acervo (s) técnico (s) emitido pelo Conselho de Classe acompanhado de atestado (s) de capacidade técnica fornecido por agente da administração direta e/ou indireta, empresas estatais e/ou privadas, devidamente certificado pelo Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente ou Nacional se for o caso, que comprovem que o seu responsável técnico, já desempenhou atividade compatível com o objeto desta Licitação

f) Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de cópia devidamente autenticada, de preferência em cartório, de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome da Proponente por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para comprovar de que já executou serviços de complexidade igual ou superior, em características semelhantes, demonstrando que a empresa executou diretamente, por período não inferior a seis meses consecutivos, em quantidade igual ou superior, os seguintes serviços:

Item	Unidade	Quantidade
Resíduos sólidos da Saúde.	KG	28.230

g) Licença Ambiental de Operação (ou documento correspondente) em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, especificando quais grupos de resíduos (A, B e E) podem ser tratados ou recebidos na unidade, atestando que esta seja válida para sistemas já implantados de tratamento por processo de redução microbiana (autoclave) ou incineração de resíduos de serviços de saúde e local devidamente licenciado para disposição final de resíduos de serviços de saúde. O Sistema de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atender às exigências estabelecidas pelo RDC nº. 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005. *Caso a empresa subcontrate (terceirize) estes serviços, deverá ser apresentada a licença ambiental em nome da empresa subcontratada, devendo o documento estar vigente e atender às condições anteriormente exigidas;*

Obs. 2: *Caso a licença ambiental de operação do local de tratamento não seja a mesma do local de disposição final, a proponente deverá apresentar cada um dos documentos correspondentes.*

h) Alvará Sanitário em vigor;

i) A proponente deverá apresentar o Certificado de Regularidade do Ibama, vigente, onde constem as atividades “17 – 64 Disposição de resíduos especiais - Lei nº 12.305/2010, art. 13, I, “g” - Resíduos de serviço de saúde” e “18 – 74 Transporte de cargas perigosas (resíduos perigosos)”. *Caso a empresa subcontrate (terceirize), deverá ser apresentada o referido documento em nome da empresa subcontratada, vigente, constando a indicação da atividade subcontratada.*

j) Licença ambiental de operação (ou documento correspondente), em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos no Estado de Santa Catarina. Caso a empresa execute a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos em mais de uma unidade da Federação, caberá a apresentação de Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos - Ibama, emitida para a proponente, vigente.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O valor estimado para a contratação pretendida tem como base as coletas de resíduos sólidos de saúde do último ano, coletas essas realizadas por meio do Contrato 428/2018, Processo Licitatório nº 241/2018.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada na coleta de resíduos perigosos.

Tais referências foram obtidas por meio de e-mail, com empresas que prestam serviços compatíveis com o objeto



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

da presente licitação, efetuado com base no Decreto Municipal n.º 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O valor unitário determinado na presente licitação foi obtido pela média dos orçamentos apresentados, tendo em vista a discrepância das cotações apresentadas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 615.978,60 (seiscentos e quinze mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais problemas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

A contratação pretendida possibilita a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos da saúde gerados nas Unidades de Saúde.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

A Secretaria de Saúde indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação visa atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, visando à mitigação dos impactos ambientais da geração de resíduos de serviços de saúde.

Os resíduos de serviços de saúde podem ter diversos impactos ambientais, incluindo contaminação do solo e da água, riscos à saúde pública e impacto na biodiversidade. A má gestão desses resíduos pode resultar na disseminação de doenças, além de comprometer ecossistemas e recursos naturais. A segregação, tratamento adequado e disposição final segura são essenciais para minimizar esses impactos.

Por este motivo, a presente contratação visa minimizar tais impactos, cabendo à empresa realizar os procedimentos adequados de gerenciamento dos resíduos incluindo a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final em conformidade com a legislação. Assim, a contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936 de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA, bem como suas atualizações e substituições e normas técnicas cabíveis.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Porto União/SC, 18 de agosto de 2023.

Marivaldo dos Reis Santa Isabel
Secretário Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Município de Porto União

3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União

Necessidade da Administração: Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Informamos que os itens da referida licitação não estão previstos no Plano de Contratações Anual do Município de Porto União, pois ainda não possuímos o Plano de Contratações Anual, entretanto, a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços referente a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde têm natureza de bens/serviços especiais, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade/complexidade, não podem ser descritos como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a

título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso I, II e III.

3.1. Para a qualificação técnica (inciso II), as proponentes devem encaminhar as seguintes documentações:

- a) Certidão de Registro da Empresa proponente no respectivo Conselho de Classe da sede do proponente.
- b) Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando profissional(is) de nível superior que atuará como Responsável Técnico para responder tecnicamente pelos serviços contratados, conforme modelo contido no **Anexo “N”** (Declaração de Indicação de Responsável Técnico).
- c) Certidão de Registro do profissional indicado na pela empresa proponente, para ser o responsável técnico pelos serviços contratados, com Registro no Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente. No caso de apresentar registro de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar para assinatura do contrato o visto junto ao Conselho de Classe.

Obs. 1: O profissional indicado como responsável técnico pela prestação dos serviços deverá figurar como responsável técnico da Proponente, devendo figurar na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho de Classe, podendo vir a ser substituído em caso de fato superveniente por outro, desde que seja de igual ou superior qualificação e, desde que seja previamente autorizado pela Administração Municipal, não sendo permitido nenhum período do contrato sem responsável técnico.

d) A empresa deverá apresentar comprovação de vínculo com o profissional indicado para a Responsabilidade Técnica, feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência social, quando se tratar de empregado, ou cópia autenticada de contrato de prestação de serviços do profissional junto à proponente, quando se tratar de prestador de serviço, ou outro documento idôneo equivalente. Quando o profissional indicado pela



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

proponente para assumir a Responsabilidade Técnica for integrante do Quadro Societário, o vínculo se comprovará por meio do Contrato Social ou alteração contratual em que conste cláusula que identifique essa condição.

e) Certidão (ões) de acervo (s) técnico (s) emitido pelo Conselho de Classe acompanhado de atestado (s) de capacidade técnica fornecido por agente da administração direta e/ou indireta, empresas estatais e/ou privadas, devidamente certificado pelo Conselho de Classe relativo ao Estado da sede da proponente ou Nacional se for o caso, que comprovem que o seu responsável técnico, já desempenhou atividade compatível com o objeto desta Licitação

f) Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de cópia devidamente autenticada, de preferência em cartório, de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome da Proponente por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para comprovar de que já executou serviços de complexidade igual ou superior, em características semelhantes, demonstrando que a empresa executou diretamente, por período não inferior a seis meses consecutivos, em quantidade igual ou superior, os seguintes serviços:

Item	Unidade	Quantidade
Resíduos sólidos da Saúde.	KG	250

g) Licença Ambiental de Operação (ou documento correspondente) em vigor, expedida(s) pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, especificando quais grupos de resíduos (A, B e E) podem ser tratados ou recebidos na unidade, atestando que esta seja válida para sistemas já implantados de tratamento por processo de redução microbiana (autoclave) ou incineração de resíduos de serviços de saúde e local devidamente licenciado para disposição final de resíduos de serviços de saúde. O Sistema de Tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atender às exigências estabelecidas pelo RDC nº. 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Resolução CONAMA nº 358/2005. *Caso a empresa subcontrate (terceirize) estes serviços, deverá ser apresentada a licença ambiental em nome da empresa subcontratada, devendo o documento estar vigente e atender às condições anteriormente exigidas;*

Obs. 2: *Caso a licença ambiental de operação do local de tratamento não seja a mesma do local de disposição final, a proponente deverá apresentar cada um dos documentos correspondentes.*

h) Alvará Sanitário em vigor;

i) A proponente deverá apresentar o Certificado de Regularidade do Ibama, vigente, onde constem as atividades “17 – 64 Disposição de resíduos especiais - Lei nº 12.305/2010, art. 13, I, “g” - Resíduos de serviço de saúde” e “18 – 74 Transporte de cargas perigosas (resíduos perigosos)”. *Caso a empresa subcontrate (terceirize), deverá ser apresentada o referido documento em nome da empresa subcontratada, vigente, constando a indicação da atividade subcontratada.*

j) Licença ambiental de operação (ou documento correspondente), em vigor, expedida pelo Órgão Ambiental competente, em nome da proponente, para a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos no Estado de Santa Catarina. Caso a empresa execute a atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos em mais de uma unidade da Federação, caberá a apresentação de Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos - Ibama, emitida para a proponente, vigente.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O valor estimado para a contratação pretendida tem como base as coletas de resíduos sólidos de saúde do último ano, coletas essas realizadas por meio do Contrato 428/2018, Processo Licitatório nº 241/2018.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada na coleta de resíduos perigosos.

Tais referências foram obtidas por meio de e-mail, com empresas que prestam serviços compatíveis com o objeto



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

da presente licitação, efetuado com base no Decreto Municipal n.º 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O valor unitário determinado na presente licitação foi obtido pela média dos orçamentos apresentados, tendo em vista a discrepância das cotações apresentadas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 2.727,50 (dois mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 1.714, de 27 de março de 2023, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

Ademais, a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização por eventuais problemas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

A contratação pretendida possibilita a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos da saúde gerados na 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação visa atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, visando à mitigação dos impactos ambientais da geração de resíduos de serviços de saúde.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Os resíduos de serviços de saúde podem ter diversos impactos ambientais, incluindo contaminação do solo e da água, riscos à saúde pública e impacto na biodiversidade. A má gestão desses resíduos pode resultar na disseminação de doenças, além de comprometer ecossistemas e recursos naturais. A segregação, tratamento adequado e disposição final segura são essenciais para minimizar esses impactos.

Por este motivo, a presente contratação visa minimizar tais impactos, cabendo à empresa realizar os procedimentos adequados de gerenciamento dos resíduos incluindo a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final em conformidade com a legislação. Assim, a contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936 de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA, bem como suas atualizações e substituições e normas técnicas cabíveis.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Porto União/SC, 23 de agosto de 2023.

Capitão BM Marcos Luciano Colla
Comandante da 3º/9ºBBM



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO** –inscrito no C.N.P.J. nº 83.102.541/0001-58, ora em diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Elizeu Mibach, Sr. xxxxxx, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF XXXXXXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, telefone....., e maildoravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx (ou representante legal), firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº *****/2023**, pelo qual se obriga a executar os serviços do objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a Contratação de *****,.

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

2.1 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório de **Concorrência Eletrônica nº ******* e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso).

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1. - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do recebimento do serviço e seu aceite, mediante a apresentação do relatório técnico ao departamento de compras da Secretaria de Saúde e ao Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O relatório será apresentado no início de cada mês e deverá conter quantidade de resíduos de saúde coletados em cada Unidade de Saúde e na sede do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União, separados pelos Grupos A, B e E, acompanhados do Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR, bem como:

- a)** à apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade coletada, no documento fiscal, em local de fácil visualização, deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.
- b)** A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

4.2. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

CLÁUSULA QUINTA – Dos Prazos e das Condições de Execução

5.1. O **prazo de vigência contratual** será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da emissão do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021, se houver interesse entre as partes.

5.2. O contrato terá início em 19/12/2023.

5.3. As coletas deverão ser realizadas nos respectivos locais, conforme volume, número e frequência de coletas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto União e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

5.3.1. Local para entrega/execução/instalação.

Unidade Central Rua Joaquim Nabuco, 244, Cidade Nova.
US Vice-King Av. João Pessoa, 4695.
US Santa Rosa Rua Francisco Paula Dias, 82.
US São Pedro Rua Leoberto Leal, 278
US Bela Vista Rua Alemanha, 35.
US Santa Cruz do Timbó Rua 10 de Novembro, s/n.
US São Miguel da Serra Rua Elfrida Werle, 87.
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Rua Francisco Paula Dias, 110.
Posto Área Industrial Rua Adão Mibach, 347.
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Av. General Bormann, 441, centro
US São Bernardo de Campo Rua Frei Canísio, 21.
Unidade Prisional Avançada – UPA Rua Matos Costa, 772, Centro.
US São Francisco Rua Prof Aldair Domingos, 13.
3º Companhia de Bombeiros Militar de Porto União

5.3.2. Algumas Unidades poderão mudar de endereço, assim como novas Unidades poderão surgir.

5.3.4. Os serviços objetos da contratação deverão ser prestados à Secretaria Municipal da Saúde de Porto União – SC, nos locais definidos por esta, sendo invariável o preço por kg dos resíduos em função do ponto de coleta.

5.3.5. O faturamento será exclusivamente com base no peso dos resíduos efetivamente coletados; não variando conforme o ponto de coleta.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

- 5.4. A empresa deverá apresentar, trimestralmente, documento comprobatório da destinação final adequada dos resíduos coletados e transportados, emitido por empresa habilitada e autorizada pelo órgão ambiental para exercer as atividades de disposição final adequada, por meio dos procedimentos previstos na Resolução ANVISA RDC 222/2018;
- 5.5. A empresa contratada será responsável por emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR.
- 5.6. A empresa contratada deverá disponibilizar nas respectivas Unidades de Saúde geradoras, recipientes adequados para disposição e acumulação dos resíduos, para fins de coleta e transporte, em quantidade suficiente e de acordo com a classe de resíduos gerados, sem qualquer custo adicional para o contratante.
- 5.7. As coletas deverão ser executadas nos seguintes pontos e frequências:

Unidades de Saúde	Estimativa de geração (KG)/MÊS	Frequência de Coletas
Unidade Central Rua Joaquim Nabuco, 244, Cidade Nova.	420	Semanal
US Vice-King Av. João Pessoa, 4695, Vice King	60	Quinzenal
US Santa Rosa Rua Francisco Paula Dias, 82, Santa Rosa	90	Quinzenal
US São Pedro Rua Leoberto Leal, 278, São Pedro	100	Quinzenal
US Bela Vista Rua Alemanha, 35, Bela Vista	30	Quinzenal
US Santa Cruz do Timbó Rua 10 de Novembro, s/n, Santa Cruz do Timbó	50	Quinzenal
US São Miguel da Serra Rua Elfrida Werle, 87, São Miguel da Serra	20	Quinzenal
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Rua Francisco Paula Dias, 110, Santa Rosa	50	Quinzenal
Posto Área Industrial Rua Adão Mibach, 347, Área Industrial	30	Quinzenal
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Av. General Bormann, 441, Centro	5	Quinzenal
US São Bernardo de Campo Rua Frei Canísio, 21, São Bernardo do Campo	30	Quinzenal
Unidade Prisional Avançada – UPA Rua Matos Costa, 772, Centro.	6	Quinzenal
US São Francisco Rua Prof Aldair Domingos, 13.	50	Quinzenal
3ª Companhia de Bombeiro Militar de Porto União Avenida João Pessoa, 1270, Centro.	16	Quinzenal

- 5.8. - Os pesos estabelecidos no quadro acima são meramente estimativos, não servindo como critério de pagamento, que deverá ser estabelecido de acordo com a pesagem dos resíduos coletados, transportados e



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

destinados.

5.9. - Os quantitativos estabelecidos no quadro acima não geram qualquer direito a contratada, seja em relação a quantidades mínimas ou máximas, seja quanto a reequilíbrio econômico financeiro.

5.10. A Contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, comercial e tributária, bem como pelos eventuais acidentes, danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

5.11. A contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção individual, necessários para o desenvolvimento de todos os serviços licitados.

5.12. Os veículos de coleta deverão estar devidamente identificados como prestadores de serviços.

5.13. Conforme ABNT NBR 13221, o resíduo, durante o transporte, deve ser protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar o seu espalhamento. Não pode ser transportado junto com alimentos, medicamentos ou produtos que se destinam ao consumo humano ou animal ou com embalagens destinadas a estes fins.

5.14. Todas as informações referentes à geração, armazenamento temporário, movimentação ou destinação final (pesagem antes da destinação e com a coleta posterior) de resíduos e rejeitos devem ser enviadas exclusivamente através do sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos – MTR, para que possam ser gerenciadas pelo próprio sistema, conforme estabelecido em Leis e Portarias, respeitando as Portarias IMA Nº 21/2019, nº194/2016, e suas alterações ou substituições. A movimentação de resíduos sólidos deve ser atestada, sucessivamente, por cada agente desse processo, efetivando as ações de geração, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos sólidos dentro do Sistema MTR.

5.15. O MOPP – Movimentação de Produtos Perigosos é um curso especializado para transporte de produtos perigosos e tem a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de transporte de produtos perigosos. Segundo a norma ABNT NBR 1004 resíduos perigosos são aqueles que apresentam periculosidade, tais como: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e/ou patogenicidade.

5.16. Além do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), todo o transporte terrestre de resíduos perigosos deve obedecer ao Decreto Federal nº 96.044/1988, à Portaria nº 204/2011 do Ministério dos Transportes e à Resolução ANTT nº 5.998/2022, bem como às Normas Técnicas pertinentes.

5.17. A Autoclavação, para atender a descontaminação das armadilhas utilizadas pela Vigilância no Processo Municipal de desinfestação do Mosquito Aedes Aegypti. E que se dá quando o resíduo é exposto a altas temperaturas mediante contato com vapor de água, durante um período de tempo suficiente para destruir todos os agentes patogênicos. Obrigatório segundo as Normas do ABNT para atender a descontaminação das armadilhas utilizadas pela Vigilância Ambiental no Processo Municipal de desinfestação do Mosquito Aedes Aegypti.

5.18 No ato da ASSINATURA DO CONTRATO a CONTRATADA deverá apresentar o visto definitivo no CREA-SC, da proponente e de seu responsável técnico.

5.19. Em até 05 (cinco) dias após a ASSINATURA DO CONTRATO a CONTRATADA deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) sob o objeto CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

- 7.1** - A gestão do contrato será realizada por Rayllana Evelin Hort Larsen, conforme Portaria nº 588 de 03 de julho de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

8.3 - A fiscalização do contrato será realizada pelo Sr. Rafael Sampaio Santos, CPF 050.***.***-86, Coordenador Administrativo, Compras e Financeiro da Saúde e como Fiscal Substituto: Maria Inês Stonoga, CPF 719.***.***-49, Enfermeira, referente ao quantitativo da Secretaria Municipal da Saúde e como Fiscal: Fernando Dalla Zuana, CPF 041.***.***.06, Chefe do B4 da 3ª/9ºBBM e Fiscal Substituto: Sandro Antonio Anton, CPF 807.***.***-20, Chefe de Viaturas da 3ª/9ºBBM, referente ao quantitativo do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato e anexos;

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir na execução do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro e em caso de repactuação o prazo para emissão do Termo Aditivo será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto contratado, conforme especificações técnicas contidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do **Edital de Concorrência Eletrônica nº ****** e seus anexos.

10.3 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;

10.4 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à execução do objeto contratado, executando-o de acordo com a fiscalização do **CONTRATANTE** e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes no Anexo II do Edital;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

10.5 - Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

10.6 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração;

10.7 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.8 - Cumprir todas as obrigações e especificações técnicas dispostas no **Anexo - Memorial Descritivo anexo ao Edital**.

10.9 - De acordo com o subitem 19.5 do edital a **CONTRATADA** não poderá alegar desconhecimento do local da obra.

10.10 - A **CONTRATADA** deverá comunicar qualquer alteração à **CONTRATANTE**, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - Penalidades que poderão ser cominadas ao **CONTRATADO**, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor total do contrato ou instrumento equivalente por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

c) De até 10% (dez por cento) em caso de **inexecução parcial** sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento) nos casos de **inexecução contratual** total sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta/contrato ou instrumento equivalente, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g" e "h", "i", "j" e "k" do item 11.3 do Edital;

III) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Porto União e, Administração Direta e Indireta, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - A **CONTRATADA** será responsabilizada, pelo cometimento das seguintes infrações:



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- k) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "e" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Porto União, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

11.6 - Nas penalidades previstas neste contrato/ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da **CONTRATADA**, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA** e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

11.9 - O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.11 - A aplicação das penalidades poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/21;
- b) Lei Complementar nº 123/06;
- c) Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;
- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1. - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Porto União e, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2. - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento

CONTRATANTE.

CONTRATADA



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO IV

**Declaro que os índices abaixo apresentados foram elaborados com base nas informações contidas no
Balanço Patrimonial
(uma declaração para cada exercício)**

LC – Liquidez corrente, maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

SG – Solvência Geral, Maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

LG – Liquidez Geral, Maior ou igual a 1,00

Fórmula: $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE EXCETO O ATIVO PERMANENTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

Local, data _____

Responsável da proponente
CNPJ

Contador
CRC



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitateportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO V

DECLARAÇÕES

....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede na ***, nº ***, bairro ***, município ***, estado ***, CEP ***, telefone ***, e-mail *** (**INFORMAR OS DADOS ATUALIZADOS**), por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para os devidos fins que:

* Observando o limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

* não possui em seu quadro societário parlamentares de qualquer esfera do governo, bem como as pessoas mencionadas no art. 9º § 1º da Lei 14.133/2021 (conforme recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9).

* não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo – municipal, estadual ou federal.

* não estamos punidas com “Suspensão” ou “Impedimento” do direito de contratar ou licitar com o Município de Porto União, Santa Catarina.

* fica estabelecido em 60 (sessenta) dias úteis o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão.

* nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

* Tem disponibilidade dos equipamentos e pessoal necessários à execução da obra e serviços ora licitados;

* indica como representante (nome, endereço, CPF, telefone, e-mail) para responder perante a Prefeitura pela condução dos serviços;

* indica como responsável técnico da empresa (contendo nome, inscrição no **Conselho de Classe**), para responder perante o município.

* TODOS os documentos apresentados são legítimos e autênticos, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 299 do Código Penal no caso de conteúdo falso

Local, data

Assinatura do responsável ou do representante legal



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO VI

DADOS GERAIS DO FORNECEDOR

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Telefone: ()

E- Mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (para assinatura dos documentos legais):

Nome:

CPF:

RG:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Telefone: () E-mail:

Possui assinatura eletrônica: () SIM () NÃO

Observação 1: Caso o indicado seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expresso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Observação 2: Caso o indicado seja **preposto** da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

_____, em _____ de _____ 20__.

Identificação e Assinatura do Representante Legal do Fornecedor



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Terça-feira, 16 de janeiro de 2024 às 14:19, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 5520234: EXTRATO DE CONTRATO 138/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)

2910C928FEA53326BACE5CEBB27D01E5ADC855FD

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Porto União

MUNICÍPIO

Porto União



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5520234>



CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 138/2023

Partes: Município de Porto União e Scheila Mara Weiller Antunes de Lima LTDA.

Objeto: Contratação da empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos da Saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União em seus atendimentos de emergência.

Valor: R\$ 544.416,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais).

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Concorrência Eletrônica nº 009/2023, pela Lei Federal nº 14.133/21.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2023.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal.

Scheila Mara Weiller Antunes de Lima LTDA

Contratada.

Código registro TCE:
2910C928FEA53326BACE5CEBB27D01E5ADC855FD





Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Terça-feira, 16 de janeiro de 2024 às 14:04, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 5520094: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO -
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2023**

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)
11107CF26BAE74941E74DCC38EC7007D83C03CF3

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Porto União

MUNICÍPIO

Porto União



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5520094>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 183/2023
Concorrência Eletrônica nº 009/2023
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Scheila
Mara Weiller Antunes de Lima LTDA.
Código registro TCE:
11107CF26BAE74941E74DCC38EC7007D83C03CF3
Porto União SC, 08 de dezembro de 2023.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal.





EDITAL COMPLETO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2025 – FMS - RP - Coleta e destinação de Lixo Hospitalar -

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2025 FMS.

EDITAL COMPLETO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2025 FMS - RP

Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Decreto Municipal 045/2023.

1 – PREÂMBULO.

1.1 - **O MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS**, através do Fundo Municipal de Saúde representado neste ato pela Prefeita Municipal a Sra. Gilvane Aparecida de Moraes, torna público aos interessados que realizará PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2025 FMS na modalidade de licitação de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2025 FMS, em atendimento a lei 14.133/21, Decreto 10.024/19, LC 123/06 e Decretos Municipais 45/23 (Aplicação da Lei Federal 14.133/21), 23/2020 (Pregão Eletrônico), 13/2012 (Registro de Preços), 44/2021 (Sanção Adm) e Portaria Municipal 022/25 (Pregoeiro - Agente de Contratação e equipe), nos termos deste edital e anexos.

2 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na **COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO (ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE) E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RRS**, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e Unidade de Saúde de Ipoméia conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.1 – Detalhamento do objeto está descrito no Termo de Referência, DFD e outros anexos e na plataforma de disputa consta o item para disputa, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de empresa apta a coleta, transporte, tratamento (esterilização em autoclave) e destinação final de resíduos de serviço de saúde - RRS, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e na Unidade de Saúde de Ipoméia.	Quilo	4.200	14,47	60.774,00

TIPO JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO. (Ver Item 9.16, “a” e “a-1”).

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO (Decreto nº 10.024/2019).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 17:00 horas do dia 27/11/2025 às 08:00 horas do dia 15/12/2025.





DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Apresentação PÓS DISPUTA do licitante vencedor provisório, conforme item 14.1 (tempo) e 14.10 (documentação obrigatória).

ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS INICIAIS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 15/12/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS E DEMAIS FASES: 09h01min do dia 15/12/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LINK DA SESSÃO: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bllcompras.org.br

Contato Município: (49) 3564-0125 R 202 e 204 – licita@riodasantas.sc.gov.br

Link de acesso ao Processo: <https://riodasantas.sc.gov.br/licitacao/pregao-eletronico-0002-2025-fms/>

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado” Curitiba-PR (41) 3097-4600, 3097-4646 ou 3148-9870.

Contato com o Pregoeiro durante o período de publicação bem como no dia da licitação deverá ser feita preferencialmente por meio de mensagens no sistema da BLL, para que o sistema registre a comunicação, e ainda, poderá enviar contato via e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br

RESUMO DOS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS:

- 1º** - Anexar a proposta no sistema de disputa (BLL), valor igual ou inferior ao de referência;
- 2º** - Após disputa o VENCEDOR PROVISÓRIO deverá anexar a DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, em suas respectivas “ABAS”, no tempo determinado para este fim.
- 3º** - **Se microempresa / empresa de pequeno porte, anexar Certidão da Junta Comercial, (ATUALIZADO), junto com a documentação em “ABA” própria.** Se por algum motivo não for anexado e na plataforma estiver marcado como tal e utilizar o referido documento em benefício da lei, o Agente de contratação solicitará por diligência, para que apresente imediatamente. Em atendimento ao item 7 deste, o mesmo deverá estar atualizado.
- 4º** - **Erro de digitação** o proponente poderá retificá-lo em **até 15 (quinze) segundos**, após este tempo somente mediante solicitação ao pregoeiro, via mensagem, em aba própria em tempo hábil.

2.2 - ALERTA: Caso de descrição errônea, em desacordo com o que existe no mercado ou que não possa honrar com a execução do serviço, ou ainda, se o valor médio estiver fora do praticado no mercado. A empresa identificando alguma destas irregularidades, poderá solicitar esclarecimentos, para tomada de decisão quanto a sua participação ou não.

2.3 - O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência e outros, disponíveis no endereço eletrônico: <https://riodasantas.sc.gov.br/licitacao/pregao-eletronico-0002-2025-fms/>

2.4 - Valor estimado do objeto no período: R\$ 60.774,00 (Sessenta mil, setecentos e setenta e quatro reais).

2.5 - Subcontratação: na execução do contrato é vedada ao contratado a subcontratação do objeto.

2.6 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico: <https://riodasantas.sc.gov.br/licitacao/pregao-eletronico-0002-2025-fms/> as especificações





técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital, divergência entre o termo de referência e o presente edital, prevalecerá o Termo de referência.

2.7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.7.1 - O prazo de execução contratual será conforme termo de referência após emissão da ordem de fornecimento, emitido pelo setor responsável.

2.7.2 - Locais de Entrega: Conforme termo de referência.

2.7.3 – O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3 - PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício 2025 e nas respectivas em 2026, destacados no Termo de Referência.

3.1.1 - Outras dotações descritas no termo de referência ou se necessário apostilamento.

3.2 – O objeto será adquirido de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência e outros.

4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital devidamente fundamentado.

4.2 - A impugnação deverá ser enviada EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma **WWW.BLL.ORG.BR**, por meio do sítio <http://www.bll.org.br>.

4.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

4.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, em campo próprio da plataforma da BLL, por meio do sítio [http://www. **WWW.BLL.ORG.BR**](http://www.WWW.BLL.ORG.BR).

4.6 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7 - A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma da BLL, por meio do sítio [http://www. **WWW.BLL.ORG.BR**](http://www.WWW.BLL.ORG.BR)

5.2 - Vedações. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº





14.133/2021, pessoa jurídica em consórcio poderá participar de licitação, observadas as normas do Artigo 15 da lei 14.133/2021.

5.3 - A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.4 - O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6 - CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

6.1 - Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma da BLL, por meio do sítio [http://www. WWW.BLL.ORG.BR](http://www.WWW.BLL.ORG.BR)

6.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3 - Os interessados em se credenciar na plataforma BLL poderão obter maiores informações na página [http://www. WWW.BLL.ORG.BR](http://www.WWW.BLL.ORG.BR) dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, 3097-4646 ou 3148-9870, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões.

6.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Rio das Antas/SC responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 - O credenciamento junto à plataforma da BLL implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

6.7 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.8 - A licitação será conduzida pelo Pregoeiro do Município de Rio das Antas/SC, com apoio técnico e operacional da plataforma BLL, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6.9 - INCUMBIRÁ À LICITANTE ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZANDO-SE PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS EMITIDAS PELO PREGOEIRO, PELO SISTEMA, OU DE SUA DESCONEXÃO.

7 - BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

7.1 - As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº





123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes e **deverão anexar documento comprobatório* na plataforma do pregão eletrônico (BLL), para fazer valer seu direito, junto com a documentação de Habilitação.** Se por algum motivo não for anexado e na plataforma estiver marcado como tal, o pregoeiro solicitará por diligência.

* **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante** onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa ou documento equivalente na forma da lei.

7.1.1 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

7.1.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.3 - A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, observando se neste caso, a possibilidade de diligência para averiguação se a empresa possui outros contratos em andamento.

7.1.4 - A Certidão da Junta Comercial ou Certificado deverão estar ATUALIZADOS, ou seja, emitidos a menos de 180 (cento e oitenta) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

7.1.5 - Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

7.2 - Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais e houver proposta de microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada, **na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, assim, proceder-se-á da seguinte forma:**

7.3 - A microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação;

7.4 - Não sendo vencedora a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais melhor classificada, na forma da sub condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição,





o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.6 - A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8 - PROPOSTA

8.1 - Os proponentes encaminharão, EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação (pós licitação) exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 - Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor igual ou inferior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal;

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço.

9.2 - O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

9.3 - O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos no início deste edital, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

9.4 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

9.5 - Após a fase de lances e definidos os habilitados e vencedores a PROPOSTA ATUALIZADA do proponente VENCEDOR e deverá ser enviada conforme solicitação do pregoeiro e deverá ser anexada na "ABA" documentos complementares ou outros documentos.

9.6 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com a plataforma utilizada e deverá conter;

9.6.1 - A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;





9.6.2 - O preço unitário e os preços totais cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

9.6.2.1 - As propostas iniciais NÃO deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Termo de Referência. FAVOR REVISAR O VALOR DA PROPOSTA A SER APRESENTADA NO SISTEMA. Caso a empresa cotar acima do estimado não será motivo para desclassificação, exceto se no final dos lances, se observar valor acima do estimado, aí será analisado pelo Pregoeiro.

9.6.3 - A identificação da marca e do modelo do objeto ofertado no caso de serviço (próprio);

9.6.4 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

9.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.8 - Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

9.9 - Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

9.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação ou sem emissão da ata, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.12 - A abertura da sessão pública ocorrerá na data e nos horários indicados no preâmbulo deste edital, na PLATAFORMA DA BLL.

9.13 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.14 - Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

9.15 - Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

9.16 - Será adotado para o envio de lances o **MODO DE DISPUTA ABERTO**:

a) – O sistema permanecerá aberto para disputa (lances), durante 10 (dez) minutos para lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

a-1) - A etapa de lances da sessão pública será no modo de DISPUTA ABERTO, durante 10 minutos serão dados lances livres (se do 8º ao 10º minuto não se registrar lance o sistema encerrará a fase de lances). Após os 10 minutos iniciais o sistema aceitará lances desde que feitos dentro do





período de 2 minutos assim a etapa será automaticamente prorrogada por mais 2 minutos e assim sucessivamente, quando não houver novo lance, passados os 2 minutos últimos, o sistema encerrará a disputa.

b) - A prorrogação automática será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) - Não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) - Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) - **Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, identificando o erro de digitação o proponente poderá retificá-lo em até 15 (quinze) segundos, após este tempo somente mediante solicitação ao pregoeiro, via mensagem, em aba própria em tempo hábil;**

f) - Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível, exceto se retificado pelo próprio proponente;

g) - Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.17 - No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.bll.org.br>.

10 – DOS IMPEDIMENTOS

10.1 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/) ou;

II - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ou;

III - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU

10.2 - A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

10.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação e o proponente será responsabilizado pelo ato.

11 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS





11.1 - Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital;

VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

11.2 - A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

12 - EMPATE

12.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021).

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

I.A - Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o sistema aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço.

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

12.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Nos termos art. 5º, do Decreto federal nº 11.430, de 8 de março de 2023, são ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho:

I - Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.





Para fins da presente licitação, a comprovação do desenvolvimento de ações de que trata o ITEM.

12.3 - Dar-se-á por meio de declaração expressa do licitante de que desenvolve referidas ações.

12.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.5 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13 - NEGOCIAÇÃO

13.1 - Encerrada a etapa de lances da Sessão pública, o pregoeiro PODERÁ negociar condições ainda mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

14 - VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Lei nº 14.133/2021, art. 63, II)

14.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o DETENTOR DA MELHOR OFERTA **DEVERÁ ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, de forma digital, via sistema – Plataforma Eletrônica, onde ocorreu a sessão no **PRAZO DE ATÉ 02 (DUAS) HORAS**. O prazo inicia após o comando do Pregoeiro, liberando o sistema para que o proponente possa anexar a documentação em suas respectivas “ABAS”.

14.1.2 - Durante o tempo de envio da documentação o proponente poderá alterar, substituir ou acrescentar documentos para a sua efetiva habilitação. Findando este prazo não será mais possível a apresentação dos documentos para efetivar a sua habilitação e o mesmo será inabilitado. Salvo situação prevista nos itens subsequentes.

14.1.2.1 - Se por algum motivo, devidamente comprovado (exceção), o proponente não conseguir anexar a documentação na plataforma e enviar por e-mail, até o prazo final estabelecido, o pregoeiro poderá estabelecer novo prazo para a devida adequação, restringindo apenas à documentação enviada no e-mail. Alegação de perda de prazo ou desconhecimento do sistema não será conhecido.

14.1.3 - Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o mesmo será inabilitado e o Pregoeiro e equipe examinarão a documentação do proponente subsequente, concedendo-lhe o mesmo prazo para apresentação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente.

14.1.3.1 – O proponente vencedor inicial, sendo optante dos benefícios da lei complementar 123/06 e sendo constatado alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, será notificado pelo pregoeiro para a regularização. **Neste momento o processo será suspenso e será concedido prazo para regularização da documentação, e somente após superado este prazo se verificará a documentação da empresa subsequente na classificação**, caso o primeiro continue com restrição





ou a inabilitação não seja em decorrência da documentação passível de regularização ou de diligência, nesse momento se verificará a documentação da empresa subsequente.

14.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o cumprimento das condições de Habilitação solicitado no item 14.10 deste.

14.3 - Encerrado o julgamento das propostas, será feita a análise da documentação para HABILITAÇÃO.

14.3.1 – Neste momento, (anterior a conferência da documentação de habilitação), o pregoeiro certificará através de consulta aos sites oficiais, se o Proponente vencedor provisório não está IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (sanção aplicada para todas as esferas de governo ou no Município de Rio das Antas). Em caso de participação estando impedido, será desclassificado do presente processo e será comunicado à Assessoria Jurídica para providências.

14.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado imediatamente via sistema, para adequação, respeitando o tempo determinado em cada processo, e encaminhá-los na plataforma, em formato digital sob pena de inabilitação.

14.4.1 – Encontrando dificuldade no envio da documentação complementar para adequação, o proponente deverá entrar em contato com o suporte da plataforma para auxílio.

14.5 - O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.6 - Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

14.7 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial PARTICIPANTE DO PROCESSO, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.8 - Em se tratando de licitante microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, DESDE QUE CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 7.1.2 e 15.2 do edital havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

14.9 - A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.10 - HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA HABILITAÇÃO)

A – CONTRATO SOCIAL com alterações ou consolidado, dentro das normas legais, com OBJETO SOCIAL COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO.

B - Comprovante de Inscrição no cadastro nacional de pessoa Jurídica – CNPJ;





C - Comprovante de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005);

D - Certidão de regularidade com a **Fazenda Estadual**;

E - Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante;

F - Certidão Negativa do **FGTS**, comprovando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

G - Certidão Negativa de **DEBITOS Trabalhistas**;

H - Certidão Negativa de **Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida no local da sede da licitante ou certidão negativa de recuperação judicial, desde que a empresa apresente certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão Plenário 1201/2020, rel. Min. Vidal do Rêgo). No caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de 90 (noventa) dias.

I - **ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EMPRESA**, dentro do período de vigência;

J - Prova de **REGISTRO DA EMPRESA** licitante **E DE SEU (S) RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO (s)**, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da jurisdição da empresa licitante, com habilitação para si e seu (s) responsável (is), com atribuição para execução de serviços semelhantes ao objeto deste Edital;

J.1 - O VÍNCULO DO PROFISSIONAL COM A EMPRESA deverá ser comprovado através de registro profissional na carteira de trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa ou através de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços, se o profissional for sócio a empresa o vínculo fica dispensado;

K - **LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LO)** expedidas pelo órgão competente, que contemple a **COLETA E TRANSPORTE** de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente;

K.1 - Caso a proponente esteja localizada em outro Estado, deverá apresentar Autorização para Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, concedida pelo IBAMA;

L - **LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LO)** expedidas pelo órgão competente, que contemple o TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE POR AUTOCLAVAGEM ou outro método que o substitua, em nome da proponente, conforme RDC-ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente;

M - **LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LO)** expedidas pelo órgão competente, que contemple o TRATAMENTO, ATRAVÉS DE INCINERAÇÃO, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC-ANVISA nº 222/2018;

N - **LICENÇAS DE OPERAÇÃO (LO)** expedidas pelo órgão competente, que contemple a DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS de serviço de saúde;

O – **PPRA** - Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);





P - CADASTRO TÉCNICO FEDERAL expedido pelo IBAMA, em nome da proponente. Obs.: Em razão da complexidade tecnológica e o disposto na RDC Anvisa 222/2018 que dispõe “que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final”, com exceção da LO relativa à destinação final do RSS, todas as demais licenças ambientais de operação devem ser apresentadas em nome da proponente;

Q – Atestados de Capacidade Técnica, apresentar no mínimo 1 (um) atestado fornecido por **PESSOA JURÍDICA** de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove **que a empresa** já prestou serviço com objeto semelhante* ou idêntico de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, o atestado de capacidade técnica deverá ser apresentado em nome da **matriz ou da filial (participante do processo)**, e poderá ser prestado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social;

***Semelhante:** Se houver dúvida quanto a descrição se é semelhante ou não, a comissão de licitação poderá solicitar apoio da equipe técnica da Secretaria de Administração, no ato ou pós licitação, neste caso a deliberação quanto a habilitação será posterior, somente para esta situação.

R – DECLARAÇÕES, apresentando as seguintes informações, modelo anexo III:

- a) – **CONHECIMENTO DO EDITAL:** Tomei conhecimento de todas as cláusulas e condições do presente Edital.
- b) **FATO IMPEDITIVO:** A empresa sob minha responsabilidade não possui quaisquer fato impeditivo para minha habilitação e que a mesma NÃO foi declarada INIDÔNEA por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública nas esferas Federal, Estadual e do Município de Rio das Antas/SC ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- c) – **NEPOTISMO:** Nenhum dos sócios administradores ocupam cargo político.
- d) – **MENOR:** Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) **LGPD:** Minha empresa está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- f) **ECONÔMICAS:** Posso condições econômicas para suprir a necessidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 69, § 1º da Lei nº 14.133/2021), bem como demais exigências legais.

OBS.1: - Serão Aceitas certidões NEGATIVAS de débitos e POSITIVAS, quando estas tiverem efeito de negativas e **deverão estar válidas no ato da sessão.**

OBS.2: – A documentação de HABILITAÇÃO da letra “A” a “R” deverá ser anexada no sistema da BLL em suas respectivas “abas”, onde o pregoeiro irá imprimir e anexar ao processo físico, se por algum motivo não estiver disponível a “ABA” própria o documento poderá ser anexado na “ABA” outros documentos.





OBS.3: Não será aceito declarações solicitadas por outros Municípios (**restringam-se a nossa solicitação**).

OBS.4: A não apresentação dos documentos relacionados da letra “A a R” o proponente será **inabilitado**, exceto condições especiais estabelecidas em lei ou situações de mera formalidade, cujo os dados fornecidos possam ser comparados e que constem em outro documento entregue.

15 - DECLARAÇÕES (Município de Rio das Antas)

15.1 - A proponente deverá **DECLARAR EM FOLHA ÚNICA**, contendo as informações conforme solicitação e modelo, conforme modelo Anexo III.

16 - DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DOS RECURSOS

16.1 – Ao ato de HABILITAÇÃO ou INABILITAÇÃO de licitantes caberá a **manifestação de intenção de recorrer** da decisão que deverá ser provocada em até **30 (trinta) minutos**, após o comando do pregoeiro, devidamente instruído.

I – DO RECURSO: Cabe recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021), mediante provocação, conforme item anterior, nos seguintes casos:

I - Julgamento da documentação / propostas;

III - Anulação ou revogação da licitação;

IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

16.2 - Declarado o vencedor e após a análise da documentação de habilitação, qualquer licitante poderá, DE FORMA IMEDIATA, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer da decisão no prazo de 30 (trinta) minutos, devidamente instruído pelo pregoeiro do início do tempo.

16.3 - A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizada a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

16.4 - Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5 - Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.6 - As razões do recurso e contrarrazões serão recebidas **EXCLUSIVAMENTE** por meio de campo próprio na plataforma de disputa – BLL.

16.7 - Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informando a autoridade superior o Pregoeiro, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.8 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





16.9 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.10 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

17 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

17.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.4 - Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.5 - A anulação do processo licitatório induz à do contrato.

17.6 - Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

18 – CONTRATO

18.1 - REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1 - O contrato observará as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado;

II - Será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original, com objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor;

III - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município, bem como ficará disponibilizado no sistema informatizado da municipalidade;

IV - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

18.1.1.1 - Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.





18.1.1.2 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.1.1.3 - O anexo que trata o inciso II do tópico 18.1.1 será preenchido com a informação dos licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame e daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.1.2 - O prazo de vigência do contrato será inicialmente de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.1.3 - O proponente mais bem classificado quando convocado para assinar o contrato, o qual deverá fazê-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.

18.1.3.1 - É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.1.3.2 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do tópico anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

I - Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar a ata nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.1.4 - A existência de preços ofertados implicará compromisso de execução de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.1.4.1 - A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar ata dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.4.2 - O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme o art. 82, III da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.3 - O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente do contrato, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.1.5 - O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.5.1 - O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos).

18.1.5.3 - Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.





18.1.6 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

18.1.6.1 - A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.

18.1.6.2 - O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

18.1.7 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

I - O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.1.8 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

III - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.9 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor;

III - Descumprir as condições do contrato;

IV - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;

V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

VI - Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

VII - For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.





18.1.9.1 - O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho da autoridade superior, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.1.10 - É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem ao contrato gerenciado por este Município.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 - O recebimento do objeto será efetivado por profissionais designados.

19.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do edital, documento de formalização da demanda, termo de referência e estudo técnico preliminar.

20 - PAGAMENTO

20.1 - Após o a execução do serviço (mensal), o Município autorizará a licitante/contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento, endereçando-a ao MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC, CNPJ: (conforme entidade), localizada no endereço Rua o Comércio, 780, Centro, Rio das Antas/SC – CEP: 89.550-000, e-mail compras@riodasantas.sc.gov.br

20.2 - O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

20.3 - **A Nota Fiscal deverá ser emitida com o IR - Imposto de Renda retido na fonte**, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

20.4 - Se durante a execução do contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a licitante/contratada deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

20.5 - O Município poderá sustar o (s) pagamento (s) de qualquer parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o Município na execução deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

21 - PENALIDADES

21.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 - Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas: I – Advertência;

II - Multa conforme Termo de Referência;

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

21.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4 - Para aplicação das sanções:

I – Do inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II – dos incisos III e IV do item 21.1:

a) - Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) - O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;





d) - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) - A sanção prevista no inciso IV do item 21.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal;

f) - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

I) - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este ITEM;

II) - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III) - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.6 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 - A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

21.10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2.

21.11 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, exigidos, cumulativamente.

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;





III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

21.12.1 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1 - A fiscalização e gestão do contrato será realizada por meio do servidor do Município: "designado", o qual realizará a conferência e acompanhamento do recebimento do objeto.

22.1.1 - Caberá ao fiscal da contratação, verificar se a qualidade do objeto da presente licitação se atende a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

22.1.2 - O fiscal do contrato anotarás todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

22.1.3 - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

22.1.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - É facultado a pregoeiro ou a Prefeita Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.2 - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

23.3 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Rio das Antas/SC, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso Municipal.

23.4 - Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:





- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
- II - Página do Município <https://riodasantas.sc.gov.br/transparencia/licitacoes/>
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM;
- IV - Plataforma <http://www.bll.org.br>
- V – Mural Público.

23.5 - São anexos deste edital:

ANEXO I - TR - Termo de Referência, em anexo a este edital

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar – ETP. – Disponível no site.

ANEXO III - Minuta do Contrato, constante neste edital.

ANEXO IV - Modelo Declaração solicitada pelo Município de Rio das Antas, constante neste edital.

ANEXO V - Modelo da proposta, para apresentação pós disputa (Proposta readequada).

ANEXO VI - Outros documentos que compõem o processo, disponíveis no site. Link para acesso aos anexos: <https://riodasantas.sc.gov.br/licitacao/pregao-eletronico-0002-2025-fms/>

23.6 - Caso haja divergência entre as condições do presente edital e o Termo de Referência, prevalecerá as condições do Termo de Referência.

23.7 - As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Caçador/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio das Antas/SC, 27 de Novembro de 2025.

Gilvane Aparecida de Moraes
Prefeita Municipal

ANEXO I - TR - Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

Normas aplicáveis:

- ✓ Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021
- ✓ Decreto Municipal 045/2023

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Definição do objeto:

1.1.1. Contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento (esterilização em autoclave) e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RRS, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução n.º 358/2005 do CONAMA, RDC n.º 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e Unidade de Saúde de Ipoméia. Detalhamento do Objeto:





ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de empresa apta a coleta, transporte, tratamento (esterilização em autoclave) e destinação final de resíduos de serviço de saúde - RRS, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e na Unidade de Saúde de Ipoméia.	Quilo	4.200	14,47	60.774,00

1.2. Natureza do Objeto:

1.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa descrita no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O quantitativo mencionado acima é estimado com base na demanda, não gerando obrigação da Contratante de execução total durante a vigência do contrato. O quantitativo foi definido apenas para limitar e dimensionar a proposta dos licitantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. O objeto deste Termo de Referência fundamenta-se no inciso I do Art. 42, Art. 101, Decreto nº 045/2023 de 05 de Maio de 2023, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

2.2. A Política Nacional de Resíduos Sólidos lei nº 12.305/2010, estabelece ao gestor público a responsabilidade pela gestão de todos os tipos de resíduos gerados dentro da área geográfica do município, cabendo-lhe aplicar as legislações pertinentes. Os resíduos de serviços de saúde, em razão de seu potencial patogênico, propagador de doenças e contaminações, mereceram a edição de normas específicas quanto ao seu manejo, da produção a disposição final, por parte da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

2.3. Através da Resolução RDC Nº 222/2018 ANVISA (Dispõe sobre o regulamento técnico para o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde), a ANVISA concentra sua regulação na responsabilidade dos geradores no controle dos processos de segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final. Estabelece procedimentos operacionais em função dos riscos envolvidos e concentra seu controle na inspeção dos serviços de saúde.

2.4. Por sua vez a Resolução nº358/05 (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências) do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, trata do gerenciamento sob o prisma da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Promove a competência aos órgãos ambientais estaduais e municipais para estabelecerem critérios para o licenciamento ambiental dos sistemas de tratamento e disposição final dos RSS.

2.5. A ANVISA e o CONAMA definem a conduta dos diferentes agentes da cadeia de responsabilidades pelos resíduos de saúde. Refletem um processo de mudança de paradigma no trato dos RSS, fundamentada na análise dos riscos envolvidos, em que a prevenção passa a ser eixo





principal e o tratamento é visto como uma alternativa para dar destinação adequada aos resíduos com potencial de contaminação. Com isso, exigem que os resíduos recebam manejo específico, desde a sua geração até a disposição final, definindo competências e responsabilidades para tal.

2.6. A lei 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, veio consolidar a posição da ANVISA e do CONAMA estabelecendo ao gerador de resíduos de serviços de saúde, seja pessoa física ou jurídica, pública ou privada, a responsabilidade pelo seu gerenciamento desde a geração até a disposição final, podendo para sua efetiva realização, contratar empresa especializada no ramo.

2.7. A preocupação com a questão ambiental torna o gerenciamento de resíduos um processo de extrema importância na preservação da qualidade da saúde e do meio ambiente.

2.8. O processo de segregação dos diferentes tipos de resíduos em sua fonte e no momento de sua geração conduz certamente à minimização de resíduos, em especial àqueles que requerem um tratamento prévio à disposição final – os RSS.

2.9. Nos resíduos onde predominam os riscos biológicos deve-se considerar o conceito de cadeia de transmissibilidade de doenças, que envolve características do agente agressor, tais como capacidade de sobrevivência, virulência, concentração e resistência, da porta de entrada do agente às condições de defesas naturais do receptor

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos Estudos Técnicos Preliminares, nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, bem como Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União e no site da AGU.

Da Subcontratação:

4.2. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

Da Garantia da Contratação:

4.4. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

São requisitos básicos para a contratação do objeto que a empresa:

4.5. Execução do objeto dentro dos prazos e em consonância ao acordo de nível de serviço estabelecido;

4.6. Proponha soluções baseadas nas necessidades da CONTRATANTE e nas melhores práticas de mercado e de acordo com as disposições legais;

4.7. Todos esses requisitos têm como objetivo a execução do objeto com qualidade preestabelecida e dentro do prazo acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

4.8. Realizar as coletas dos resíduos e insumos hospitalares de acordo com as especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.

4.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.

4.10. Realizar as coletas, apenas mediante a autorização do RESPONSÁVEL, por meio da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO emitida pelo Setor de Compras da Secretaria de Saúde, sob





pena de rescisão.

- 4.11. Dar atendimento adequado e prestar as informações devidas ao Responsável do Município de Rio das Antas sobre o objeto de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- 4.12. Encaminhar para o (a) Secretaria Solicitante as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 4.13. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários.
- 4.14. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Edital.

Requisitos de execução/fornecimento do objeto:

- 4.15. O fornecimento do serviço, somente poderá ser efetuado mediante a apresentação de requisição específica (AF - autorização de fornecimento), em uma via, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura e Fundos de Rio das Antas/SC, na qual deverá conter especificação detalhadas do Serviço a ser realizado.
- 4.16. A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade de todos os serviços fornecidos, que deverão estar sempre dentro dos padrões e normas que regem o setor. Caso não ofereçam a qualidade exigida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, serão rejeitados, arcando a EMPRESA CONTRATADA com todas as despesas / ônus do fato.
- 4.17. As quantidades e os valores estimativos deste processo visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial, sendo que os valores estimados para este processo e seus quantitativos não constituem, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de aquisição de materiais a serem requisitados.
- 4.18. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1. DO ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS NOS PONTOS GERADORES

5.1.1. A geração, segregação dos resíduos, forma de acondicionamento e instalações do abrigo temporário são atividades que se referem a fase interna do manejo dos RSS e, portanto, de responsabilidade exclusiva do gerador devendo ser observado o previsto no PGRSS – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde de cada estabelecimento gerador, apresentado à Vigilância Sanitária Municipal.

5.1.2. Para a segregação os estabelecimentos devem utilizar a classificação dos resíduos dos serviços de saúde estabelecida no Anexo I da Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2.005 e na Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA.

5.1.3. As embalagens a serem utilizadas pelos estabelecimentos geradores, para os resíduos segregados, são compostas de sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. As embalagens devem atender as normas estabelecidas pelas NBRs 7.500, 9.191 e 13.853, sendo identificadas por simbologia, cor do saco de lixo, bem como a capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível a geração diária de cada grupo de resíduos.

5.1.4. Caso o estabelecimento não faça o acondicionamento dos Resíduos de Serviços de Saúde na forma estabelecida nas normas regulamentadoras do CONAMA e ANVISA acima indicadas, não será realizada a coleta dos resíduos gerados, cabendo a empresa CONTRATADA comunicar a CONTRATANTE sobre as irregularidades ocorridas.





5.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar containeres hermeticamente fechados do tipo bombonas ou outro similar contendo refil tecnicamente adequados aos resíduos. Os containeres serão disponibilizados para as unidades geradoras de serviços de saúde, de acordo com a demanda de geração e periodicidade de coleta em cada estabelecimento, ato no qual os refis serão coletados e substituídos.

5.1.6. É de responsabilidade de cada estabelecimento gerador que haja área temporária de armazenamento dos resíduos e com espaço suficiente para colocação dos containeres a serem fornecidos pela CONTRATADA. A área temporária deve atender as normas da ANVISA.

5.2. DA COLETA E TRANSPORTE

5.2.1. A coleta consiste na remoção dos RSS do abrigo temporário de resíduos do estabelecimento gerador até a unidade de tratamento da contratada, de acordo com a periodicidade de coleta, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.

5.2.2. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT.

5.2.3. A contratada deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos resíduos, responsabilizando-se pelo seu acondicionamento após a saída dos estabelecimentos geradores localizados na cidade de Rio das Antas/SC, bem como a segurança de seus próprios empregados.

5.2.4. No ato da coleta a contratada deverá emitir Ficha/Manifesto de Carga, assinada pelo fiscal ou responsável pelo estabelecimento gerador, informando pesagem dos resíduos, o dia e horário da realização do serviço.

5.3. DOS VEÍCULOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS

5.3.1. Os veículos devem possuir CIV – Certificado de Inspeção Veicular e o CIPP – Certificado de Inspeção de Produtos Perigosos emitidos pelo INMETRO para transporte e coleta de resíduos perigosos classe I, de acordo com as exigências das normas vigentes.

5.3.2. A licitante deve possuir Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, tendo relacionado todos os veículos colocados a disposição da prestação dos serviços.

5.3.3. A licitante deve possuir responsável técnico com Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental emitido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

5.3.4. Os veículos devem possuir compartimento de carga estanque, isolado da cabine do condutor, e ser provido de carroceria revestida internamente com material de superfície lisa, de cantos arredondados, impermeável, lavável e apresentar capacidade mínima de metros cúbicos.

5.3.5. A descarga dos resíduos de serviços de saúde deverá ser efetuada diretamente em local licenciado para tratamento dos resíduos dos Grupos A e E e de transbordo para resíduos do Grupo B e subgrupos.

5.3.6. Em caso de acidente de pequenas proporções, a própria equipe encarregada da coleta externa deve retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso dos EPI's e EPC's adequados. Em caso de acidente de grandes proporções, a empresa e/ou administração responsável pela execução da coleta externa deve notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e de saúde pública.

5.3.7. Ao final de cada turno de trabalho, o veículo coletor deve sofrer limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso de jato de água, preferencialmente quente e sob pressão. Esses veículos não podem ser lavados em postos de abastecimentos comuns.





5.3.8. O método de desinfecção do veículo deve ser alvo de avaliação por parte do órgão que licencia o veículo coletor.

5.4. DO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS

5.4.1. O sistema de esterilização por autoclaves, específicas para tratamento de resíduos perigosos, são licenciados para tratar resíduos de serviços de saúde dos Grupos "A" e "E", que representam 92% do volume de resíduos que necessitam de tratamento e apresenta eficiente margem de biossegurança no controle das infecções. Neste método a exposição direta ao vapor saturado de água, com a temperatura, pressão e tempo adequados, destrói todas as formas microbianas de vida, incluindo os vírus, alcançando o resultado determinado pelas Resoluções RDC 222/2018 da ANVISA e 358/2005 do CONAMA, qual seja de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de Inativação Microbiana.

5.4.2. Mensalmente, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico informando o volume total tratado e disposto.

5.5. DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS TRATADOS

5.5.1. A empresa CONTRATADA deve dispor a favor da CONTRATANTE, de Aterro Sanitário e Industrial, licenciado para disposição final dos resíduos tratados, devendo comprovar o direito de utilização do mesmo, através de carta anuência emitida a seu favor.

5.5.2. Mensalmente a CONTRATADA deverá emitir Certificado de Tratamento e Disposição Final, informando os grupos e o total de resíduos que receberam a gestão completa.

5.6. DO PESSOAL DA CONTRATADA

5.6.1. É de competência da licitante a admissão de motoristas, coletores e demais operários necessários ao desempenho do serviço, correndo por sua conta os encargos sociais, seguros, uniformes, EPI (s) e demais exigências das leis trabalhistas;

5.6.2. A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 20 dias úteis após o início dos serviços a relação de funcionários que irão atuar na prestação dos serviços com a comprovação de capacitação e treinamento dos mesmos de acordo com a RDC 222/2018 em seu Capítulo V – Da Segurança Ocupacional e da Resolução Nº 316 de 29 de outubro de 2002.

5.6.3. Deverá disponibilizar de mão de obra própria para as operações de carga, devidamente equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários.

5.6.4. Deverá manter programa de capacitação e educação continuada para todo o pessoal envolvido com a coleta contemplando os seguintes itens: classificação dos resíduos e potencial de riscos dos mesmos, conhecimento da legislação ambiental e de vigilância sanitária relativas aos resíduos, conhecimento das tarefas e responsabilidades, conhecimento sobre os veículos de coleta, orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), orientações de biossegurança (biológica, química), orientações quanto à higiene pessoal e dos ambientes, providências a serem tomadas em caso de acidentes e de situações emergenciais.

5.7. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

5.7.1. O veículo destinado ao transporte e o equipamento para tratamento dos resíduos dos serviços de saúde, objeto deste instrumento deverão ser adequados, suficientes e no mínimo respeitando as seguintes condições:

- a) Veículo de transporte: caminhão tipo furgão apropriado para o transporte de resíduos infectantes, equipado em conformidade com as Normas ABNT NBR 13221 e NBR 14652;
- b) Equipamento para tratamento dos resíduos dos serviços de saúde, devidamente licenciado junto aos órgãos ambientais do Estado de Santa Catarina, com capacidade para o tratamento dos





resíduos dos serviços de saúde do município em conformidade com os regulamentos descritos neste instrumento;

- c) Os veículos devem trazer, além das placas regulamentares, identificação da Contratada e telefone para reclamações, na forma estabelecida pela Prefeitura;
- d) Os veículos e equipamentos deverão apresentar dimensionamento que permitam a devida manutenção, preservando as condições iniciais propostas pela licitante;
- e) A Prefeitura pode a qualquer momento exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado ou não atenda as exigências e normas relativas aos serviços objeto deste edital;
- f) A Contratada deve manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento. Esta exigência estende-se também, às unidades reservas, constituindo-se obrigação contratual a sua limpeza e manutenção de sua pintura em bom estado.

5.8. INSTALAÇÕES

5.8.1. A Contratada deverá dispor de instalações apropriadas e licenciadas junto aos órgãos ambientais do Estado de Santa Catarina, de forma a garantir a perfeita execução dos serviços objeto deste instrumento;

5.8.2. A licitante deverá apresentar declaração formal de disponibilidade de instalações que permitam iniciar os serviços assim que for emitida a Ordem de Serviço pela Prefeitura.

5.9. LOCAIS DE COLETA

Local	Endereço
Posto de Saúde de Rio das Antas	Rua Jacob Willibaldo Hartmann, s/nº, Centro, Rio das Antas
Posto de Saúde de Ipoméia	Rua Dona Elizabeth, s/nº, Distrito de Ipoméia, Rio das Antas

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput)

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).





6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa, serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Fiscalização

6.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administra/vo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham jus/ficado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (art. 6º inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).





- 7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento final do objeto, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9. A fiscalização não efetuará o ateste do recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.13. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos objetos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e dimensionado pela fiscalização;
- 7.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de compras para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





- 7.24.1. O prazo de validade;
 - 7.24.2. A data da emissão
 - 7.24.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.24.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.24.5. O valor a pagar; e
 - 7.24.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contrato não regularize sua situação;

Do pagamento

- 7.32. O pagamento será feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal, podendo ser exigida a Certidão de Regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições deste edital.
- 7.33. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos, quando exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 7.34. O pagamento ficará condicionado à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente e ao recebimento definitivo do objeto do contrato pelo seu fiscal.
- 7.35. O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.
- 7.36. O pagamento devido ao Contratado restringe-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados (mão de obra), devendo ser descontados valores correspondentes a serviços não prestados, ainda que constantes em nota fiscal emitida pelo Contratado.
- 7.37. Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas do edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.





Forma de pagamento

7.38. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.39. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.40. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.41. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.42. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do **REGISTRO DE PREÇOS**.

Da Habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

8.3. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Prova de registro da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da jurisdição da empresa licitante, com habilitação para si e seu (s) responsável (is), com atribuição para execução de serviços semelhantes ao objeto deste Edital;

b) O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado através de registro profissional na carteira de trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa ou através de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços;

c) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente;

d) Caso a proponente esteja localizada em outro Estado, deverá apresentar Autorização para Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, concedida pelo IBAMA;

e) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem ou outro método que o substitua, em nome da proponente, conforme RDC-ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente;

f) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento, através de incineração, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC-ANVISA nº 222/2018;

g) Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a destinação final de resíduos de serviço de saúde;

h) Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

i) Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA, em nome da proponente. Obs.: Em razão da





complexidade tecnológica e o disposto na RDC Anvisa 222/2018 que dispõe “que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final”, com exceção da LO relativa à destinação final do RSS, todas as demais licenças ambientais de operação devem ser apresentadas em nome da proponente;

j) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.4.1. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias para o cumprimento das obrigações e do objeto da licitação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 60.774,00 (Sessenta mil setecentos e setenta e quatro reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’, da Lei n. 14.133/2021)

10.1. As despesas atinentes a este processo correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente conforme anexo “Parecer Contábil”.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Cabe ao MUNICÍPIO, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados.

11.2. A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

11.3. Será Designado o Fiscal nos termos do DFD (documento de formalização de Demanda) em anexo, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a servidor ISRAEL MONTEIRO

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à Contratada:

12.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

12.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

12.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

12.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

12.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

12.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;





- 12.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 12.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 12.10. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;
- 12.11. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.12. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;
- 12.13. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;
- 12.14. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;
- 12.15. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;
- 12.16. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;
- 12.17. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;
- 12.18. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 12.19. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 12.20. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- 12.21. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;
- 12.22. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;
- 12.23. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;
- 12.24. Abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
- 12.25. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 12.26. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 12.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.28. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;





12.29. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.30. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.31. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.32. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.33. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.34. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.35. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.37. A empresa contratada deverá encaminhar ao Departamento de Compras no endereço eletrônico planeja@riodasantas.sc.gov.br, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes

documentos: a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional); b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, sendo da sede da proponente; d) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão, nos termos da Lei federal nº. 12.440/2011; f) Certidão (ões) de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade, devendo ser apresentada tanto no Sistema E-SAJ quanto no Sistema E-Proc, considerando a implantação do Sistema no Poder Judiciário no Estado de Santa Catarina; Quando for o caso.

12.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.40. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.





12.41. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.42. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.43. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.44. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.45. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.46. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.47. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 107 da Lei 14.133/2021;

12.49. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.50. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1. Efetuar o pagamento, nos prazos e condições definidos no edital e seus anexos.

13.2. Fornecer a contratada todas as informações necessárias, com esclarecimento de eventuais dúvidas.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O registro de preços observará as regras constantes no Decreto Municipal nº 0045/2023, e entre outras, as seguintes condições:

14.1.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.1.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no PNCP e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

14.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.





14.1.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

14.2. A ata de Registro de Preços será encaminhada no e-mail fornecido pelo licitante vencedor na proposta readequada e deverá ser devolvida assinada pelo licitante, também por e-mail, com assinatura digital.

14.3. As empresas adjudicatárias deverão assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail.

14.4. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, aplicando-se o disposto na Lei 14.133/21 e outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.5. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14.6. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) denominadas DETENTORA(S) DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações previstas neste edital e na proposta apresentada.

14.7. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações em virtude de eventual redução nos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados.

14.8. Caso os preços inicialmente registrados tornarem-se superiores aos praticados no mercado, a Prefeitura deverá convocar o fornecedor para adequar seus preços e, não obtendo sucesso, liberá-lo do compromisso assumido, podendo neste caso, convocar os demais fornecedores para igual oportunidade.

14.9. A existência do Registro de Preços não obriga a Prefeitura a realizar as contratações que dele poderia advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento ou prestação do serviço em igualdade de condições.

15. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do inciso IV do § 5º do art. 82 cda Lei Federal nº 14.133, de 2021 /c art. 105 do Decreto Municipal N° 45/2023.

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- I - For liberado;
- II - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV - Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- V - Não aceitar o preço revisado pela Administração.

16.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I - pelo decurso do prazo de vigência;
- II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;





III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução de obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.1.1. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.2. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a celebração do contrato se dará por meio de EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU EMISSÃO DE TERMO DE CONTRATO.

17.3. Em caso de celebração formal de contrato, o adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

17.4. Em caso de não celebração de contrato formal, a nota de empenho, o substituirá para todos os efeitos legais, vinculando-se os direitos e obrigações previstos no instrumento convocatório.

17.5. A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO será comunicada ao adjudicatário, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (e-mail) disponibilizado em sua proposta, ou mediante a assinatura do termo de contrato, em sendo esse o caso

17.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos, nas condições previamente estabelecidas.

17.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.

18. DAS PRORROGATIVAS DO CONTRATANTE

18.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

18.1.1. Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

18.1.2. Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021;

18.1.3. Fiscalizar-lhe a execução;

18.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

19. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de





descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, bem como pelo sistema de descredenciamento, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I à IX do artigo 137 Lei Federal n. 14.133/2021, observadas as exigências legais.

19.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas nos incisos I à V do § 2º do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

19.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

19.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

19.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

19.7. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

19.8. Na hipótese do inciso II, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

20. DAS PENALIDADES

20.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 30% (trinta por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





- b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até no máximo 3 (três) anos, nos casos previstos no § 4º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- d) declaração de inidoneidade, nos casos previstos no § 5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

20.3. Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

20.4. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação.

20.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente.

21. DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. As demais regras e condições são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Termo de Referência poderão ser esclarecidas por intermédio do correio eletrônico licita@riodasantas.sc.gov.br

22.2. O presente documento segue assinado pelos responsáveis:

Servidor responsável pela Elaboração do Termo de Referência:

Israel Monteiro
Diretor de Departamento de Compras

De acordo:

Lidiane Tomacheuski
Secretária Municipal de Saúde

Aprovo o presente Termo de Referência. Encaminhe-se para as providências cabíveis:

Gilvane Aparecida de Moraes
Prefeita Municipal

ANEXO II - ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR poderá ser obtido no endereço eletrônico:
<https://riodasantas.sc.gov.br/licitacao/pregao-eletronico-0002-2025-fms/>





ANEXO III – MODELO / MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO nº XXX/2025

Pregão Eletrônico nº 0002/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAMO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS E A EMPRESA.....

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, as partes adiante identificadas, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, através do FMS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no paço Municipal, à Rua do Comércio, CEP: 89.550-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.294/0001-23, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Gilvane Aparecida de Moraes, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, situada na xxxxxxxx, na cidade de xxxxxx/XX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, em decorrência de Processo Licitatório nº 0008/2025, Pregão Eletrônico nº 0002/2025 do FMS, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto:

1 **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada na **COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO (ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE) E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RRS**, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e Unidade de Saúde de Ipoméia conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) Especificações Técnicas;
- c) Outros anexos do processo;
- d) Proposta readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O período que for necessário para implantação do sistema, será estendido por simples apostilamento, uma vez que os doze meses de vigência se referem a instalação e operacionalização dos serviços.





2.3. A contratante avaliará anualmente a pertinência, conveniência e oportunidade em renovar ou não o contrato, notificando a Contratada para manifestação de interesse ou informação quanto a não renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal contratual (instalação, assistência técnica, suporte e serviços de manutenção), permitida, no entanto, a contratada optar pela alocação/hospedagem dos seus softwares e aplicativos em qualquer data center de sua livre escolha ou preferência. A estrutura de *data center* poderá ser tanto da própria contratada ou terceirizada.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....), conforme planilha DETALHADA apresentada pela vencedora do certame, anexo a este contrato, e distribuído da seguinte maneira:

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

6.2. O pagamento dos serviços, se dará de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da liberação dos aplicativos/softwares para uso;

6.3. Das Notas Fiscais:

6.3.1 A nota fiscal deverá descrever as seguintes informações:

- a) Valor unitário e valor total do produto/serviço/material;
- b) Número da nota de empenho e do processo de compra;
- c) Dados bancários para depósito;
- d) Prazo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE,





exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondentetão logo seja (m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o (s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer formão possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, parareajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os preços ajustados poderão ser objeto de revisão visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe (reforma tributária) ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem aexecução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no termo contratual, incluindo as customizações, acréscimos e apostilamentos;
- b) Prestar as informações, esclarecimentos e fornecer os dados e arquivos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados, de forma completa e legível ou utilizável;
- c) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, documentar e notificar formalmente à Contratada,a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- d) Documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como conferir todas as intervenções feitasno sistema pela Contratada antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que a Contratante é a proprietária do banco de dados e responsável por todosos parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da Contratada para realização de seusserviços;
- e) Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados e parâmetros nos sistemas em nível de usuário, além de atualizar as fórmulas de cálculo, indicadores, estatística, alíquotas, multas, medidas, padrões, preceitos, critérios, fundamentos, entre outros critérios, quando necessário;
- f) Responsabilizar-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema.
- g) Dispor de equipamentos de informática adequados para uso do sistema e programas locados, bemcomo para treinamento via internet de usuários;





h) Cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento da execução do objeto;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrente de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo, despesas referentes à transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias, dentre outros afins, no atendimento a execução dos serviços descritos neste termo, durante toda a vigência contratual;
- b) Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços;
- c) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação que deu origem a contratação;
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- e) Manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento dos serviços, prestando-lhe(s) as informações necessárias;
- f) Desenvolver todas as atividades constantes no edital e seus anexos, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo em especial TODAS as condições do Termo de Referência;
- g) Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- h) Comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a contratante ou terceiros em função do desempenho de suas atividades, se apurada culpa ou responsabilidade civil, nos termos da legislação, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório;
- j) Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto à CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado;
- k) Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- l) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.3. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);





9.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas decargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas





em Lei.

10.4. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.5. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.6. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, dentro do país, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.6.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.7. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).





d) Multa:

12.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até no máximo 3 (três) anos, nos casos previstos no § 4º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- d) declaração de inidoneidade, nos casos previstos no § 5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.4. Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

12.5. O atraso na execução autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lein. 14.133, de 2021.

12.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021), o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazomáximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8.1 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

12.9.1. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis,





que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12.16. As multas e sanções serão graduadas, nos termos do [art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo a Administração deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.





13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Cod. Reduzido: 224.

Órgão: 10 FMS.

Vínculo: 10020000.

Subelemento: 333903928 .

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO





17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#) referente a prática de transparência ativa da gestão pública.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro de Caçador, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

18.2. A presente minuta será ajustada, conforme a necessidade, para melhor adequação de suas cláusulas a ser assinado ente as partes. Divergência as cláusulas da presente minuta com relação ao Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

E, por estarem justos e acordes, as partes assinam o presente termo, para que possa produzir os seus legaise esperados efeitos.

Município de Rio das Antas (SC), ____ de _____ de 2025.

Gilvane Aparecida de Moraes
Prefeita

CONTRATADO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/11/2025 11:22 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pbf6568942e2964>





ANEXO IV - Modelo da DECLARAÇÃO (Rio das Antas/SC)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2025 - RP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na **COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO (ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE) E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RRS**, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e Unidade de Saúde de Ipoméia conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ CNPJ Nº _____, DECLARA para os devidos fins e em atendimento ao que consta do edital do Processo Licitatório nº 0008/2025 e Pregão Eletrônico nº 0002/2025 da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, QUE:

- a) – **CONHECIMENTO DO EDITAL:** Tomei conhecimento de todas as cláusulas e condições do presente Edital.
- b) **FATO IMPEDITIVO:** A empresa sob minha responsabilidade não possui quaisquer fato impeditivo para minha habilitação e que a mesma NÃO foi declarada INIDÔNEA por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública nas esferas Federal, Estadual e do Município de Rio das Antas/SC ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- c) – **NEPOTISMO:** Nenhum dos sócios administradores ocupam cargo político.
- d) – **MENOR:** Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) **LGPD:** Minha empresa está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- f) **ECONÔMICAS:** Posso condições econômicas para suprir a necessidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Art. 69, § 1º da Lei nº 14.133/2021), bem como demais exigências legais.

Local/ data

Nome
Assinatura

Obs.: A presente declaração deverá preferencialmente estar assinada de forma digital, se assinada sem qualquer autenticação e havendo alguma dúvida, o pregoeiro realizará diligência a fim de certificar a autenticidade”.





ANEXO V - Modelo da proposta, para apresentação pós disputa (Proposta readequada).

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – Proposta readequada

NOME DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

CEP ESTADO: FONE/FAX DA EMPRESA / REPRESENTANTE:

CNPJ Nº. _____

EMAIL. _____

CONTACORRENTE: _____

AGÊNCIA: _____

BANCO: _____

A presente proposta tem como **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada na **COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO (ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE) E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RRS**, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e Unidade de Saúde de Ipoméia conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de empresa apta a coleta, transporte, tratamento (esterilização em autoclave) e destinação final de resíduos de serviço de saúde - RRS, sendo os Grupos A-1 e A-4; B e E de acordo com a resolução nº 358/2005 do CONAMA, RDC nº 222/2018 da ANVISA e ABNT NBR 12808/1993, na Unidade de Saúde de Rio das Antas e na Unidade de Saúde de Ipoméia.	Quilo	4.200	_____	_____

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Declaramos que os produtos/serviços cotados atendem as características mínimas exigidas em Edital, estando ciente das penalidades impostas no caso de inexecução contratual.

Data/Local

Assinatura





CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 224/2023

Termo de contrato que, entre si celebram:

1ª Contratante:

O **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, nesta cidade de Videira/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, Sr. **FABIANO LUIZ MARAFON**, no uso de suas atribuições, de ora diante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**.

2ª Contratada:

CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.522.047/0001-09, com sede na Rodovia Municipal EMC 361, Linha Água Amarela, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.815-899, e-mail: cetrlife@cetrlife.com.br, telefone: 49 3322-3565, neste ato representada pelo Senhor **EVANDRO ROBERTO ROSSET**, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 11/2023 – FMS, datado de 07 de novembro de 2023 e homologado em data de 13 de dezembro de 2023, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I – OBJETO

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1– A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao **MUNICÍPIO DE VIDEIRA A PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE**, conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01	12	Mês	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Saúde , das unidades de saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a coleta deverá ser realizada uma vez por semana nos seguintes locais: ▪ <u>PAM – Posto de Assistência Médica</u> Rua João Contini, 35, São Cristóvão – Videira -SC ▪ <u>PAME 24 horas/UPA</u> Rua Antonio Ferlin, 550. São Cristóvão – Videira -SC ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Amarante</u> Rua Joaquim Amarante, s/n. Bairro Amarante – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Carelli</u> Rua Vereador Gualtierio R. Picolli, s/n. Bairro Carelli – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Cibrazém</u> Rua Castelo Branco, s/n. Bairro Cibrazém – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Cidade Alta</u> Rua Rodolfo Reinaldo Skalee, s/n. Bairro Cidade Alta – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro De Carli</u> Rua Adelina das Neves Bordignon, s/n. Bairro De Carli – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Farroupilha</u> Rua José Bonaldo, s/n. Bairro Farroupilha – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Floresta</u> Rua Bulcão Viana, s/n. Bairro Floresta – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Rio das Pedras</u> Rua Fidêncio Ribeiro Alves, s/n. Bairro Rio das Pedras – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Santa Gema</u> Rua Mato Grosso, s/n. Bairro Santa Gema – Videira -SC. ▪ <u>Posto de Saúde do Bairro Vila Verde</u> Rua Ernesto Lazzaroto, s/n. Bairro Vila Verde – Videira -SC. A quantidade mensal aproximada de lixo hospitalar a ser coletado é de 9m³

1.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira das 08h00min às 17h00min**, nos locais indicados na descrição acima;

1.3 - Os resíduos provenientes de serviços de saúde pública, para a coleta deverão estar acondicionados em recipientes adequados de acordo com as normas técnicas, sendo:

- Embalagem perfuro cortante em caixas (agulhas, lâminas...);
- Embalagem plásticas, em sacos brancos leitosos (gases, luvas, ataduras, algodão...);

1.4 - A separação acontecerá no local de geração do resíduo de acordo com a sua classificação, devendo ser acondicionado em embalagem correta devidamente segregado conforme item anterior.



1.5 - Os profissionais que irão realizar a coleta dos resíduos dos serviços de saúde deverão fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPI), conforme NBR 12.810 da ABNT.

1.6 - O veículo utilizado para a coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde deverá ser fechado, de cor branca, em perfeitas condições e com identificação específica, obedecendo as normas vigentes.

1.7 - A contratada deverá proceder a Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Saúde, devendo estar devidamente licenciada perante o Órgão Ambiental para as atividades acima descritas.

1.8 - A Administração Municipal poderá a seu critério alterar a frequência de coleta.

1.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.10 - A empresa vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

II – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 – Objeto do presente contrato, será executado pelo preço total e global de R\$ 86.280,00 (oitenta e seis mil duzentos e oitenta reais), sendo o valor unitário de R\$ 7.190,00 (sete mil cento e noventa reais) por mês.

2.2 – Os preços serão reajustados a cada **12 (doze) meses** contados da **data de apresentação das propostas**, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.3 – A CONTRATADA em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes por meio de solicitação formal, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do edital.

2.3.1 – O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser cadastrado no Portal de Autoatendimento do Município de Videira (<https://videira.atende.net/autoatendimento>) no serviço “Emissão de Processo Digital”, sendo que o acesso à funcionalidade só estará disponível através de login e senha. Ao cadastrar o pedido, para correto direcionamento do processo digital, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros: **Assunto**: LICITAÇÕES e **Subassunto**: DLC – REQUERIMENTO.

2.2 – Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a CONTRATADA deverá prestar os serviços normalmente, levando em consideração os preços contratados e vigentes.

III – PAGAMENTO

CLÁUSULA 3ª: PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado **até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93.

3.1.1 – A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no **último dia útil do mês da prestação dos serviços ou no 1º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**.

3.1.2 – A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 07 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelos fiscais do contrato na nota fiscal apresentada.

3.1.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

3.1.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

3.2 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados no contrato, e deverá constar marca e modelo, quando for o caso.



3.2.1 – A CONTRATADA deve se atentar que os órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações e fundos municipais, conforme Decreto nº 20.412/23, **ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda, INSS e ISS sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas**, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme legislação atualizada que disciplina as hipóteses de retenção.

3.2.2 – **As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal**, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção dos impostos e contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2.3 – A pessoa jurídica fornecedora do bem e/ou prestadora do serviço **deverá informar no documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidos na operação**.

3.2.4 – **O não destaque do valor dos impostos e ou contribuições mencionadas no item anterior não desobriga a retenção por parte da administração pública municipal** devendo, neste caso, ser retido pelo valor integral do documento fiscal em alíquota correspondente a avaliação do ente público.

3.2.5 – Fica excluída da aplicabilidade municipal a retenção de contribuições sociais tais como PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), previstas na Lei Federal nº 9.430, de 1996 e na IN RFB 1.234, de 2012.

3.3 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Videira**, com indicação do CNPJ específico sob o nº **10.432.684/0001-54**.

3.4 – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica a CONTRATADA obrigada a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@videira.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 4ª: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser prestados durante o período de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

4.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira das 08h00min às 17h00min**, nos locais indicados no item 1.1.

4.3 – Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo despesas com transporte, encargos e alimentação, correrão por conta da CONTRATADA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

4.4 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos e condições definidas, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.5 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Ordem de Compra ou outro documento equivalente.

4.6 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

4.6.1 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

4.7 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até 5 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

4.8 – Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

4.9 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.10 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

V – VIGÊNCIA

CLÁUSULA 5ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO



5.1 – O contrato firmado entre o Município e a CONTRATADA terá a vigência a partir do dia **02 de janeiro de 2024 até 01 de janeiro de 2025**, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 6ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2023 a seguir:

Órgão: 15 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA]

Unidade: 001 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2079 - Funcional: 0010.0304.0009 - [VIGILÂNCIA SANITÁRIA]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

Dotação: 132

Obs.: O valor referente ao exercício de 2024 correrá por conta da dotação orçamentária correspondente à Lei Orçamentária vigente para o referido exercício.

6.2 - Ficam desde já empenhadas nas referidas dotações orçamentárias as despesas para cumprimento das obrigações deste contrato na importância de R\$ 7.190,00 (sete mil cento e noventa reais) mediante empenhos anexos.

VII - FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA 7ª: FISCALIZAÇÃO

7.1 – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços:

a) Fiscais do contrato: **SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR**, e-mail: visa@videira.sc.gov.br, telefone: (49) 3090-2805 e **JESSICA MIOTTO**, e-mail: saude.compras@videira.sc.gov.br, telefone (49) 3090-2801.

b) Gestora de Contratos Licitatórios: **AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI**, telefone (49) 3090-2701, e-mail: planejamento.amanda@videira.sc.gov.br.

7.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se a prestação do serviço, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

VIII - GARANTIAS

CLÁUSULA 8ª: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

8.1 – A CONTRATADA responderá pelos vícios da prestação dos serviços, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade.

IX – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 9ª: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

9.1 – Se a CONTRATADA descumprir as condições deste contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

9.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

9.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), a Administração Pública poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a)** por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) CONTRATADA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b)** em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c)** transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.
- d)** para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

9.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- a)** advertência;



- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.6 – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.9 – Nenhum pagamento será processado a contratada penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

9.10 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 10ª: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Ordem de Compra.

10.2 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

10.3 - A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

XI – DA RESCISÃO

CLÁUSULA 11ª: RESCISÃO

11.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

XII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 12ª: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

12.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Processo Administrativo nº 65/2023, edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023 – FMS, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.



12.3 – A CONTRATADA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

XIII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA 13ª: LEGISLAÇÃO

13.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 8.208, de 21 de janeiro de 2005 e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 2.266, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

XIV - FORO

CLÁUSULA 14ª: FORO DE ELEIÇÃO

14.1 – As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, com as testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 13 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário de Gabinete e Relações Institucionais

**CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**
EVANDRO ROBERTO ROSSET
Sócio Administrador

Testemunhas:

1-

2-



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 – FMS

O Município de Videira, por meio do **Fundo Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, Sr. FABIANO LUIZ MARAFON, comunica aos interessados que se encontra aberta neste Município a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando à prestação dos serviços abaixo indicados. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital, e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 8.208, de 21 de janeiro de 2005, Decreto Municipal nº 11.237, de 27 de agosto de 2014, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011, Lei Municipal nº 2.266, de 18 de dezembro de 2009 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: do dia ~~09/11/2023~~ **22/11/2023** a partir das 18:00h até o dia ~~22/11/2023~~ **04/12/2023** às ~~08:59h~~ **13:59h**.

Limite para impugnação ao edital: até o dia ~~17/11/2023~~ **29/11/2023** às 23:59h.

Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia ~~22/11/2023~~ **04/12/2023** às ~~09:00h~~ **14:00h**.

DATA, HORA e LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: o edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do **Portal AtendeNet Videira** (<https://videira.atende.net>), ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacao.pregoeiro@videira.sc.gov.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Pregoeiro: ALVAIR L. BARZOTTO, pelo e-mail: licitacao.pregoeiro@videira.sc.gov.br e no endereço eletrônico do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br).

1 – DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE**, conforme descrição e quantitativos a seguir:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01	12	Mês	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Saúde , das unidades de saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a coleta deverá ser realizada uma vez por semana nos seguintes locais: <ul style="list-style-type: none">▪ PAM – Posto de Assistência Médica Rua João Contini, 35, São Cristóvão – Videira -SC▪ PAME 24 horas/UPA Rua Antonio Ferlin, 550. São Cristóvão – Videira -SC▪ Posto de Saúde do Bairro Amarante Rua Joaquim Amarante, s/n. Bairro Amarante – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Carelli Rua Vereador Gualtiero R. Picolli, s/n. Bairro Carelli – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Cibrázem Rua Castelo Branco, s/n. Bairro Cibrázem – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Cidade Alta Rua Rodolfo Reinaldo Skalee, s/n. Bairro Cidade Alta – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro De Carli Rua Adelina das Neves Bordignon, s/n. Bairro De Carli – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Farroupilha Rua José Bonaldo, s/n. Bairro Farroupilha – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Floresta Rua Bulcão Viana, s/n. Bairro Floresta – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Rio das Pedras Rua Fidêncio Ribeiro Alves, s/n. Bairro Rio das Pedras – Videira -SC.▪ Posto de Saúde do Bairro Santa Gema



			Rua Mato Grosso, s/n. Bairro Santa Gema – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Vila Verde Rua Ernesto Lazzaroto, s/n. Bairro Vila Verde – Videira -SC. A quantidade mensal aproximada de lixo hospitalar a ser coletado é de 9m³
--	--	--	---

1.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira** das **08h00min às 17h00min**, nos locais informados na descrição do ITEM 01;

1.3- Os resíduos provenientes de serviços de saúde pública, para a coleta deverão estar acondicionados em recipientes adequados de acordo com as normas técnicas, sendo:

- a) Embalagem perfuro cortante em caixas (agulhas, lâminas...);
- b) Embalagem plásticas, em sacos brancos leitosos (gases, luvas, ataduras, algodão...);

1.4 - A separação acontecerá no local de geração do resíduo de acordo com a sua classificação, devendo ser acondicionado em embalagem correta devidamente segregado conforme item anterior.

1.5 - Os profissionais que irão realizar a coleta dos resíduos dos serviços de saúde deverão fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPI), conforme NBR 12.810 da ABNT.

1.6 - O veículo utilizado para a coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde deverá ser fechado, de cor branca, em perfeitas condições e com identificação específica, obedecendo as normas vigentes.

1.7 - A contratada deverá proceder a Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Saúde, devendo estar devidamente licenciada perante o Órgão Ambiental para as atividades acima descritas.

1.8 - A Administração Municipal poderá a seu critério alterar a frequência de coleta.

1.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.10 - A empresa vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.11 – Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo despesas com transporte, encargos e alimentação, correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

1.11.1 – As despesas com equipamentos e materiais de consumo para a realização do tratamento endodôntico, além de uma auxiliar de saúde bucal ou técnica em saúde bucal, para auxiliar no agendamento e atendimento dos pacientes, será por conta do Município.

1.12 – A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

2 – DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2.2 – A realização do procedimento estará a cargo do(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, por meio da rede mundial de computadores, proverem o sistema de compras eletrônicas.



2.3 - Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo **Portal de Compras Públicas**, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.4 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (**Portal de Compras Públicas**), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4.1 - Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

2.5 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.5.1 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5.2 - O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

2.6 - O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.7 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.8 - O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste certame qualquer empresa, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.2 - Ao presente processo não se aplicará o tratamento diferenciado e privilegiado para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais previstas nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, pelo fato de não existirem, no mínimo, 3 (três) fornecedores enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediados local ou regionalmente, conforme Termo de Deliberação anexo ao Processo Administrativo nº 42/2023.

3.3 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, **sob pena de desclassificação**:

3.3.1 - Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

3.3.2 - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.3.3 - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio, bem como de cooperativas, quando essa última prestar serviços ligados às atividades fins e meio do Município, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de **subordinação**, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 216/05, firmado entre o Município de Videira e o Ministério Público do Trabalho;

3.3.4 - Empresas que tenham como sócio(s), servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

3.3.5 - Empresas que estejam sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial que incidam em proibição legal de contratar com a Administração Pública;





3.3.6 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, sob pena de incidir no previsto no Parágrafo Único do art. 97 da Lei de Licitações, ou tenham sido suspensas de participar e impedidas de contratar com o Município de Videira.

3.3.6.1 - Pessoas jurídicas compostas em seu quadro societário por pessoas físicas, que se enquadra na situação do subitem “3.3.6”, enquanto perdurarem as causas da penalidade.

3.3.7 - Empresas que tenham feito doação em dinheiro, ou de bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo do Município de Videira, conforme definido na Lei Municipal nº 3.280/2015.

3.4 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

3.5 – As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), **sob pena de desclassificação.**

3.6 – As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no preâmbulo deste edital.

4 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.1.1 – A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

4.2 – A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Ser apresentada por item e soma total do item, com valores expressos em reais;
- c) Não deverá ser indicada a **MARCA** do item (não sendo possível cadastrar a proposta sem marca, o campo deve ser preenchido com a expressão “PRÓPRIA”);
- d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.
- e) A vigência da prestação dos serviços, conforme o item 11 deste edital.

4.3 – O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4 – O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO.**

4.5 – Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.

4.6 – Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

4.7 – Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus Anexos.

4.7.1 – Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente



apresentada.

4.8 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a), pelo sistema, ou de sua desconexão.

4.9 – Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

5 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 – A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 – Aberta a sessão, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

5.4 – O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não apresentem as especificações técnicas ou não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, ou, que contenham vícios insanáveis.

5.4.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4.2 - A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

5.5 – Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o(a) Pregoeiro(a) dará sequência ao processo de pregão.

6 – DA ETAPA DE LANCES

6.1 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.4.1 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

6.4.2 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.7 - Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

6.7.1 - Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.



6.8 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.9 - Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas (<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>) quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

6.10 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

6.10.1 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 6.10.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.10.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.10.1 e no item 6.10.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.10.4 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 6.10.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, do decreto 10.024/2019, mediante justificativa.

6.10.5 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar na página do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br), em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

7.1.1 - Os documentos na forma prevista neste edital deverão ser inseridos no sistema do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), juntamente com a proposta.

7.1.2 - Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

7.2 – Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 – **Documentos relativos à habilitação jurídica:**

7.2.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

7.2.1.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

7.2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

7.2.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Obs.: Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

7.2.1.5 – Para as empresas que são optantes dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar os documentos exigidos nos subitens 7.11.1.1, 7.11.1.2, 7.11.1.3 e 7.11.1.4,





acompanhados da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO, conforme o modelo do **Anexo II** do presente edital.

7.2.1.6 – **Declaração Conjunta**, contendo: Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação; Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade); Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93; Declaração de que a licitante não tenha feito doação em dinheiro, ou de bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo do Município de Videira, conforme definido na Lei Municipal nº 3.280/2015; e Declaração Negativa de Impedimentos para participar de Processo Licitatório, conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 245, inciso XVII da Lei Complementar Municipal nº 129, de 14 de dezembro de 2012 e artigo 245, inciso XVII da Lei Complementar Municipal nº 130, de 14 de dezembro de 2012, assinada pelo representante legal da empresa (**Anexo III**).

7.2.2 – Habilitação Fiscal e Trabalhista:

7.2.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.2.2.2 – Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida;

7.2.2.3 – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) da Fazenda Estadual, válida;

7.2.2.4 – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) da Fazenda Municipal do domicílio da proponente, válida;

7.2.2.5 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, válida;

7.2.2.6 – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, válida.

7.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida.

7.2.4 – Qualificação técnica:

~~7.2.4.1 – Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente – CREA/SC e dos profissionais que irão realizar os serviços. Em se tratando de empresa com sede em outros estados é obrigatório o visto do CREA/SC dos responsáveis técnicos e na certidão da empresa.~~

7.2.4.1 – Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente – CREA e dos profissionais que irão realizar os serviços. Em se tratando de empresa com sede em outros estados é obrigatório o visto do CREA/SC dos responsáveis técnicos e na certidão da empresa, e deverá ser apresentado em até 30 dias após o encerramento da disputa

~~7.2.4.2 – Comprovação através do seu responsável técnico, registrado no CREA/SC, de ter executado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares cuja as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:~~

7.2.4.2 – Comprovação através do seu responsável técnico, registrado no CREA, de ter executado para órgão ou entidade da administração direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares cuja as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:

a) Coleta e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde;

b) Cópia autenticada de Licença Ambiental de Operação – LAO – para destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

7.2.4.3 – Caso a empresa não possua unidade de tratamento própria para destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde, a mesma deverá apresentar, declaração emitida por uma empresa licenciada que possua contrato com a licitante para destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde.

7.2.5 – Dados da empresa (juntamente com os documentos de habilitação): razão social, endereço, telefone, e-mail, nome do banco, nº da agência, nº da conta corrente em nome da proponente e dados do representante legal, conforme **Anexo IV**.



7.2.5.1 – Caso os dados bancários sejam alterados, anteriormente a realização do pagamento, a proponente vencedora deverá informar os dados bancários atualizados ao Departamento de Tesouraria do Município de Videira.

7.3 - O licitante vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o detentor da proposta seguinte, na ordem de classificação.

7.4 - Os documentos relativos a habilitação previstos no item 7 e seguintes e as declarações deverão ser providenciados pelos participantes até o horário da sessão. Sendo que todos os documentos devem ser anexados na plataforma de pregão eletrônico, independente do campo. Não sendo prejudicada ou inabilitada por falta de ordem, ou anexados em campos não correspondentes, pode ser anexado mais de um documento em um mesmo arquivo, os documentos que não tiverem campos idênticos marcados na plataforma do pregão eletrônico poderão ser anexados em qualquer outro campo que a empresa desejar.

7.5 - A responsabilidade do upload dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim deverá anexar todos os documentos solicitados no edital.

7.5.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.6 - Ao encerrar o pregão, o(a) Pregoeiro(a) analisará a Documentação de Habilitação relacionada no item 7 e as Declarações anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por upload, como condição para comprovação de sua habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o upload dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração relacionados no referido item 7 a mesma será considerada INABILITADA.

7.6.1 – Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação e/ou a desclassificação, conforme dispõe o art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

7.7 - O cumprimento do envio dos documentos exigidos acima, dispensa o envio dos mesmos documentos em vias originais, entretanto, poderá o(a) Pregoeiro(a) requisitar ao participante cópia de documentos para diligências necessárias, nos termos do Art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 no qual dispõe que é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7.8 - Os documentos tratados no item 7 só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do pregão.

7.9 - A documentação será examinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela Equipe de Apoio e após será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.10 - Os documentos exigidos nos itens 7.2.2.2 ao 7.2.2.6 e 7.2.3.1, poderão ser substituídos pelo CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Videira em vigor, contendo todos os documentos dentro do prazo de validade. No caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante poderá anexar junto ao CRC os documentos atualizados.

7.11 - Os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que participarem deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

7.11.1 - A condição de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

7.11.1.1 - Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou;

7.11.1.2 - Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu





enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou:

7.11.1.3 - Microempreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Microempreendedor Individual ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor (www.portaldomicroempreendedor.gov.br), ou:

7.11.1.4 - Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação: Comprovação de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>).

7.11.2 - Os documentos exigidos nos subitens 7.11.1.1, 7.11.1.2, 7.11.1.3 e 7.11.1.4 deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação e acompanhados da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO, conforme o modelo do **Anexo II**, do presente Edital.

7.11.3 – A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.11.4 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.11.5 - Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

7.11.5.1 - O Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 7.11.5, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.11.5.2 - Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do item 7.11.8 e seguintes.

7.11.5.3 - Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocados os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.11.5.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11.5.5 - A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.11.5.6 - Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item 7.11.8 e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

7.11.5.7 - O disposto nos subitens 7.11.5.1 a 7.11.5.6, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

7.11.5.8 - A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

7.11.6 - Se o(a) Pregoeiro(a) observar a situação de empate entre os licitantes que não se enquadrarem como Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será adotado como critério de desempate o sorteio realizado pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.11.7 - A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.





7.11.8 - Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

7.11.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.11.10 - O Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.11.10.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.11.10.2 - Entende-se o termo “declarado vencedor” de que trata a cláusula anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.11.10.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.11.10.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.11.11 - Os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.11.10 e seguintes do presente edital.

7.12 – Os documentos expedidos pela *internet*, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.

7.13 – No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão dos mesmos.

8 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até **03 (três) dias úteis**, antes da data designada para a realização do Pregão, **não sendo computado para a contagem do referido prazo a data fixada para o fim do recebimento das propostas**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.2 – Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela unidade requisitante decidir, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sobre a impugnação interposta.

8.3 – Se procedente e acolhida à impugnação, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

8.4 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

8.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do **Sistema Portal de Compras Públicas** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.6 – O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



8.6.1 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para a apresentação das razões do recurso, as quais deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do sistema, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2 – O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo e será dirigido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), o qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo ao Prefeito, devidamente informado, para apreciação e decisão.

9.3 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.4 – A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 9.1, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será o resultado da licitação submetido a autoridade competente que homologará e fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

9.6 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de descumprimento das obrigações assumidas.

10 – DO CONTRATO

10.1 – Será firmado contrato com a licitante vencedora, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e Decretos Municipais nº 8.208/2005 e nº de 11.237/2014.

10.2 – Como condição para celebração do contrato o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

10.3 – A assinatura do contrato pela licitante vencedora deverá ser por meio de assinatura eletrônica com certificado digital do representante legal da empresa.

10.4 – Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, serão convocados os outros licitantes, observada a ordem de classificação e o disposto neste edital, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, previstas no item 15.

10.5 – Se o licitante vencedor se recusar injustificadamente a assinar o contrato, será aplicada a regra estabelecida no item 10.4.

11 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 - Os serviços deverão ser prestados durante o período de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira** das **08h00min às 17h00min**, nos locais indicados no item 1.2.

11.3 – Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo despesas com transporte, encargos e alimentação, correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.



11.4 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos e condições definidas, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

11.5 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Ordem de Compra ou outro documento equivalente.

11.6 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

11.6.1 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

11.7 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até 5 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

11.8 – Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

11.9 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.10 – O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

12 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 – O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO** desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 – O pagamento será efetuado **até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 – A proponente vencedora deverá emitir a Nota Fiscal no **último dia útil do mês da prestação dos serviços ou no 1º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**.

13.1.2 – A proponente participante deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 07 deste edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

13.1.4 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelos fiscais do contrato na nota fiscal apresentada.

13.1.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.1.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.1.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





13.1.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

13.1.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

13.2 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados no contrato, e deverá constar a marca e o modelo, quando for o caso.

13.2.1 – A proponente vencedora deve se atentar que os órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações e fundos municipais, conforme Decreto nº 20.412/23, **ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda, INSS e ISS sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas**, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme legislação atualizada que disciplina as hipóteses de retenção.

13.2.2 – **As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal**, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção dos impostos e contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.2.3 – A pessoa jurídica fornecedora do bem e/ou prestadora do serviço **deverá informar no documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidos na operação.**

13.2.4 – **O não destaque do valor dos impostos e ou contribuições mencionadas no item anterior não desobriga a retenção por parte da administração pública municipal** devendo, neste caso, ser retido pelo valor integral do documento fiscal em alíquota correspondente à avaliação do ente público.

13.2.5 – Fica excluída da aplicabilidade municipal a retenção de contribuições sociais tais como PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), previstas na Lei Federal nº 9.430, de 1996 e na IN RFB 1.234, de 2012.

13.3 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Videira**, com indicação do CNPJ específico sob o nº **10.432.684/0001-54**.

13.4 – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

13.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@videira.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

13.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplimento a que se referir.

14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2023 a seguir:

Órgão: 15 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA]

Unidade: 001 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2079 - Funcional: 0010.0304.0009 - [VIGILÂNCIA SANITÁRIA]

Elemento: 33390000000000000000 - [Aplicações diretas]

Dotação: 132

Obs.: O valor referente ao exercício de 2024 correrá por conta da dotação orçamentária correspondente à Lei Orçamentária vigente para o referido exercício.

15 – DAS PENALIDADES

15.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



15.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

15.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), a Administração Pública poderá aplicar a(s) CONTRATADA(S) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) CONTRATADA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.
- d) para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

15.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6 – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.9 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

15.10 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.





16 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

16.1 – A licitante vencedora ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Ordem de Compra.

16.2 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.3 – A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

17 – DA RESCISÃO

17.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

17.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

17.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

18 – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 – A fiscalização do contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços:

a) **Fiscais do contrato:** **SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR**, e-mail: visa@videira.sc.gov.br, telefone: (49) 3090-2805 e **JESSICA MIOTTO**, e-mail: saude.compras@videira.sc.gov.br, telefone (49) 3090-2801.

b) **Gestora de Contratos Licitatórios:** **AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI**, telefone (49) 3090-2701, e-mail: planejamento.amanda@videira.sc.gov.br.

18.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se a prestação do serviço, objeto do contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

19 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 – Os preços serão reajustados a cada **12 (doze) meses** contados da **data de apresentação das propostas**, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

19.2 – A CONTRATADA em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes por meio de solicitação formal, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do edital.

19.2.1 – O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser cadastrado no Portal de Autoatendimento do Município de Videira (<https://videira.atende.net/autoatendimento>) no serviço “Emissão de Processo Digital”, sendo que o acesso à funcionalidade só estará disponível através de login e senha. Ao





cadastrar o pedido, para correto direcionamento do processo digital, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros: **Assunto:** LICITAÇÕES e **Subassunto:** DLC – REQUERIMENTO.

19.2.2 – Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a CONTRATADA deverá prestar os serviços normalmente, levando em consideração os preços contratados e vigentes.

20 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1 – O contrato a ser firmado entre o Município e a proponente vencedora terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – As razões da impugnação e as manifestações de recursos administrativos não serão aceitas via e-mail ou fax, devendo as mesmas serem enviadas exclusivamente em campo específico no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.2 – O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 21.2, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.3 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

21.4 – O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

21.5 – Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto licitado que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.

21.6 – No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para adjudicação e homologação.

21.7 – O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8 – Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no período das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, no Departamento de Compras e Licitações, localizado no Paço Municipal, Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC, CEP 89562-038, ou pelo telefone (49) 3090.2701, no mesmo horário.

21.9 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Minuta do Contrato;

Anexo II – Modelo de Declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;

Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo IV – Dados da empresa e dados bancários da licitante.

21.10 – O edital está disponível na íntegra no **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br) e também na página do **Portal AtendeNet Videira** (<https://videira.atende.net>), ou poderá ser solicitado por meio do e-mail: licitacao.pregoeiro@videira.sc.gov.br.





22 – DO FORO

22.1 – Todas as controvérsias ou reclamares relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela autoridade competente, administrativamente, ou no foro da Comarca de Videira/SC, se for o caso.

Videira/SC, 07 de novembro de 2023.

FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário Municipal de Gabinete
e Relações Institucionais

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral do Município
OAB/SC Nº 18.431





ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2023

Termo de contrato que, entre si celebram:

1ª Contratante:

O **MUNICÍPIO DE VIDEIRA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS**, inscrito no CNPJ nº 10.432.684/0001-54, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, nesta cidade de Videira/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, Sr. **FABIANO LUIZ MARAFON**, no uso de suas atribuições, de ora diante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**.

2ª Contratada:

_____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Senhor _____, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 11/2023 – FMS, datado de 07 de novembro de 2023 e homologado em data de ____ de _____ de 2023, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I – OBJETO

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1– A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto ao **MUNICÍPIO DE VIDEIRA** a **PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE**, conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
01	12	Mês	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Saúde , das unidades de saúde pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a coleta deverá ser realizada uma vez por semana nos seguintes locais: ▪ PAM – Posto de Assistência Médica Rua João Contini, 35, São Cristóvão – Videira -SC ▪ PAME 24 horas/UPA Rua Antonio Ferlin, 550. São Cristóvão – Videira -SC ▪ Posto de Saúde do Bairro Amarante Rua Joaquim Amarante, s/n. Bairro Amarante – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Carelli Rua Vereador Gualtiero R. Picolli, s/n. Bairro Carelli – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Cibrázem Rua Castelo Branco, s/n. Bairro Cibrázem – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Cidade Alta Rua Rodolfo Reinaldo Skalec, s/n. Bairro Cidade Alta – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro De Carli Rua Adelina das Neves Bordignon, s/n. Bairro De Carli – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Farroupilha Rua José Bonaldo, s/n. Bairro Farroupilha – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Floresta Rua Bulcão Viana, s/n. Bairro Floresta – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Rio das Pedras Rua Fidêncio Ribeiro Alves, s/n. Bairro Rio das Pedras – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Santa Gema Rua Mato Grosso, s/n. Bairro Santa Gema – Videira -SC. ▪ Posto de Saúde do Bairro Vila Verde Rua Ernesto Lazzaroto, s/n. Bairro Vila Verde – Videira -SC. A quantidade mensal aproximada de lixo hospitalar a ser coletado é de 9m³	

1.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira** das **08h00min às 17h00min**, nos locais indicados na descrição do ITEM 01;

1.3 - Os resíduos provenientes de serviços de saúde pública, para a coleta deverão estar acondicionados em recipientes adequados de acordo com as normas técnicas, sendo:

- Embalagem perfuro cortante em caixas (agulhas, lâminas...);
- Embalagem plásticas, em sacos brancos leitosos (gases, luvas, ataduras, algodão...);

1.4 - A separação acontecerá no local de geração do resíduo de acordo com a sua classificação, devendo ser acondicionado em embalagem correta devidamente segregado conforme item anterior.

1.5 - Os profissionais que irão realizar a coleta dos resíduos dos serviços de saúde deverão fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPI), conforme NBR 12.810 da ABNT.





- 1.6 - O veículo utilizado para a coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde deverá ser fechado, de cor branca, em perfeitas condições e com identificação específica, obedecendo as normas vigentes.
- 1.7 - A contratada deverá proceder a Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Saúde, devendo estar devidamente licenciada perante o Órgão Ambiental para as atividades acima descritas.
- 1.8 - A Administração Municipal poderá a seu critério alterar a frequência de coleta.
- 1.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.10 - A empresa vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

II – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 – Objeto do presente contrato, será executado pelo preço total e global de R\$____ (____), sendo o valor unitário de R\$ (____).

2.2 – Os preços serão reajustados a cada **12 (doze) meses** contados da **data de apresentação das propostas**, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.3 – A CONTRATADA em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes por meio de solicitação formal, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do edital.

2.3.1 – O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser cadastrado no Portal de Autoatendimento do Município de Videira (<https://videira.atende.net/autoatendimento>) no serviço “Emissão de Processo Digital”, sendo que o acesso à funcionalidade só estará disponível através de login e senha. Ao cadastrar o pedido, para correto direcionamento do processo digital, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros: **Assunto:** LICITAÇÕES e **Subassunto:** DLC – REQUERIMENTO.

2.2 – Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a CONTRATADA deverá prestar os serviços normalmente, levando em consideração os preços contratados e vigentes.

III – PAGAMENTO

CLÁUSULA 3ª: PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado **até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93.

3.1.1 – A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal no **último dia útil do mês da prestação dos serviços ou no 1º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços**.

3.1.2 – A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.3 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 07 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações.

3.1.4 – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” pelos fiscais do contrato na nota fiscal apresentada.

3.1.5 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.6 – Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.8 – Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

3.1.9 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

3.2 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados no contrato, e deverá constar marca e modelo, quando for o caso.





3.2.1 – A CONTRATADA deve se atentar que os órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações e fundos municipais, conforme Decreto nº 20.412/23, **ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda, INSS e ISS sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas**, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme legislação atualizada que disciplina as hipóteses de retenção.

3.2.2 – **As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal**, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção dos impostos e contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2.3 – A pessoa jurídica fornecedora do bem e/ou prestadora do serviço **deverá informar no documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidos na operação**.

3.2.4 – **O não destaque do valor dos impostos e ou contribuições mencionadas no item anterior não desobriga a retenção por parte da administração pública municipal** devendo, neste caso, ser retido pelo valor integral do documento fiscal em alíquota correspondente à avaliação do ente público.

3.2.5 – Fica excluída da aplicabilidade municipal a retenção de contribuições sociais tais como PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), previstas na Lei Federal nº 9.430, de 1996 e na IN RFB 1.234, de 2012.

3.3 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde de Videira**, com indicação do CNPJ específico sob o nº **10.432.684/0001-54**.

3.4 – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica a CONTRATADA obrigada a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@videira.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 4ª: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser prestados durante o período de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

4.2 - A coleta dos resíduos deverá acontecer no mínimo uma vez por semana, de **segunda a sexta-feira** das **08h00min às 17h00min**, nos locais indicados no item 1.2.

4.3 – Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo despesas com transporte, encargos e alimentação, correrão por conta da CONTRATADA, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

4.4 – A não prestação dos serviços dentro dos prazos e condições definidas, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.5 – A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Ordem de Compra ou outro documento equivalente.

4.6 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.

4.6.1 – O recebimento provisório será feito mediante certificação.

4.7 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até 5 (cinco) dias após recebimento provisório, e sua verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

4.8 – Caso não ocorra o procedimento de recebimento provisório, esses serão considerados realizados.

4.9 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.10 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.





V – VIGÊNCIA

CLÁUSULA 5ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 – O contrato firmado entre o Município e a CONTRATADA terá a vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 6ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2023 a seguir:

Órgão: 15 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA]

Unidade: 001 - [FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2079 - Funcional: 0010.0304.0009 - [VIGILÂNCIA SANITÁRIA]

Elemento: 33390000000000000000 - [Aplicações diretas]

Dotação: 132

Obs.: O valor referente ao exercício de 2024 correrá por conta da dotação orçamentária correspondente à Lei Orçamentária vigente para o referido exercício.

6.2 - Ficam desde já empenhadas nas referidas dotações orçamentárias as despesas para cumprimento das obrigações deste contrato na importância de R\$ _____ mediante empenhos anexos.

VII - FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA 7ª: FISCALIZAÇÃO

7.1 – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s) juntamente com a Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços:

a) **Fiscais do contrato:** **SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR**, e-mail: visa@videira.sc.gov.br, telefone: (49) 3090-2805 e **JESSICA MIOTTO**, e-mail: saude.compras@videira.sc.gov.br, telefone (49) 3090-2801.

b) **Gestora de Contratos Licitatórios:** **AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI**, telefone (49) 3090-2701, e-mail: planejamento.amanda@videira.sc.gov.br.

7.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) bem como a comissão de recebimento verificar se a prestação do serviço, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

VIII - GARANTIAS

CLÁUSULA 8ª: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

8.1 – A CONTRATADA responderá pelos vícios da prestação dos serviços, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade.

IX – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 9ª: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

9.1 – Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

9.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

9.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), a Administração Pública poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) a(s) CONTRATADA(S) sujeita(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.
- d) para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.



9.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.6 – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo período previsto em lei, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.9 – Nenhum pagamento será processado a contratada penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

9.10 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 10ª: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – A CONTRATADA ficará obrigada a prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Ordem de Compra.

10.2 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

10.3 – A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

XI – DA RESCISÃO

CLÁUSULA 11ª: RESCISÃO

11.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

- a) por ato unilateral, escrito, da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

XII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 12ª: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

12.1 – O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Processo Administrativo nº 65/2023, edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023 – FMS, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





VIDEIRA
PREFEITURA

12.2 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93 (declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

12.3 – A CONTRATADA declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

XIII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA 13ª: LEGISLAÇÃO

13.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 8.208, de 21 de janeiro de 2005 e nº 8.517, de 28 de junho de 2006, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 2.266, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

XIV - FORO

CLÁUSULA 14ª: FORO DE ELEIÇÃO

14.1 – As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, com as testemunhas abaixo assinadas.

Videira, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário de Gabinete e Relações Institucionais

CONTRATADA
Representante

Testemunhas:

1- _____
Nome: _____ CPF: _____

2- _____
Nome: _____ CPF: _____

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral do Município
OAB/SC Nº 18.431





ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 – FMS

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,
_____, do CPF nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas
cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18A. da Lei Complementar nº 123/2006, conforme prevê o art. 18A., §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

() **MICROEMPRESA**, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso II da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 – FMS

DECLARAÇÃO CONJUNTA

_____, CNPJ nº _____
(razão social da Empresa)

_____, sediada na _____
(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____
portador(a) do RG nº _____, do CPF nº _____

DECLARA, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

DECLARA, para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

DECLARA que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

DECLARA, para fins do disposto na Lei Municipal nº 3.280, de 23 de setembro de 2015, que não efetuou doação em dinheiro, ou de bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo do Município de Videira.

DECLARA, que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações, bem como no definido no artigo 245, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 129, de 14 de dezembro de 2012 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira e, artigo 245, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 130, de 14 de dezembro de 2012 – Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal de Videira (*Art. 245 Ao servidor é proibido:[...] X - participar de procedimento licitatório na qualidade de gerência ou administrador de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;*).

_____, _____, de _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023 – FMS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

Endereço:

Telefone:

E-mail da empresa:

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco:

Nº da Agência:

**Nº da Conta Corrente da
Licitante:**

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

E-mail:

**E-mail para envio do contrato e
demais atos:**

Telefone/Celular:

